

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**LUIS JESUS TENEÚD NAVARRO**

**ESTUDO COMPARADO DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS  
UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL E NA VENEZUELA, A PARTIR DAS TESES  
DE DOUTORADO E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO APRESENTADOS NO  
SÉCULO XXI**

**PONTA GROSSA**

**2020**

**LUIS JESUS TENEÚD NAVARRO**

**ESTUDO COMPARADO DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS  
UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL E NA VENEZUELA, A PARTIR DAS TESES  
DE DOUTORADO E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO APRESENTADOS NO  
SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Dr<sup>a</sup> Danuta Cantoia Estrufika Luiz

Co-Orientador: Dr<sup>o</sup> Nei Alberto Salles Filho.

**PONTA GROSSA**

**2020**

T292 Teneúd Navarro, Luis Jesús  
Estudo Comparado dos Movimentos Estudantis Universitários no Brasil e na Venezuela, a partir das teses de doutorado e dissertações de mestrado apresentados no Século XXI / Luis Jesús Teneúd Navarro. Ponta Grossa, 2020.  
121 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Danuta Cantoia Estrufika Luiz.

Coorientador: Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho.

1. Movimentos estudantis. 2. Movimentos sociais. 3. Estudos comparados. 4. Brasil. 5. Venezuela. I. Luiz, Danuta Cantoia Estrufika. II. Filho, Nei Alberto Salles. III. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cidadania e Políticas Públicas. IV.T.

CDD: 320.981

## TERMO DE APROVAÇÃO

*LUIS JESÚS TENEÚD NAVARRO*

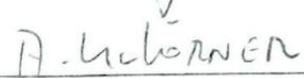
**Estudo comparado dos movimentos estudantis universitários no Brasil e na Venezuela, a partir das teses de doutorado e dissertações de mestrado apresentados no século XXI.**

**Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:**

Ponta Grossa, 03 de março de 2020.

Assinatura pelos Membros da Banca:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Danuta Estruflka Cantóia Luiz - UEPG - PR

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ancelmo Schörner - UNICENTRO - Irati - PR

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Reidy Rolim de Moura - UEPG - PR

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Emerson Luiz Velozo - UNICENTRO - Irati - PR - Suplente

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silmara Carneiro e Silva - UEPG - PR - Suplente

Para meus pais e minha irmã que sempre me apoiaram.

Aos meus amigos e aos meus colegas de turma, pela sua ajuda.

Ao Brasil, pela excelente hospitalidade e à Venezuela por me fazer ser quem sou, dois países que sempre farão parte de mim.

Aos líderes estudantis, de qualquer idade, ideologia, perfil, pela luta que realizam todos os dias e porque eles são a razão desse trabalho

## **AGRADECIMENTOS**

À CAPES pela assistência financeira prestada à pesquisa por meio de uma bolsa de estudos, entendendo a importância de investir em pesquisa e educação.

À UEPG pela oportunidade oferecida e pelo aprendizado obtido.

À coordenação da Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas pelo monitoramento e apoio contínuos.

Para a professora Danuta Luiz, pela sua orientação, paciência e conhecimento, o conhecimento recebido é inestimável.

Ao professor Nei pelo apoio para alcançar um resultado ideal.

Em geral, ao corpo docente do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, pelo trabalho árduo.

Para a USB, por ser a semente que me permitiu chegar aqui.

Aos professores e colegas que ajudaram a coletar os dados necessários, especialmente Yanilú Teneú e Jelvy Blanco.

A Luisa Bertozzi, por sua ajuda na correção da língua portuguesa e sua paciência.

“A barricada fecha a rua, mas abre a via”

(Anônimo)

## RESUMO

No presente trabalho, foi realizado um estudo comparado dos movimentos de estudantes universitários do Brasil e da Venezuela por meio das teses de doutorado e dissertações de mestrado publicadas no período de 2000 a 2018, cinco das categorias propostas por Maria da Glória Gohn (1997), foram utilizadas como elementos analíticos dos movimentos estudantis, sendo elas: Composição, Opositores, Demandas, Práticas e Cenário Sociopolítico. Para tanto, a amostra foi construída com 23 trabalhos realizados no Brasil, identificados através da plataforma CAPES e 5 trabalhos realizados na Venezuela, identificados nas páginas das universidades. A pesquisa é exploratória e qualitativa, buscando identificar as principais características apresentadas nos trabalhos desta amostra. Para a análise dos dados coletados e para traçar o estudo comparado entre os movimentos, utilizou-se a análise de conteúdo, com respaldo no referencial teórico construído no trabalho. Além disso, existe uma bibliografia complementar que permite um melhor estudo de cada caso. Como resultado da pesquisa, foi possível verificar que os dois países experimentaram processos semelhantes de ditadura e democracia em diferentes momentos; os principais opositores são os governos, uma vez que são a entidade à qual são exigidas mudanças e garantias de direitos, às próprias autoridades da universidade e à sociedade; também foi verificado que ações como marchas são normalmente realizadas, mas que assembleias e participação na comunidade igualmente fazem parte da ação dos estudantes e, como a capacidade de ação e de articulação estão ligadas à representatividade que eles podem alcançar em cada momento e ao cenário sócio-político em que cada movimento ocorre.

Palavras-chave: Movimentos estudantis; Movimentos sociais; Estudos comparados; Brasil; Venezuela

## RESUMEN

En el presente trabajo se realizó un estudio comparado de los movimientos estudiantiles universitarios de Brasil y Venezuela a través de las tesis de doctorado y trabajos de grado de maestría publicadas desde Para el análisis de los datos recolectados y para realizar el estudio comparado entre los movimientos , se utilizó el análisis de contenido, con respaldo en el referencial teórico utilizado en el trabajo. Además, se cuenta con bibliografía complementaria que permite un mejor estudio de cada caso. Como resultado de la investigación, se pudo verificar que ambos países han vivido procesos similares de dictadura y democracia en momentos distintos, que entre los principales opositores se tienen a los gobiernos, al ser el ente al cual se exigen los cambios y las garantías de derechos, a las propias autoridades universitarias y a la sociedad, que normalmente se realizan acciones como marchas, pero que asambleas y acciones en la comunidad también son parte del actuar estudiantil y como la capacidad de acción y articulación estará ligada a la representatividad que pueden lograr en cada momento y al escenario sociopolítico en el cual se desarrolla cada movimiento.

Palabra clave: Movimientos estudiantiles, Movimientos sociales, Estudios Comparados, Brasil, Venezuela.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Países a serem referidos.....	40
Figura 2 - Os períodos de ditadura sofridos por cada país durante a segunda metade do século XX.....	58

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Reforma de Córdoba.....	42
Fotografia 2 - Massacre de Tlatelolco.....	46
Fotografia 3 - Geração de 28.....	70
Fotografia 4 - O Petróleo é Nosso.....	74
Fotografia 5 - Renovação de 1969 na Venezuela.....	79
Fotografia 6 - Passeata dos cem mil (1968).....	80
Fotografia 7 - Manifestação pelo impeachment de Fernando Collor de Mello em 29 de setembro de 1992.....	81
Fotografia 8 - Marcha em Caracas em 11 de abril de 2002 contra Chávez.....	88
Fotografia 9 - Acostados por la Vida (2006) .....	89
Fotografia 10 - Mãos brancas protestam pelo fechamento da RCTV.....	90
Fotografia 11 - Repressão de protestos em Caracas em 2017.....	92

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias de estudo dos Movimentos Sociais.....	36
Quadro 2 - Principais fatos dos movimentos estudantis estudados até o momento.....	57
Quadro 3 - Universo e amostra /teses e dissertações na plataforma da CAPES.....	60
Quadro 4 - Amostra: Teses e dissertações localizadas na Venezuela.....	67
Quadro 5 - Resumo do estudo comparado entre as principais características dos movimentos estudados nas 5 categorias selecionadas.....	116

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Acción Democrática
APRA	Alianza Popular Revolucionaria Americana
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COPEI	Comité de Organización Política Electoral Independiente
EUA	Estados Unidos da América
LUZ	La Universidad del Zulia
ME	Movimento Estudantil
MPJ	Movimiento Primero Justicia
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MVR	Movimento Quinta República
ONG	Organização Não Governamental
PRI	Partido Revolucionario Institucional
RCTV	Radio Caracas Televisión
UC	Universidad de Carabobo
UCAB	Universidad Católica Andrés Bello
UCV	Universidad Central de Venezuela
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

ULA Universidad de Los Andes  
UNAM Universidad Nacional Autónoma de México  
UnB Universidade de Brasília  
UNE União Nacional dos Estudantes  
UNIMET Universidad Metropolitana  
UNT Un Nuevo Tiempo  
USB Universidad Simón Bolívar  
USP Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>14</b>
<b>1 Estudos Comparados e Movimentos Sociais.....</b>	<b>18</b>
1.1 Estudos Comparados nas Ciências Sociais.....	18
1.2 Fundamentos Teóricos Sobre Movimentos Sociais.....	21
1.2.1 Definição e tipologia dos movimentos sociais.....	21
1.3 Elementos Iniciais Sobre Movimento Estudantil.....	33
1.4 Metodologia de Análise de Movimentos Sociais.....	35
<b>2 Movimentos Estudantis na América Latina.....</b>	<b>38</b>
2.1 Movimentos Estudantis na América Latina: Breve contextualização.....	38
<b>3 Estudo Comparado Entre os Movimentos Estudantis no Brasil e na Venezuela.....</b>	<b>59</b>
3.1 Aproximação à Amostra da Pesquisa.....	59
3.2 Movimentos Estudantis na Venezuela e no Brasil: Cenário Sociopolítico.....	68
3.3 Movimentos Estudantis na Venezuela e no Brasil: Demandas.....	93
3.4 Movimentos Estudantis na Venezuela e no Brasil: Práticas.....	98
3.5 Movimentos Estudantis na Venezuela e no Brasil: Opositores.....	102
3.6 Movimentos Estudantis na Venezuela e no Brasil: Composição.....	109
<b>Conclusão.....</b>	<b>115</b>
<b>Referências.....</b>	<b>118</b>

## Introdução

Esta dissertação tem como objetivo realizar um estudo comparado dos movimentos estudantis universitários no Brasil e Venezuela, determinando suas características mais importantes e marcar as semelhanças e as diferenças entre os dois movimentos, através do estudo das teses e dissertações produzidas no século XXI.

Recolhendo estudos realizados ao longo dos últimos 18 anos no movimento estudantil no Brasil e na Venezuela, dentro da academia, pode-se compreender as situações que têm vivido ambos os países, mergulhar na história do movimento, e conhecer as suas bandeiras e características. Permite também saber objetivamente quais tópicos representam interesse para os cursos de pós-graduação dos dois países na abordagem dos movimentos, a relevância que o objeto de estudo teve, e quais são as aproximações realizadas.

A sistematização deste material e sua caracterização, permite uma abordagem da realidade de cada país, servindo de base para futuros estudos na área, principalmente nos pontos de vista comparativos com outros países da América Latina. As alterações ocorridas no século XXI em ambos os países despertaram o interesse no estudo do assunto: sua história, sua organização e suas principais características. Portanto, considera-se relevante a abordagem dos movimentos sociais e a sua compreensão no ambiente atual.

Para tanto, como objeto de pesquisa, tem-se a caracterização dos movimentos estudantis no Brasil e na Venezuela que é definida por meio de uma amostra da produção acadêmica do século XXI nos dois países, utilizando a ferramenta de estudo comparado, que inclui a compreensão de que o similar e/ou o diferente podem ser comparados.

Movimentos estudantis pertencem à categoria dos movimentos sociais, e, no caso da América Latina, em particular, têm tido grande importância na luta pela democracia e os direitos humanos, na luta pelos direitos dos estudantes, mas também a cidadãos em geral, e marcaram a apresentação de mudanças nos sistemas políticos de diferentes países.

Desde a Reforma de Córdoba<sup>1</sup> até os dias atuais, os movimentos estudantis latino-americanos foram capazes de apresentar propostas para o funcionamento de

---

<sup>1</sup> A Reforma de Córdoba, realizada na Argentina em 1918, constitui o marco fundamental do movimento estudantil latino-americano. Posteriormente, seu conteúdo e desenvolvimento serão discutidos

instituições acadêmicas que garantam a representação de todos os sujeitos que nelas atuam, mas também têm sido o motor da mudança na sociedade.

O objetivo geral desta pesquisa é estabelecer um estudo comparado entre os movimentos estudantis universitários no Brasil e na Venezuela, com base nas teses de doutorado e dissertações de mestrado publicadas em ambos os países desde 2000 até 2018, a fim de identificar demandas, composições, práticas, cenário sociopolítico e opositores para ambos os movimentos.

Como objetivos específicos, estudar os antecedentes dos movimentos estudantis na América Latina, apresentando brevemente os casos da Argentina, México, Chile, Colômbia, Uruguai, Brasil e Venezuela; aprofundar no desenvolvimento histórico dos movimentos estudantis na Venezuela e no Brasil; revisar teses de doutorado e dissertações de mestrado produzidas na Venezuela e no Brasil durante o período 2000-2018 sobre o tema dos movimentos estudantis e comparar as características dos movimentos estudantis na Venezuela e no Brasil.

Para a seleção da amostra para a realização do estudo comparado, são estudadas teses e dissertações do Brasil e da Venezuela, publicadas entre os anos de 2000 e 2018 que tratam do tema movimento estudantil do ensino superior. Por se tratar de um lastro temporal de 19 anos, estabeleceu-se os seguintes critérios:

No caso do Brasil, a plataforma CAPES foi utilizada selecionando os trabalhos publicados no período e, em seguida, escolhendo as áreas de conhecimento mais próximas ao tópico do movimento estudantil. Atualmente, existem 23 trabalhos nos quais foram identificadas as categorias: composição, demandas, cenário sociopolítico, práticas e opositores. Como universidades de estudo, foram escolhidas aquelas que relataram a maior quantidade de trabalho na plataforma da CAPES.

No caso da Venezuela, houve dificuldades ao acesso dos trabalhos, porém, através de alguns pesquisadores assistentes no país e em sites das universidades, algumas pesquisas foram identificadas. As 6 universidades nacionais autônomas do país foram escolhidas como campo de pesquisa, e a UCAB (privada) por sua importância no movimento estudantil.<sup>2</sup>

Por esse caminho chegou-se a uma amostra de 22 teses e dissertações do Brasil e 5 da Venezuela, que foram selecionadas para analisar os movimentos em 5

---

<sup>2</sup> A UCAB é a universidade privada mais antiga do país, por isso teve um papel de liderança em importantes mudanças políticas, como a queda da ditadura em 1958, e teve um papel de liderança nos últimos dez anos

categorias definidas a partir da metodologia de análise de movimentos sociais da autora Maria da Glória Gohn (2010). Partindo dessa metodologia e das amostras foi elaborada uma tabela de resumo com os fragmentos dos trabalhos estudados, os quais foram organizados nas seguintes categorias: demandas, composição, práticas, cenário sociopolítico e opositores. Posteriormente, identificou-se a recorrência de cada uma delas para estabelecer conclusões que permitiram o estudo comparado entre os dois países. Ou seja, após a leitura de todas as dissertações e teses que compõem as amostras, foram feitos os recortes dos fragmentos dos trabalhos referentes a essas categorias para traçar o estudo comparado dos movimentos estudantis universitários no Brasil e na Venezuela.

A pesquisa é interessante do ponto de vista acadêmico, uma vez que mostra diferentes características dos movimentos estudantis, pois a metodologia para Maria Glória Gohn (1997) no estudo dos movimentos sociais será usada, e porque há diferentes categorias de estudo para caracterizar um movimento. Da mesma forma, em nível pessoal, há interesse do autor em aprofundar o assunto, já que participou como membro do movimento estudantil venezuelano, entre 2005 e 2007, especificamente na USB.

Contemporaneamente, a questão ganhou maior importância por causa das situações críticas que vivenciaram, especialmente com a questão orçamentária, as universidades dos países, e por causa das mudanças políticas que foram geradas, também em ambos os países, pôde-se marcar uma mudança nas relações dos movimentos sociais com o poder político atuante.

Como resultado do processo de pesquisa, o trabalho está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo, intitulado “Estudos comparados e movimentos sociais”, traz uma abordagem onde os estudos serão definidos, conjuntamente com sua importância; o conceito de estudo movimentos sociais, classificação e sua história, e uma breve revisão do marco teórico dos movimentos estudantis. O segundo capítulo, intitulado “Movimentos estudantis na América Latina” apresenta os antecedentes mais importantes em termos de movimentos estudantis na Argentina, México, Chile, Colômbia e Uruguai. Isso permitirá gerar uma estrutura referencial e entender o ambiente latino-americano com uma primeira abordagem ao assunto. No terceiro capítulo, intitulado “Estudo comparado entre os movimentos estudantis no Brasil e na Venezuela” trata da análise do objeto específico de pesquisa. Com a amostra selecionada, as categorias de estudo são apresentadas e desenvolvidas,

mostrando os resultados obtidos e sua análise detalhada, através das seguintes categorias analíticas que traçam o estudo comparado entre os dois países: Cenário sociopolítico, Demandas, Práticas, Opositores e Composição. Por fim, serão apresentadas as conclusões do estudo e as recomendações para pesquisas futuras na área.

## 1 Estudos Comparados e Movimentos Sociais

### 1.1 Estudos Comparados nas Ciências Sociais

Estudos comparados no campo das ciências sociais e, especialmente, em ciência política são muito importantes, pois fornecem uma visão em duas realidades e estabelecem suas semelhanças ou diferenças, sendo um método utilizado principalmente a partir da segunda metade do século XX. Para este capítulo será utilizado como fonte primária a obra de Leonardo Morlino e Giovanni Sartori "A comparação nas ciências sociais", a qual explica em detalhes o método comparado, seu possível uso, e por fim, as suas vantagens e desvantagens.

Uma primeira definição aponta o surgimento da comparação como um fenômeno humano para explicar e compreender o ambiente, assim, o próprio Morlino explica como se dá a origem dos estudos comparados:

De tal forma que comparar é importante. Há uma longa tradição de comparação explícita, pelo menos no pensamento ocidental, começando com a famosa classificação de regimes políticos de Aristóteles. Mas também se compara implicitamente, e muitas vezes inconscientemente, na vida cotidiana. Nesse sentido, comparar é o exercício básico de toda atividade cognitiva. Mas, se permanecermos neste ponto, permaneceremos no óbvio, uma vez que o que nos interessa é essencialmente o conjunto de procedimentos que permitem a realização de comparações explícitas e conscientes na ciência política. (SARTORI; MORLINO, 1994, p. 15).

Uma dúvida expressada pelos autores é se existe uma metodologia definida para estudos comparados, ou se existem várias opções. A segunda é tomada como verdadeira, explicando que ainda pode variar quando se busca as semelhanças ou diferenças entre dois elementos ou sistemas, e para isso colocam até uma questão inicial: o que pode ser comparado e o que não pode. A esse respeito eles explicam:

O que é comparável? Vamos voltar para maçãs e peras. Eles são comparáveis ou não são? É um exemplo fácil. Mas pedras e avestruzes são comparáveis? Muito provavelmente responderão objeção para não serem imediatamente replicadas: a declarar "incomparável" porque nós, em algum momento, comparamos. Vamos começar do mais simples. Maçãs e peras são comparáveis em relação a algumas propriedades - aquelas que têm em comum - e não comparáveis com outras. Desta forma, maçãs e peras são comparáveis como frutas, tão comestíveis quanto entidades que crescem em árvores; mas elas não são comparáveis: por exemplo, em termos de sua forma. Em princípio, a pergunta deve sempre ser formulada assim: comparável (muito similar) a respeito de que propriedades ou características, não é comparável (muito diferente) do que outras propriedades ou características? Do que foi afirmado até este ponto, pode-se concluir que comparar envolve a assimilação e a diferenciação nos limites. Se duas entidades são iguais em tudo, em todas as suas

características, é como se fossem a mesma entidade e tudo termina aí. Inversamente, as duas entidades são diferentes em tudo, então é inútil compará-las e, da mesma forma, tudo acaba aqui. As comparações que sensatamente nos interessam são realizadas entre entidades que possuem atributos que são parcialmente compartilhados (semelhantes) e parcialmente não compartilhados (e declarados não comparáveis). (SARTORI; MORLINO, 1994, p. 35).

Voltando à questão metodológica, definir uma meta clara, com uma temporalidade e um espaço bem definido é uma questão fundamental, não só para realizar a pesquisa, mas também para permitir o uso do próprio método comparado.

Talvez o campo onde melhor desenvolveu a metodologia de estudos comparados é a política. Estudos principalmente focados nos presidentes dos Estados Unidos, suas características, personalidades, origem social, objetivos e sua relação com o desempenho, permitindo antecipar variáveis que facilitam a previsão do sucesso ou fracasso de um governo foram desenvolvidas com grande interesse. González (2008) explica sobre as origens dos estudos comparados:

Um modelo de Estudo de Governo Comparado, acrescentou a página Outros Fatores, começou a se mover para a forma de política comparada que é fazer, a partir do final dos anos 50 do Século XX. A conjuntura internacional provocou a necessidade, principalmente dos Estados Unidos, de atender a política de outros países. A análise das comparações institucionais geralmente diz respeito aos dois Estados Unidos e alguns países da Europa Ocidental, principalmente França, Alemanha e Reino Unido. Estava-se preocupado com a política formal -partidos, parlamentos, gabinetes, etc-. A Insuficiência conceitual desses Estudos para dar conta da realidade na América Latina, África e Ásia auxiliou o crescimento das não analisadas estrutural no funcionalismo e baseadas na teoria dos sistemas, o que tem maleabilidade para políticas Análise Maior das Relações Interinstitucionais. (GONZÁLEZ, 2008, p. 4).

Nomeadamente, existe uma barreira muito fina entre o que pode ser a investigação de um estudo de casos e o que pode ser definido como estudo comparado, embora este último possa alimentar o primeiro.

A medida que pode ser feita de certas variáveis, qualitativa ou quantitativamente, e as escalas ou classificações que são determinadas representa, um aspecto fundamental para o estudo comparado, pois são elas que permitem que os resultados de uma investigação sejam válidos ou inexistentes, Barber, em seu estudo sobre a personalidade dos presidentes americanos, usa uma variável emocional e uma variável motora com uma medida bimodal, para estabelecer quatro quadrantes onde os diferentes governantes estão localizados, para então comparar e poder concluir.

Assim, González (2008) estabelece principalmente dois critérios de metodologia na história da pesquisa comparada, dependendo dos objetivos estabelecidos e dos tipos de sistema a serem comparados, é feita a escolha do método mais adequado a ser utilizado, estabelecendo assim:

Como apontam os autores, neste caso parte-se do nível de sistemas por inteiro, utilizando-se sistemas que sejam os mais idênticos possíveis em todas as características. As características comuns são consideradas variáveis controladas, enquanto as diferenças são as variáveis explicativas. Trata-se de uma forma de estudo de variação concomitante, o que se enquadraria nos conceitos de Mill de método da diferença e método da variação concomitante. Uma vez escolhido o nível de análise, este não pode ser mudado. A segunda metodologia de pesquisa identificada pelos autores é a dos sistemas mais diferentes "most different systems". Neste caso, a unidade de análise serão amostras de sistemas diferentes. Pressupõe-se que os fatores sistêmicos não explicam a variação e que as populações são homogêneas. O objetivo é eliminar fatores sistêmicos que são irrelevantes para explicar a variação (GONZÁLEZ, 2008, p. 5).

Quanto às ferramentas que podem ser usadas para realizar a pesquisa, destaca:

A tradição da política comparada era a da análise configurativa de diferentes países, considerados em sua estrutura institucional. As estratégias desenvolvidas a partir dos anos 50, com base em métodos quantitativos, com a expansão do 'survey' como instrumento de coleta de dados e conceitos funcionalistas, mudaram esse panorama, mantendo, no entanto, o nível de sistemas políticos como um todo como unidade privilegiada de análise. No entanto, já neste período, a discussão da política comparada como método, e não como conteúdo, dava mostras de ampliar estas fronteiras. (GONZÁLEZ, 2008, p. 8).

No caso desta pesquisa, devemos estabelecer as variáveis a serem medidas para depois ser capaz de compará-las, então, primordiais. As categorias são estabelecidas de acordo com estudos de Maria Glória da Gohn, proposta a qual será desenvolvida detalhadamente em um capítulo mais tarde, e essa se aplica ao estudo de qualquer conjunto de movimentos sociais.

Retomando o assunto de estudos comparados, enquanto na América Latina, o qual ainda é um campo inexplorado, o estudo de Lucca (2014), explica o desenvolvimento de estudos comparados também comparando os casos de Argentina, Brasil, Colômbia e México. Essa pesquisa explica o desenvolvimento da política comparada em cada um desses países, utilizando como referência as publicações feitas em ambos. A esse respeito:

No caso do Brasil, um dos estudos iniciais em aliviar o estado da arte da política comparada é o de Maria Elena Castro Santos e Marcelo Coutinho (2002), que parece de forma abrangente ambas as publicações científicas, bem como as teses de pós-graduação, as apresentações de artigos aos principais congressos e o foco institucional dos principais centros de ensino e pesquisa. No estabelecimento das revistas observáveis, os autores tomam como o único critério explícito da ordem de relevância da literatura das ciências sociais, política e relações internacionais com base na classificação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior). (LUCCA, 2014, p. 105).

Lucca (2014) continua explicando sobre pesquisa comparada no Brasil, as principais referências que são utilizadas para pesquisa, e com que finalidade é realizada:

Para a análise da política comparada no Brasil, a grande maioria dos autores enfoca o escopo da comparação e os autores, seja para explicar por que tão pouco se compara naquele país como proposto por Marengo (2011); observar a distribuição regional da produção comparativa no Brasil, conforme proposto por Stumpf González (2011); ou ainda, analisar os temas, regiões e números de casos para observar a impressão do paroquialismo ao comparar como proposto por Castro Santos e Coutinho (2002) e Amorim Neto (2010: 329). (LUCCA, 2014, p. 112-113).

Como pode-se observar, os estudos comparados, apesar de serem um campo de pesquisa nas ciências sociais que podem ser considerados pouco explorados e que ainda representam um desafio metodológico, têm importância em estabelecer semelhanças e diferenças entre sistemas ou casos diferentes.

Para o presente trabalho, pôde-se comparar a realidade do movimento estudantil em dois países de acordo com as categorias que são estabelecidas, proporcionando importância para o estudo, não somente para permitir a oportunidade de conhecer diferentes realidades latino-americanas e compará-las, mas também para aprofundar o uso de uma metodologia ainda em desenvolvimento.

## 1.2 Fundamentos Teóricos Sobre Movimentos Sociais

### 1.2.1 Definição e tipologia dos movimentos sociais

Para desenvolver o presente estudo é necessário compreender o conceito de movimentos sociais, sua classificação e seus tipos, uma vez que os movimentos estudantis estão enquadrados nesta categoria, e portanto, essa classificação facilita seu estudo posterior.

No estudo da história política de qualquer país, ela centra-se sobre os

fatores tradicionais de poder e representação: líderes e partidos políticos, e o poder de eventos governamentais e políticos ligados à representatividade; luta por exercícios governamentais e até fatores econômicos. Entre esses fatores estão os movimentos sociais, que contribuem na configuração de pautas, de luta por poder e por representatividade das demandas oriundas de suas bases.

Os movimentos sociais tornaram-se um importante tópico de estudo desde a década dos anos 60, devido às importantes mobilizações ocorridas em diferentes partes do mundo, reivindicando direitos e lutas de grupos discriminados (não necessariamente minoritários), e seu efeito sobre as mudanças na sociedade.

A luta contra a discriminação racial nos Estados Unidos, os movimentos estudantis na França, bem como o surgimento da juventude como ator social, principalmente através dos grupos pacifistas que se opunham à guerra no Vietnã, e com uma linguagem e os próprios símbolos conseguem criar uma identidade e transmitir uma mensagem em nível global, marcam uma mudança nas relações políticas e sociais, que além de propiciar maior abertura democrática, permanecem até o presente. Nesta situação atual, aponta Pleyers:

Norbert Elías (1991) nos lembra que há momentos de regressão em cada etapa do processo da civilização. Vivendo no tempo de Trump, você pode ver cada vez mais como as ferramentas dessa comunicação global servem para reforçar o racismo e a intolerância em muitas partes do mundo. Estamos longe do modelo ideal de Habermas, o que sugere que os melhores argumentos devem prevalecer na deliberação no espaço público. Estudos de economistas alternativos não atingem o impacto da disseminação de notícias falsas (fake news) no Twitter, lembrando-nos o teorema de Thomas (1928): uma teoria ou notícias falsas podem ter efeitos reais em suas consequências. A análise dos movimentos contemporâneos deve então considerar as lógicas da ação coletiva e as da “ação conectiva”, mas também e principalmente suas interações. O que impulsiona ser cauteloso com os excessos do determinismo tecnológico de ‘Centrismo na Internet’ ou antes da ideia de que a Internet está impregnada por uma “cultura horizontal de redes e participação” que vai acabar se espalhando e transformando o mundo real (PLEYERS, 2018, p. 88).

Não significa que anteriormente não houvesse movimentos sociais, de fato, as mobilizações de trabalhadores e sindicais, marcam um precedente importante em termos de demandas e organização, e como será estudado mais adiante, os movimentos estudantis são anteriores à década de 1960, quando, neste momento, obtêm um caráter global.

A luta contra as ditaduras na América do Sul e na Europa, bem como as

mudanças políticas que ocorrem em todo o mundo nos anos 1970, 1980 e 1990, também dão destaque às ações de grupos cidadãos organizados que buscam a defesa de seus direitos e a restauração de seus direitos e liberdades.

A definição de movimento social requer um amplo desenvolvimento epistemológico, e está ligada à história do surgimento e desenvolvimento da sociedade, também um elemento fundamental no desenvolvimento de controle democrático e como um gerador de propostas a serem absorvidas pela sociedade política, conforme as diferentes conjunturas que a contornam.

Um papel muito importante nas mudanças que são experimentadas em qualquer sociedade, mesmo que sejam de natureza política, vem dos chamados movimentos sociais. Existem diferentes definições de movimentos sociais, dependendo dos autores que lidam com o tema, e até mesmo de sua visão particular, sua ideologia e suas referências epistemológicas. Entretanto, tentando uma primeira abordagem conceitual, pode-se pensar em grupos com um interesse comum que são organizados na defesa de seus direitos, e conseguem acertar ações de pressão focadas em gerar mudanças e maior consciência no meio social. Geralmente esses movimentos interagem uns com os outros e conseguem formar redes de ação, estabelecendo objetivos comuns.

No entanto, a seguir apresentamos alguns conceitos mais formais, de trabalhos de pesquisa realizados em espanhol e português, primeiro o conceito desenvolvido por Martínez-Otero será apresentado, a este respeito, ele ressalta:

Os movimentos sociais se cristalizaram à medida que outras formas de organização se tornaram obsoletas. O surgimento desses movimentos também favoreceu a perda da capacidade do marxismo de transformar a sociedade. Como diz Verdaguer (1993, p. 66-67), a expressão 'movimentos sociais' é o herdeiro direto do conceito de "movimento operário" e o que se pretendia, do ponto de vista teórico, era preservar em dois aspectos o modelo dominante de interpretação da sociedade e dos fenômenos de mudança social: 1) a concepção de transformação social como um processo linear de 'progresso'; 2) a crença em um 'sujeito de transformação social' que está em uma situação privilegiada para se tornar o motor da mudança, desde que tenha uma teoria global do social que lhe permita revelar as chaves para a transformação. Definimos, portanto, o movimento social como um processo de (re) constituição de uma identidade coletiva, fora do âmbito da política institucional, que dá sentido (certeza) à ação individual e coletiva na articulação de um projeto de ordem social. Estamos conscientes de que, no âmbito desta definição, existem ações como a de um movimento neonazista e de outros classificados como reacionários. Se admitimos a possibilidade de incluir esses grupos na definição de movimento social, o fazemos sob a consideração de que não podemos deixar de fora o que não

é progressivo ou o que aplicamos nossa própria lógica: quando as ações desses grupos atendem à definição isto é, eles pedem uma mudança de roteiro e adquirem novos papéis no elenco, testemunhamos o surgimento de um movimento social. Não são ações violentas tão isoladas que entrariam na classificação do comportamento coletivo como protesto reativo, nem quando são ações dirigidas do Estado ou de qualquer de suas instituições. O movimento social é sempre auto-organização dos cidadãos. (MARTÍNEZ-OTERO PÉREZ, 2001, p. 59-60).

Montaño e Duriguetto (2010) estabelecem duas definições importantes na compreensão do assunto ao expressar:

Duas distinções precisam ser esclarecidas para compreender de que estamos falando quando tratamos de 'Movimentos Sociais': Movimento e mobilização sociais. Deve claramente se diferenciar o conceito de movimento social do de mobilização social. Longe de se tratar de uma questão semântica, um 'movimento social' caracteriza uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não se reduz a uma dada atividade ou mobilização. Uma 'mobilização social' remete a uma atividade, que se esgota em si mesma quando concluída. Mobilização pode ser uma ferramenta do movimento, mas em si, mobilização pode se desdobrar em outras até formar um movimento; mas em si, mobilização não necessariamente significa uma organização nem constitui um movimento social. Movimento Social e ONG. Outra confusão comum é a equivocada identificação entre Movimento Social e ONG; são tratadas ora como organizações da mesma natureza, ora como entidades que se sucedem no tempo. Porém, ambas constituem organizações de natureza bem diversa. Por um lado, o Movimento Social, dentre outras determinações, é conformado pelos próprios sujeitos portadores de certa identidade/necessidade/ reivindicação/ pertencimento de classe, que se mobilizam por respostas ou para enfrentar tais questões -o movimento social constitui-se pelos próprios envolvidos diretamente na questão. Por seu turno, a ONG é constituída por agentes, remunerados ou voluntários, que se mobilizam na resposta a necessidades, interesses ou reivindicações em geral alheias, não próprios. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 263-264).

Os autores esclarecem que é importante estabelecer a diferença entre movimentos sociais e mobilizações e ONGs, pois embora as mobilizações possam fazer parte do repertório de ações de um movimento social, elas próprias não têm a organização que os movimentos sociais exigem. As organizações não-governamentais têm uma estrutura rígida, que também as diferencia dos movimentos sociais, embora estas possam se tornar ONGs.

Os movimentos recorrem ao desafio coletivo de manter o interesse dos seguidores, conseguir novas adesões, afirmar suas demandas e atrair a atenção de adversários e terceiros.

Outro elemento importante no estudo sobre movimentos sociais é a sistematização sobre a sua tipologia. Para este entendimento recorreremos ao trabalho de Montaño e Duriguetto (2010), que fazem uma classificação dos

principais tipos de movimentos sociais que podem ser conhecidos no Brasil e estendidos na América Latina:

1. Movimentos clandestinos, de resistência à ditadura e redemocratização no Brasil;
2. Movimentos e demandas por bens de consumo coletivo;
3. O MST e as lutas pela Reforma Agrária;
4. Os Movimentos étnicos e raciais;
5. Movimentos Sociais feminista, estudantil e por liberdade de orientação sexual.

Podemos inferir que essa tipologia pode extrapolar, ou seja, serão as mesmas, com variáveis dependentes de cada cultura e seu próprio sistema político, mas com bandeiras, demandas e objetivos muito próximos, em especial, quando estamos estudando a América Latina.

A partir dessa conceituação e tipologia, o presente estudo irá se centrar nos movimentos sociais estudantis universitários, no caso específico destes movimentos, uma diferença fundamental com outros grupos, é que eles têm limitado à universidade, mas suas proclamações procuram gerar profundas mudanças sociais no ambiente, mesmo em áreas que não os afetam diretamente. Esses geralmente têm um alto componente político. Esses tópicos serão aprofundados nos seguintes capítulos.

Maria da Glória Gohn, fornece um fundo histórico no Brasil e nos movimentos sociais, que podem ser generalizados para o resto da América Latina. O processo de independência em si acaba sendo um resultado de movimentos para as demandas sociais e econômicas nos países da América Latina, historicamente comandada pelos impérios espanhol e português.

Os movimentos sociais também serão um resultado de lutas sociais na escravidão no século XIX e mais contemporaneamente pela luta pela democracia em nossos países, e, dependendo das características de cada país, seguirá caminhos diferentes.

No entanto, o fim da escravidão ou o advento da democracia, não são fatos

por si só de garantia de respeito a todos os cidadãos, longe de considerar fatos como o cumprimento dos objetivos, eles devem se concentrar como realizações que dão ajuste a novos desafios. Com isso, as condições de camponeses e trabalhadores rurais contra grandes cidades com a consolidação de indústrias irão acomodar novos pedidos e organizações civis, as quais lutam por condições mais justas de vida.

A definição de movimentos sociais requer um amplo desenvolvimento epistemológico, e está ligada à história do surgimento e desenvolvimento da sociedade, também um elemento fundamental no desenvolvimento de controle democrático e como um gerador de propostas a serem absorvidas pela sociedade política, conforme as diferentes conjunturas que a contornam.

Um papel muito importante nas mudanças que são experimentadas em qualquer sociedade, mesmo que sejam de natureza política, vem dos chamados movimentos sociais. Este é um tema de suma importância nesta pesquisa, uma vez que os movimentos estudantis estão enquadrados na categoria movimentos sociais.

Para o correto estudo dos movimentos sociais, é necessário entender sua composição e organização em qualquer ambiente social. Como referência, o trabalho da Professora Gohn, mostrará o referencial de três paradigmas diferentes para seu estudo. No primeiro, é adotada a definição de “paradigma”, para esclarecer a definição que será adotada no presente estudo temos:

Para nós um paradigma é um conjunto explicativo em que encontramos teorias, conceitos e categorias, de forma que podemos dizer que o paradigma X constrói uma interpretação Y sobre determinado fenômeno ou processo da realidade social. Esta explicação deve diferir da de outros paradigmas. T. Kuhn (1962), físico responsável pela difusão mundial do termo, afirmou que na ciência um paradigma surge toda vez que é difícil envolver novos dados em velhas teorias. Certamente, o leitor já terá se perguntado sobre os critérios de subdivisão dos paradigmas apresentados acima para a organização deste livro. O uso de um critério geográfico-espacial foi um recurso pedagógico utilizado não para definir o paradigma em si, mas apenas para localizá-lo diferencialmente, enquanto corrente teórico-metodológica composta por teorias formuladas a partir de realidades específicas. A América do Norte, a Europa e a América Latina possuem contextos históricos específicos, e lutas e movimentos sociais correspondentes a eles. Este é um dado importante que aglutina as explicações. (GOHN, 1997, p. 13).

Como se pode ver, é fundamental entender os três paradigmas propostos, entender a classificação geográfica proposta, que será consistente com a pesquisa

desenvolvida em cada ambiente e com suas respectivas situações e realidades históricas, sobre o paradigma norte-americano:

Assim, o paradigma norte-americano, possui em suas diferentes versões, explicações centradas mais nas estruturas das organizações dos chamados sistemas sociopolíticos e econômicos; as categorias básicas de suas análises são: sistema, organização, ação coletiva, comportamentos organizacionais, integração social etc. A partir dessas categorias ele desenvolveu vários conceitos e noções analíticas, tais como, privação cultural, escolhas racionais, mobilização de recursos, institucionalização de conflitos, ciclos de protestos, micro mobilizações, frames, oportunidades políticas etc. (GOHN, 1997, p.14).

Esse paradigma descrito é aquele que serve de base teórica para um grande número de estudos realizados sobre movimentos sociais, mas, ao mesmo tempo, é o que mais se afasta da realidade latino-americana, que está sendo estudada neste trabalho. Sobre o paradigma europeu, que acrescenta interações entre diferentes grupos da sociedade, é definido:

Na Europa, ao falarmos sobre paradigmas, temos de usar o plural porque há duas abordagens teóricas bem diferenciadas: o marxista e a dos Novos Movimentos Sociais. Cada uma delas se subdivide em uma série de correntes teóricas explicativas. A marxista centra-se nos estudos dos processos teóricos globais, nas contradições existentes e nas lutas entre as diferentes classes sociais. As categorias básicas construídas por seus analistas são: classes sociais, contradições, lutas, experiências, consciência, conflitos, interesses de classes, reprodução da força de trabalho, Estado, etc. As noções e conceitos desenvolvidos são: experiência coletiva, campo de forças, organização popular, projeto político, cultura política, contradições urbanas, movimentos sociais urbanos, meios coletivos de consumo etc. O paradigma dos Novos Movimentos Sociais parte das explicações mais conjunturais, localizadas em âmbito político ou dos micro processos da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais. As categorias básicas desse paradigma são: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc. Os conceitos e noções analíticas criadas são: identidade coletiva, representações coletivas, micropolítica do poder, política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impactos das interações políticas etc. (GOHN, 1997, p.14).

Por fim, é necessário o surgimento de um paradigma latino-americano, que reflita as particularidades da região, sua história, sua composição, seus processos de colonização e miscigenação e sua influência atual, seus próprios sistemas políticos e seus grupos excluídos. Embora o terceiro paradigma terá a influência do europeu, constituindo em si uma categoria única de grande interesse na pesquisa realizada, é definido que:

O paradigma latino-americano concentrou-se, em sua quase totalidade, nos estudos sobre os movimentos sociais libertários ou emancipatórios (índios, negros, mulheres, minorias em geral); nas lutas populares urbanas por bens e equipamentos coletivos, ou espaço para moradia urbana (nas associações

de moradores e nas comunidades de base da Igreja), e nas lutas pela terra na área rural. As teorias que orientaram a produção a respeito foram as dos paradigmas europeus, tendo predominância nos anos 70 a vertente marxista e nos anos 80 a abordagem dos Novos Movimentos Sociais. Os estudos baseados nas teorias marxistas destacaram certas categorias: hegemonia, contradições urbanas e lutas sociais. Os estudos que aplicaram o paradigma dos Novos Movimentos Sociais às categorias sociais da autonomia e da identidade tiveram maior destaque. Mas houve certa releitura daquelas teorias, resultando também na criação de outras categorias de análise tais como: novos sujeitos históricos, campo de força popular, cidadania coletiva, espoliação urbana, exclusão social, descentralização, espontaneidade, rede de solidariedade, setor terciário privado e público etc. As novas categorias esboçam, delineiam e o mesmo tempo podem ser o suporte para a elaboração de um paradigma próprio e específico para a América Latina, ainda a ser construído em sua plenitude, mas que está presente no debate incipiente que se observa nas entrelinhas dos trabalhos e congressos acadêmicos (GOHN, 1997, p.15).

Apesar da importância do conhecimento das categorias descritas e de que elas podem servir de referência e apoio, este trabalho utilizará categorias mais gerais, não definidas apenas no campo latino-americano, apresentadas por Gohn para o estudo dos movimentos sociais em geral, que serão desenvolvidas e explicadas nos próximos capítulos.

A necessidade de estudar as peculiaridades da América Latina para o estudo de seus movimentos sociais, principalmente hoje, e até o atendimento de paradigmas clássicos também é apontada por Scherer- Warren (2013):

Em estudos anteriores, especialmente os mais recentes, tenho me dedicado a pensar sobre a possibilidade de um caminho teórico- metodológico para a interpretação do agir dos movimentos sociais a partir do sul global, e mais especificamente, a partir do caso brasileiro (SCHERER-WARREN, 2013, p. 196-197).

A teoria de um paradigma latino-americano coincide com a abordagem de Boaventura na definição das Epistemologias do Sul, a importância de compreender a região latina como um todo, vítima do colonialismo histórico, mas mesmo sob o jugo dos patronos do norte, o seguinte fragmento explicativo:

Além disso, a coexistência de diferentes temporalidades ou durações em diferentes práticas de conhecimento requer uma expansão da moldura temporal. Enquanto as modernas tecnologias tendem a favorecer a moldura temporal e a duração da ação estatal, tanto na administração pública como na política (o ciclo eleitoral, por exemplo), as experiências subalternas do Sul global têm sido forçadas a responder tanto à curta duração das necessidades imediatas de sobrevivência como à longa duração do capitalismo e do colonialismo. Mesmo nas lutas subalternas podem estar presentes diferentes durações. Como exemplo, a luta pela terra dos camponeses empobrecidos da América Latina pode incluir a duração do Estado moderno, quando, por exemplo, no Brasil, o Movimento dos Sem Terra (MST) luta pela reforma agrária, a duração da escravatura, quando os povos afro-descendentes lutam pela recuperação dos Quilombos, a terra

dos escravos fugitivos, seus antepassados, ou ainda a duração ainda mais longa, do colonialismo, quando os povos indígenas lutam para reaver os seus territórios históricos de que foram esbulhados pelos conquistadores. (SANTOS, Laura, 2007, p.89).

Dentro da visão de mundo atual, onde fica ainda mais difícil conceber as diferenças entre os movimentos de cada região, devido aos fenômenos da globalização, o estudo da Scherer-Warren (2005):

Concebemos os movimentos sociais, em um mundo globalizado e multicultural, como redes de interação e prática social, simbólica e política, as quais são pouco formalizadas e institucionalizadas. Essas redes conectam cidadãos, grupos e organizações da sociedade civil engajados em torno de conflitos ou no apelo a uma solidariedade comum, baseando-se em projetos políticos ou culturais, construídos em torno de identificações e valores coletivos. (SCHERER-WARREN, 2005, p. 28).

Agora, o estudo do movimento estudantil foi enquadrado dentro dos novos movimentos sociais (correspondendo ao paradigma europeu), mas também dentro do paradigma latino-americano, como uma necessidade de um estudo de identidade; então, a definição de Gohn (1997) dos novos movimentos sociais pode ser tomada, dentro do paradigma latino-americano:

Os 'novos' movimentos sociais - de mulheres, ecológicos, de negros etc. ocorreram em toda América Latina, mas com grandes diferenças em relação aos europeus e aos norte-americanos. Embora algumas bandeiras tenham sido importadas, como a dos ecologistas, os movimentos latino-americanos ocorreram em sociedades civis marcadas por tradições de relações clientelistas e autoritárias, por Estados cartoriais e com sistemas judiciários inoperantes. Modelando tudo isto, a tradição da cultura política democrática é quase inexistente e valores como o machismo e o preconceito racial escamoteado são variáveis de longa data. Destaca-se que a inexistência dessas condições abrirá novos espaços e campos de trabalho aos movimentos desenhando trajetórias peculiares e diferentes das percorridas pelos movimentos europeus ou americanos. Enquanto naqueles países os movimentos tiveram grande importância na esfera pública em âmbito nacional, na América Latina eles permaneceram mais circunscritos às esferas locais. Nos Estados Unidos e na Europa a bandeira dos direitos humanos focaliza essencialmente os direitos sociais e culturais. Na América Latina foram basicamente os direitos econômicos, elementares de sobrevivência humana. Entretanto, concordamos com Touraine em sua análise dos novos movimentos em termos de conexões que buscam mudanças e alargamento das fronteiras entre os espaços públicos/privados e a vida social, e envolvem lutas contra as velhas e as novas formas de dominação nestas áreas. (GOHN, 1997, p. 229).

Scherer-Warren introduz a visão do sujeito coletivo, do grupo humano que busca sua reivindicação, que busca ser reconhecido e luta como um todo, a partir dessa ideia, obtém-se o conceito:

Na perspectiva das grandes narrativas, havia somente um sujeito social de transformação, que poderia ser a classe, o messias, o líder carismático e assim por diante. Com o pensamento desconstrutivista dos novos

movimentos sociais, admitiu-se a existência de sujeitos com identidades múltiplas (gênero, etnia, nação, etc.) e a transformação social passou a ser concebida a partir de um enfoque que levava em consideração a articulação discursiva de diversos atores coletivos. Hoje, os contatos crescentes entre culturas diferentes requerem, além do respeito à diferença, a construção de uma intersubjetividade que resulte de uma participação conjunta na esfera pública onde os conflitos podem ser negociados à luz de uma reflexividade crítica acerca das ambiguidades das práticas políticas multiculturais. Por exemplo, nos Fóruns Sociais Mundiais, em Porto Alegre, críticas internas eram feitas quando o discurso por uma democracia multicultural não era acompanhado de oportunidades dadas às vozes dos múltiplos atores, representantes de minorias sociais, tais como a das mulheres jovens negras e pobres. (SCHERER-WARREN, 2005, p. 26).

Quanto ao desenvolvimento dos movimentos sociais na América Latina e quais aspectos devem ser estudados em profundidade e suas formas de ação, destacam-se:

Dentre os contratos existentes no cenário dos movimentos sociais latino-americanos devemos considerar suas estratégias e táticas, que variam de ações violentas –características dos movimentos chamada fase pré-política, quando o diálogo e negociação eram inviáveis– a forma de ação modernas, com uso de meios avançados de comunicação –como os computadores, a Internet e mídia (televisão e principais jornais). Criar fatos novos que geram impactos e virem notícias na mídia não é fato recente. Para ficar apenas nas últimas três décadas, devemos recordar do uso de rádios comunitárias nas favelas– assim como do movimento dos Aymaras, na Bolívia, que já se utilizava desse meio nos anos 70. A câmera de vídeo foi um instrumento importantíssimo para registrar eventos dos movimentos populares nos anos 80, assim como para desenvolver projetos de educação popular e formação de liderança. Devemos considerar que a heterogeneidade dos movimentos comporta várias expressões da vontade política, cada qual contendo em seu bojo projetos políticos. Sabemos que a democracia representativa, eleita pelo sufrágio universal, na prática não é a representante dos interesses gerais, como afirmam os discursos. A figura de um governo significa a vitória de uma dada ala das forças políticas. Embora esta ala tenha de procurar compor-se com as várias facções existentes, certamente tentará apoiar-se na facção que lhe deu apoio eleitoral. E, portanto, nem todos os movimentos populares têm o mesmo “caminho aberto” para se expressar diante de um governo só por que este se elegeu pelo sufrágio popular. Há interlocutores privilegiados. Há, ainda, ‘contra movimentos oficiais’, isto é, movimentos criados por estímulo das políticas públicas, objetivando dar-lhes suporte político. Estes contra movimentos se apresentam na arena política como representantes de forças sociopolíticas que, usualmente, não estão preocupadas com a mudança e a transformação da sociedade. Mas fazem parte do jogo na arena democrática. Esse jogo de poder tem levado, na América Latina, ao surgimento de lideranças e se constitui numa verdadeira escola de aprendizado político. (GOHN, 1997, p. 238).

E por fim, ao adotar o conceito de movimento social e sua composição, destaca-se a importância de sua ação política como agente de mudança, principalmente na América Latina.

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país,

criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político- culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam. (GOHN, 1997, p. 251-252).

Dada a possibilidade de enquadrar os movimentos estudantis latino-americanos no estudo de novos movimentos sociais e relacioná-lo às epistemologias do sul, o tópico é expandido abaixo. Montañó e Duriguetto apontam sobre o seu surgimento:

E nesse período e nesse contexto que eclodiu o aparecimento dos chamados Novos Movimentos Sociais, como o movimento mundial de protesto contra a guerra dos Estados Unidos no Vietnã, o Maio parisiense de 1968, os movimentos ecológicos, urbanos, antinucleares, feministas, dos homossexuais, pelos direitos civis dos negros no Estados Unidos, entre outros. Esse aparecimento assinala um novo limite de conflitividade produzida pelo movimento operário: 'a contestação do poder do capital sobre o trabalho não se entendeu ao poder fora do trabalho', ou seja, as lutas operárias não conseguiram se articular com as demandas e lutas dos chamados novos movimentos sociais emergentes. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 265).

Como se pode ver, o surgimento dos novos movimentos se fortalece nos anos 1960, exatamente no momento de maior tensão da Guerra Fria, em que existem conflitos frequentes sobre o domínio das duas potências dominantes, principalmente a Guerra do Vietnã, que é lembrada e a rejeição que produziu na juventude do próprio bloco ocidental.

Também é mencionado o mês de maio francês, gerador de importantes bandeiras para a transformação da sociedade francesa e que inspirou vários movimentos estudantis que buscaram a transformação de seu ambiente, mas também a mudança da sociedade e uma sociedade mais justa e participativa.

Embora na América Latina os movimentos estudantis estejam presentes desde o início do século XX e as mudanças que eles geram nos permitam mostrar um novo modelo após 1918, é verdade que o ambiente da Guerra Fria renovará sua força e seu peso na Sociedade. Na América Latina, isso se deve a dois fatores: a incidência de jovens em todo o mundo e a intervenção nas políticas internas de diferentes países da América Latina, que geraram uma série de ditaduras na região, principalmente da direita (como a o caso do Chile, Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia), com pequenos espaços para democracia (Venezuela) ou para sistemas de aparência democrática, mas altamente controlados (como México e Colômbia).<sup>3</sup>

Assim, o movimento estudantil pode ser classificado na teoria dos Novos Movimentos Sociais, não apenas por causa de sua dinâmica juvenil, mas também por sua luta por grupos que não têm acesso total à participação dos estudantes ou às necessidades dos membros da comunidade. Sobre as origens do movimento estudantil brasileiro e suas ações nas primeiras décadas do século XX, Montaño e Duriguetto propõem:

Movimento estudantil. no Brasil, a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), no ano de 1937, operou uma inflexão na atuação dos segmentos estudantis, que se caracteriza, de acordo como a análise de Poener (2004), pela fragmentação, pelo isolamento e pela descontinuidade, das lutas. O reconhecimento da UNE, como entidade máxima de representação dos estudantes brasileiros, tornou as lutas estudantis mais expressivas e articuladas em nível nacional. Desde sua criação até a década de 1950, o movimento estudantil, mediante atuação da UNE, participou de lutas importantes no cenário político nacional como das mobilizações contra o Estado Novo; a campanha pelo ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, a chamada 'Campanha contra o eixo', a defesa de patrimônio territorial e econômico do país expressa por meio da campanha "O petróleo é nosso" (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 287-288).

No entanto, apesar de fortalecido no meio da Guerra Fria, seria simplista tentar ver os novos movimentos sociais dentro dos blocos, embora seja dado o questionamento de ações próprias do mundo capitalista, as reivindicações a favor da igualdade racial, sexual, religiosa ou cruzam qualquer limite ideológico ou político.

Com esta configuração, não é a luta pela igualdade sob a visão capitalista ou socialista, é a luta pela igualdade em qualquer contexto e a luta contra qualquer

---

<sup>3</sup> Este conteúdo será desenvolvido no próximo capítulo, abordando a realidade de vários desses países, também a Operação Condor, discutida no estudo do Cenário Sociopolítico do Brasil.

coisa com licença para ir contra. Esse fato fortalece os Novos Movimentos, o que lhes dá uma mensagem universal, mas ao mesmo tempo os afasta da discussão ideológica, pois, como observado abaixo, isso se aproxima das visões tradicionais de trabalho que originam as mais reconhecidas propostas ideológicas:

Uma visão ligada a um posicionamento tido como 'não alinhado' ou independente: nem imperialista, nem soviético, nem capitalista nem comunista. Os autores 'acionistas' assumem distância dos dois lados da 'Guerra Fria', os Estados Unidos e o bloco capitalista, e a União Soviética e o bloco socialista. Sua análise, portanto, será resultado deste posicionamento: consideram os 'NMS' como distantes da contradição capital/ trabalho. (GOHN, 1997, p. 312-313).

Isso não significa que o ambiente ideológico esteja totalmente isolado; é impossível pensar no surgimento de novos movimentos sociais sem o ambiente que possibilita seu surgimento. Existe uma realidade política, social e econômica em todo o mundo que possibilita o surgimento de novas demandas, há a denúncia de grupos excluídos que reivindicam seus direitos e uma sociedade que fica ciente de que, se não puder apoiar a luta de outros, também será afetado. Sobre as alterações que ocorrem no momento, Gohn diz:

As leituras teóricas e políticas da perspectiva pós-moderna acerca dos novos movimentos sociais, não podem ser analisadas fora do contexto econômico e político no qual emergiram a partir das três últimas décadas do século passado. Esse período marca o esgotamento do ciclo de expansão e vigência de padrão de acumulação fordista ou do regime de regulação welfariano, vindo se a manifestar em uma crise estrutural do capital. Como resposta à sua própria crise, iniciou-se uma ofensiva do capital e do Estado para retomar o patamar de acumulação anterior. Essa ofensiva se materializa no desenvolvimento, em oposição ao padrão fordista-keynesiano, de um novo regime de acumulação, constituído a partir do projeto neoliberal (GOHN, 1997, p.317).

### 1.3 Elementos Iniciais Sobre Movimento Estudantil

Movimentos estudantis são enquadrados dentro de movimentos sociais, entre eles os movimentos universitários são importantes pela sua representatividade na sociedade. Desde a Reforma de Córdoba na Argentina até os protestos em 2019 em diferentes países da América Latina, eles marcaram a evolução na história de nossos países.

Embora na América Latina seu impacto tenha sido maior devido às suas diferenças com modelos universitários nos Estados Unidos e na Europa, as sociedades de outros continentes também tiveram forte influência de movimentos

estudiantis, ou pelo menos de jovens, que incluíam estudantes universitários.

A existência de ditaduras durante os anos 1960, 1970 e 1980 em grande parte dos países da América Latina permitiu o surgimento de grupos de resistência e protesto, organizações clandestinas e interações entre grupos que possam ter interesses. A esse respeito, Burgos aponta no trabalho compilado por Dagnino e Tatagiba (2007):

Na América Latina, nos anos 1980, veiculado nas teorias da transição, veiculado nas teorias da transição democrática -embora a genealogia deste uso não seja totalmente clara-, o conceito de sociedade civil começou a ser utilizado para generalizar as forças que se opuseram às ditaduras militares que assolaram o subcontinente. No final dos anos 80, a este uso se somou a arrasadora difusão da ideologia neoliberal, com sua crítica ao Estado -visando, como é sabido, ao desmonte do chamado "Estado de bem-estar" (até as versões minimalistas desenvolvidas na América Latina) proclamando a palavra de ordem "Estado Mínimo já! Reforma do Estado!" (DAGNINO; TATAGIBA, 2007, p. 129).

Gohn ressalta a importância de compreender a realidade dos movimentos atuais em relação ao tradicional, colocando a seguinte narrativa para entender os movimentos juvenis e estudiantis de hoje, em seu livro "Sociologia Dos Movimentos Sociais".

Assim como em 1968, no século XXI os estudantes de vários países voltaram à cena pública com atos de protestos, especialmente nos territórios emblemáticos dos acontecimentos de maio de 1968, ou seja, França e Estados Unidos. Eles voltaram à cena pública reivindicando mudanças na sociedade. Desta vez, as demandas não foram só contra valores, eles focalizaram um dos sujeitos sociais atingidos pela crise social global: os imigrantes. Em 2005, jovens franceses (alguns estudantes e a maioria não) incendiaram carros estacionados nas ruas de Paris. Por serem filhos de imigrantes confinados em guetos formados nas periferias da cidade, eles sentiam na pele os efeitos de uma crise econômica que não lhes abria espaço no mercado de trabalho nem no sistema escolar (GOHN, 2010, p. 81).

A partir da referência do Maio Francês, um marco em protestos sociais, estudar os movimentos sociais em geral, revela e desenvolve a ideia de protagonistas sociais e culturais atualmente, reivindicando não só a participação requerida ou cessação de ultrajes, mas o reconhecimento do grupo, e o respeito pelas tradições. Por esse motivo, a questão da imigração em meio a um mundo globalizado é fundamental.

Portanto, atualmente, longe do que se poderia pensar, o termo "movimento social" assume maior destaque, tomando novas bandeiras de maior impacto social e

cultural, e assumindo o papel principal em questões como a proteção do meio ambiente e dos direitos humanos.

No decorrer da pesquisa pretendemos aprofundar o conteúdo sobre movimento estudantil a partir dos dados coletados nas dissertações e teses, ou seja, identificar quais as concepções e conceitos sobre o que são movimentos estudantis a partir dos fundamentos das pesquisas realizadas nas mesmas.

#### 1.4 Metodologia de Análise de Movimentos Sociais

Na busca de uma melhor compreensão do fato na América Latina, passa-se a sistematizar uma proposta metodológica de análise de movimentos sociais através da revisão bibliográfica e do uso de estudos comparativos, utilizando para esta metodologia como categorias de análise as propostas por Gohn (GOHN, 2010), a qual irá nos subsidiar na presente pesquisa.

Gohn define as categorias na obra “A Teoria dos Movimentos Sociais” (2010) que pode ser estudada para a descrição de um movimento social, no nosso caso de movimentos estudantis. Essas categorias terão grande importância, uma vez que representam o coração dessa pesquisa.

Para a autora, os elementos podem ser classificados como internos e externos. Dentro dos fatores internos, o autor apresenta suas demandas, suas articulações, suas ideologias, seus projetos, sua organização e suas práticas. Dentre as categorias que podem ser definidas externamente, destacam-se o contexto sociopolítico, seus adversários, redes externas (ou alianças) e relações com outras entidades e organizações.

Posteriormente, a autora reúne algumas dessas categorias dando a seguinte classificação: Processos, Utopias, Repertório, Composição, Princípio Articulatório Interno, Princípio Articulatório Externo, Força Social, Ideologia, Cultura Política, Organização, Práticas, Projeto Social e Político, Identidade, o Projeto Sócio- Político, Adversários, Conquistas e Derrotas. Essas categorias estão apresentadas no Quadro 1: Categorias de estudo dos Movimentos Sociais.

Para esta dissertação, serão consideradas as categorias de acordo com os

critérios do autor, a seleção é baseada no que é considerado para permitir uma melhor aproximação dos diferentes movimentos e seu ambiente, que permitam uma conclusão adequada sobre os movimentos de interesse, ou seja, após a leitura do conteúdo da amostra selecionada (dissertações e teses de doutorado sobre movimentos estudantil universitário no Brasil e na Venezuela). As categorias consideradas de maior interesse foram selecionadas entre as apresentadas no trabalho de Gohn, para o seu estudo na amostra de pesquisa. Um resumo das categorias propostas pela Professora Gohn (1997) é apresentado no quadro seguinte, e as categorias a serem estudadas são destacadas em negrito.

QUADRO 1 - Categorias de estudo dos Movimentos Sociais

(continua)

Nº	Categoria	Definicao
1	<b>Demandas</b>	<b>Carências não atendidas. Podem ser bens materiais ou simbólicos</b>
2	Utopias	São uma reinvenção da realidade, têm um ideal a atingir, vão além do possível de ser feito no momento - buscam o impossível. Elas geram ideologias, movimentos e novos valores. São a-históricas, até poderem vir se consolidar na história
3	Repertórios	Tradução da demanda em reivindicação, mediatizada pelo conteúdo político-ideológico
4	<b>Composição</b>	<b>Origem social de seus participantes ou princípio articulatório que os aglutina</b>
5	Princípio Articulatório	As bases demandatárias, as lideranças, as assessorias, relações entre as diferentes redes de movimentos sociais, articulações entre elas.
6	Força Social	Análise de suas redes e articulações em o cenário em que o movimento se desenrola
7	Ideologia	Conjunto de creencias, valores e ideas que fundamentan sus reivindicaciones
8	Cultura Política	Se constrói a partir da experiência vivenciada no cotidiano
9	Organização	Formal ou informal. estabelecimento de funções, divisores de tarefas, cargos, etc.
10	<b>Práticas</b>	<b>Ações diretas e discursos</b>
11	Projeto Sociopolítico Cultural	Projeto para a sociedade, em relação ao conteúdo intrínseco da problemática que o constitui
12	Identidade	É uma somatória de práticas a partir de um referencial contido nos projetos

## QUADRO 1 - Categorias de estudo dos Movimentos Sociais

(conclusão)

N°	Categoria	Definicao
13	<b>Cenário Sociopolítico</b>	<b>Em que o movimento se desenvolve, é ele quem fornece os elementos conjunturais que explicam o processo interativo e a correlação de forças</b>
14	<b>Opositores</b>	<b>Os sujeitos que detêm o poder sobre o bem demandado</b>
15	Conquistas e Derrotas	Balizas importantes para explicar seus fluxos e refluxos

Fonte: Adaptado de (GOHN, 1997)

Nota: Organizado pelo autor

O quadro apresenta categorias que precisam ser levantadas a partir de dados coletados junto ao movimento social estudado. Essa metodologia tem sido utilizada por pesquisadores que estudam diferentes movimentos sociais e pretendem caracterizá-los. O cenário sociopolítico é tomado como a primeira característica importante, o qual será desenvolvido no próximo capítulo, e aprofundado com o material da amostra selecionado.

## 2 Movimentos Estudantis na América Latina

### 2.1 Movimentos Estudantis na América Latina: Breve contextualização

Para compreender a história do movimento estudantil latino-americano, é importante conhecer as origens da própria universidade, aproximando-se dos conflitos nela presentes desde sua origem.

A história da universidade latino-americana está intimamente ligada ao desenvolvimento da universidade no mundo ocidental, e ainda mais ao desenvolvimento das diferentes propostas políticas, econômicas e sociais nela contidas.

A origem da universidade ocidental está intimamente ligada à igreja. São instituições que surgem na Europa a partir do século XII, sendo as primeiras e mais reconhecidas universidades do mundo: Bolonha, Paris e Salamanca, para o treinamento em três áreas principais: direito, medicina e, principalmente, teologia.

Enquanto áreas mais técnicas eram ensinadas em academias superiores ou sob o patrocínio das classes dominantes, a universidade crescia sob o domínio da igreja, com normas rígidas e uma estrita estrutura hierárquica, onde os estudantes podiam adquirir conhecimento, mas o propósito principal não era uma preparação para o futuro desenvolvimento profissional.

As Américas Espanhola e Portuguesa fazem parte dessa realidade, e assim, as primeiras universidades que surgiram na América copiaram o modelo espanhol, principalmente a partir da mencionada Universidade de Salamanca. No contexto da Universidade de Córdoba, na Argentina, a primeira daquele país, surge sendo uma das primeiras na América Latina (embora seja discutido se a primeira foi criada no Peru ou na República Dominicana). Para esta seção, a obra de Ricardo Romero "El Movimiento Estudiantil Argentino en el Siglo XX" é usada como fonte principal, que fixa os antecedentes das universidades latino-americanas e sua influência na Reforma de Córdoba.

Posteriormente no século XIX, a universidade vai experimentar um processo de transformação: a revolução industrial, o surgimento de cidades modernas, as

necessidades das pessoas especializadas nas novas classes emergentes e o reforço das teorias da ilustração, farão com que a ciência ganha proeminência sobre a religião, permitindo o questionamento de várias estruturas existentes, inclusive as da própria universidade.

Assim, principalmente na França, a visão da universidade surge como o centro de formação de profissionais, como a instituição que certifica que uma pessoa está qualificada para poder realizar um trabalho, sendo assim uma visão muito mais positivista.

Ao mesmo tempo, os países americanos vivem seus processos de independência dos impérios espanhol, português e francês, e são influenciados pelo que acontece na Europa, já que as conquistas napoleônicas afetam diretamente a maioria desses processos de independência, produzindo uma resposta lógica de preocupações e ideais para as nações nascentes.

Esses "novos" países também tentaram rever suas instituições e adaptá-las, entender sua nova realidade e procurar responder a ela, ou seja, prevalecendo o novo modelo de universidade.

Assim, por exemplo, o surgimento da Universidade de Buenos Aires, será mais adaptado à geração de profissionais, deixando em segundo plano a busca pelo conhecimento como objetivo principal.

Paralelo ao aumento do trabalho e lutas sociais nos setores tradicionalmente excluídos, estudantes universitários começam a buscar o reconhecimento dos direitos e aspiram desempenhar um papel de liderança em suas instituições, organizado a partir da primeira década do século XX.

Em seguida, haverá uma breve turnê das mais decisivas na história do movimento estudantil na América Latina durante o curso do século XX, enfatizando os países que são o assunto principal desta pesquisa.

Nomeadamente, ao nível das exigências e lutas, pode-se ver como os movimentos estudantis têm, não só lutado por suas próprias demandas de academia, como também obtido maior participação na autonomia da instituição de

qualquer poder político, econômico ou religioso de tomada de decisão, e melhoria dos serviços acadêmicos e assistenciais, e ainda, transcenderam a busca por uma sociedade melhor, maiores liberdades, transformações políticas e os direitos dos cidadãos em geral.

Assim, as lutas estudantis servem de exemplo para outros setores da sociedade, e até, em alguns casos, serviram de berço na formação de futuros líderes e partidos políticos.

Deve-se notar que a realidade de cada movimento estudantil estará intimamente ligada à realidade de cada nação, seus próprios processos sociais e políticos, mas também estará ligada ao ambiente global e latino, devido à influência que algumas nações podem ter sobre outras, e semelhanças que possam ter em seus processos históricos.

Figura 1: Países a serem referidos



Fonte: Eured (2019)

Nota: Organizado pelo autor

Como movimentos de interesse, temos os casos da Argentina, México, Colômbia, Uruguai, Chile, Peru, Brasil e Venezuela, porque são os países mais citados na literatura sobre movimentos estudantis, além de serem o centro das

mobilizações estudantis mais importantes. Serão apresentados de uma maneira muito resumida para explicar o contexto latino-americano, mas sem aprofundar, exceto nos dois últimos casos nomeados, que são objeto deste estudo.

### Argentina.

O trabalho de Ricardo Romero (1988), será tomado como a referência principal para esta seção, uma vez que narra em detalhes o contexto da reforma de Córdoba e seu ambiente, bem como sua influência sobre os movimentos estudantis subsequentes na Argentina.

A importância da Argentina para entender qualquer movimento estudantil na América Latina é vital, porque embora existam vários movimentos anteriores a 1918, a Reforma Córdoba é a principal referência dos movimentos estudantis, não só como uma organização, mas como um motor de reformas acadêmicas e agente de mudança.

Para melhor compreensão do contexto argentino do século XX, e aprofundar alguns pontos levantados anteriormente, a Universidade de Córdoba, replica o modelo medieval com uma forte influência conservadora e antidemocrática em sua estrutura, e a impossibilidade de estudantes se expressarem, incluindo faculdades de direito, medicina e engenharia de sistemas, que são as corridas mais importantes do início do século XX.

Em contraste, a Universidade de Buenos Aires copia o modelo da moderna universidade do século XIX, após a revolução industrial, em que o mais importante é preparar o aluno para a prática profissional.

Envolto em uma estrutura tão rígida no meio de uma economia em expansão num país que está se movendo em direção ao desenvolvimento, conjuntamente com importantes mudanças sociais e políticas que orientam um modelo de modernização e democratização são dadas, é bem claro o porquê do epicentro da reforma ser essa universidade argentina.

Ações de protesto formais foram iniciadas em 1917 de dezembro, quando a suspensão é reivindicada no Hospital da Universidade Nacional por razões

econômicas, e logo depois em março, há uma organização que compreende os representantes das Faculdades de Engenharia, Direito e Medicina, que depois de uma manifestação em que a multidão canta La Marseillaise, decidem por uma greve geral.

Fotografia 1: Reforma de Córdoba



Fonte: SUGIMOTO, Luiz. 100 Anos da Reforma de Córdoba. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 12 jun. 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2018/06/12/100-anos-da-reforma-de-cordoba>. Acesso em: 30 ago. 2019

A partir de 1º de abril começa a greve e, dez dias depois, é criada a Federação Universitária Argentina em Buenos Aires, com representantes de diferentes universidades.

Os meses de abril e maio passam em Córdoba com a recusa dos estudantes a assistir às aulas enquanto convocam vários protestos, o conflito leva a tomar partido de líderes políticos e setores da Igreja ligados a altas classes sociais, que imediatamente condenam os fatos, transformando uma luta estudantil em um conflito social.

Em 7 de maio, o presidente Yrigoyen concordou em convocar uma eleição para a nomeação de um novo reitor, que seria eleito por um corpo docente, por sua vez eleito na Assembléia. Embora na eleição do claustro os reformadores obtenham uma representação importante, a eleição do reitor favorece os setores conservadores. No entanto, os dias anteriores e a própria eleição do claustro, geram uma grande tensão segundo Romero (1988):

A partir de 20 de maio começam as negociações entre estudantes e professores reformistas em vista da constituição de listas de candidatos à renovação do Conselho de Diretores e Decanos das Faculdades. Os setores conservadores não resistiram a perder seu poder na Universidade.

Eles logo formaram Centros de Estudantes Católicos, com Pedro Telli como presidente e Atilio Dell'Oro Maini como secretário. Outros professores, por outro lado, apresentaram sua renúncia durante todo o mês de maio, por resistir ao processo de mudança. Em 28 de maio, as tão aguardadas eleições do claustro de professores Os candidatos reformistas, apoiados pela FUC, conseguiram uma grande participação na Assembleia da Universidade, convocada para o 15 de junho na Sala da Formatura da Universidade, que ia eleger o reitor (ROMERO, 1998, p. 47).

Esse retrocesso, longe de desmobilizar o movimento reformista, acelera suas reivindicações, nesse mesmo dia inicia-se uma série de protestos contra o novo reitor e levará a universidade. O texto da Reforma (1918) publicado em 21 de junho é uma exposição completa de motivos, nele se afirma:

Nosso regime universitário - mesmo o mais recente - é anacrônico. Está fundada em um tipo de direito divino; o direito divino dos professores universitários. Ele cria a si mesmo. Nele ele nasce e nele morre. Mantém uma distância olímpica. A federação universitária de Córdoba se levanta para lutar contra esse regime e entende que a vida está nele. Reivindica um governo estritamente democrático e argumenta que os demos universitários, a soberania, o direito de autogoverno reside principalmente nos estudantes. O conceito de autoridade que corresponde e acompanha um diretor ou professor em uma casa para estudantes universitários não pode ser apoiado pela força de disciplinas estranhas à própria substância dos estudos. A autoridade, na casa de um estudante, não é exercida pelo envio, mas por sugerir e amar: ensinar. (MANIFIESTO de Córdoba, 1918, p. 1).

Nas semanas seguintes, o protesto radicalizado, incluindo a nomeação de professores reformistas para dar aulas, levaram primeiro à renúncia do reitor, e depois à intervenção do governo na Universidade. Romero (1988) diz sobre isso:

Após a eleição do Reitor, iniciamos uma radicalização das demandas estudantis, que começou com uma reação ativa contra o resultado da Assembléia. No dia 15 de junho de 1918, ao contrário do que se pensava, os estudantes intimidaram a polícia a deixar o prédio onde a Assembléia estava assentada; diante da recusa desses confrontos, que terminará com a ocupação do lugar pelo estudante. De lá, a greve geral é chamada. (ROMERO, 1998, p. 49).

Em outubro, o conflito teria sido resolvido com a implementação da reforma, um ano mais tarde aplicada em Buenos Aires, e dentro de quatro anos seriam implementadas em todas as universidades na Argentina, sendo assim influência no resto da América Latina.

México.

A dissertação de mestrado de Jesús Morin narra em detalhes os marcos do movimento estudantil mexicano até os anos 60, enfatizando os acontecimentos de 1968, por isso é tomado como a principal referência nesta seção.

Apesar da importância do país norte-americano no contexto da América Latina, e a marcação do movimento estudantil de 1968 como referência, quase tão importante como a de 1918 na Argentina, o movimento estudantil mexicano acaba sendo um dos mais tardios, talvez por causa das próprias características políticas do país.

Embora o México apresentasse as características de uma democracia, com eleições periódicas após a Revolução Mexicana, na realidade se tratava de um sistema de partido único (PRI), em que as eleições eram um procedimento simples, mas não expressavam a preferência real do eleitorado. Essa situação não mudaria até o ano 2000 com a eleição de Vicente Fox, candidato do PAN no mesmo ano.

De fato, um movimento estudantil bem organizado surgiu nos anos 20 na Universidade Michoacana ligado a grupos de esquerda, servindo assim para facilitar a divulgação do novo governo e, posteriormente, vários de seus líderes acabaram mudando-se para Cidade do México para participar no governo.

No entanto, a Segunda Guerra Mundial e seu ponto culminante lançariam as bases para o surgimento do referente da segunda metade do século XX na região. O início da Guerra Fria dividiu o mundo em dois blocos, e o México estava dentro do bloco dos Estados Unidos, como um dos seus países satélites mais importantes, e embora o PRI continuasse a governar, uma mudança em sua estratégia política foi sentida.

Um dos anos mais representativos da luta estudantil na América Latina é 1968, quando na maior parte do ano, uma série de protestos estudantis foram feitos, e por ter tido uma das ações mais sangrentas do governo contra qualquer mobilização universitária.

Dois importantes pontos devem ser levados em conta. Por um lado, em 1968 foram realizados os jogos olímpicos na Cidade do México da XIX Olimpíada, razão que exigiu que o governo evitasse qualquer tipo de protesto que pudesse comprometer a sua realização ou que fosse visto como uma ameaça pelas delegações participantes. Por outro lado, nos primeiros meses deste ano, Edgar Hoover, diretor do FBI, tinha antecipado a possibilidade de que demonstrações de

caráter comunista fossem produzidas em território mexicano, o que poderia colocar em risco a estabilidade do país.

No entanto, os protestos têm um caso bastante curioso, uma briga de rua entre estudantes de duas escolas, Profissional N° 2 e Isaac Ochoterena, em que os estudantes foram fortemente reprimidos pela polícia de choque, resultando em vários feridos. Nos dias seguintes houve alguns confrontos entre estudantes que alegaram a violência da polícia, gerando novos abusos.

Em agosto, uma nova marcha, liderada pelo Reitor da UNAM, reúne alunos, professores e amplos setores da sociedade civil. Suas alegações não tiveram conteúdo político, mas uma declaração exigindo a liberdade de presos políticos e indenização das vítimas da ação policial.

Nos dias seguintes outras marchas foram realizadas, com o aumento da aceitação e participação e o uso de slogans mais fortes. Houve confrontos com policiamento motivado, apesar do governo ter acusado os estudantes de iniciar os confrontos, fazendo assim com que as forças de segurança tentassem restabelecer a ordem.

Entre os dias 13 de setembro e 1º de outubro, o campus da UNAM foi ocupado pelos órgãos militares do estado, que em sua entrada detiveram e atacam qualquer um que estivesse no campus acadêmico, incluindo professores que estavam em seus escritórios e membros da família de uma estudante que apresentou seu projeto de graduação, e nesse ínterim houve danos a edifícios, destruição de material de pesquisa e registros acadêmicos de estudantes, juntamente com outros abusos severos.

No dia 2 de outubro acontece uma manifestação na Praça das Três Culturas, em Tlatelolco, onde além dos estudantes, há a presença de professores, outras alianças, e pessoas que participam com seus filhos e parentes, às 6h10 da manhã. Na parte da tarde, um helicóptero sobrevoa a praça e emite um sinal verde, que inicia os tiros do Batalhão Olímpico contra a multidão. As pessoas presentes no protesto tentam fugir, mas são massacradas. Embora os números oficiais falassem de 20 mortos, as testemunhas falam entre 200 e 300 vítimas. Morin Reyes (1988)

explica esses fatos:

No dia 2 de outubro, às cinco horas da tarde, compareceram, não só estudantes e seus líderes, nenhum pai acompanhado por seus filhos, alguns deles de armas. Um pouco antes das seis horas começaram os discursos dos oradores, todos sendo bem guardados, dois por policiais, alguns uniformizados e outros à paisana, um pouco mais aposentados, elementos do exército nacional. Um helicóptero sobrevoando os manifestantes, lançou uma luz verde, que mais tarde se tornou conhecida, foi o sinal para as empresas atacarem. Os tiros se cruzaram em todas as direções, fazendo branco entre manifestantes e curiosos que estavam trancados em um círculo da morte. A polícia e os soldados dispararam mesmo à queima-roupa; houve gritos, confusão, histeria, pânico. As pessoas que conseguiam fazer isso corriam loucamente para escapar dessa célula mortal. Quando o sol já tinha se escondido no Oeste e as sombras da noite começaram a invadir a praça das Três Culturas, silêncio, silêncio apenas violado pelas sirenes das cruzes vermelha e verde que vieram para levantar as vítimas da tragédia. Há opiniões, como a de Gastón García Cantú, que em 1968, conversou com o reitor Barros Sierra e chegou à conclusão que o massacre estudantil de 2 de outubro não foi apenas o resultado do confronto dos dois lados clássicos, mas a soma de outros eventos importantes e decisivos: O movimento estudantil de 1968 “não é uma invenção, nem a resposta organizada, à passagem dos acontecimentos, em frente à repressão do governo. Nem surgiu por causa da agressão premeditada nas ruas da Cidade do México em julho daquele ano, ou apenas como um ato de protesto pela ocupação dos militares da Escola Nacional Preparatória. Tudo influiu, eles faziam parte de suas causas ou motivos imediatos, mas suas raízes estavam na situação da jovem mexicana. Nos educou não no espírito da velha revolução, mas no de um amplo caminho de transações. (MORÍN REYES, 1988, p. 138-139).

Fotografia 2: Massacre de Tlatelolco



Fonte: NÁJAR, Alberto. Matanza de Tlatelolco: qué pasó el 2 de octubre de 1968, cuando un brutal golpe contra estudiantes cambió a México para siempre. **BBC News Mundo**, Ciudad de México, 2 out. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-45714908>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Em 12 de outubro são inaugurados os Jogos Olímpicos, que será lembrado por seu forte conteúdo político, a partir das sequências da recente chacina, e dos protestos dos Panteras Negras contra a discriminação racial nos Estados Unidos em várias cerimônias de premiação.

Durante outubro e novembro, alguns protestos continuaram e o número de presos políticos e feridos aumentou, mas a estabilização foi garantida. Em novembro os estudantes da UNAM voltam às aulas e as reivindicações diminuem nas ruas até chegar a 1969, quando a organização é melhorada.

Colômbia.

Mauricio Archila reúne as maiores mobilizações produzidas na Colômbia, por isso é tomado como referência para a seção correspondente do país.

De certa forma, pode-se dizer que o movimento estudantil colombiano é fraco e tardio em seu surgimento, apesar de ter se manifestado desde a década de 1910, seu ponto mais notório não se tornará aparente até 1971, devido à clara dominância das classes altas no campo acadêmico, enfraquecendo a possibilidade do surgimento de um movimento contrário ao estabelecido.

Nas primeiras décadas dos movimentos do século XX, grupos conhecidos como "O Centenário" e "Os Novos", marcaram o início do novo século e os anos do período entre guerras, apesar de não conseguirem consolidar suas propostas.

A Colômbia recebe o século XX, com os conservadores no poder, uma sociedade onde a Igreja reprisa seu papel de protagonista no estado e onde o poder é centralizado em apagar qualquer vestígio do federalismo que poderia ter se iniciado com os liberais no século XIX.

Além disso, a perda do Panamá, ação incentivada pelos Estados Unidos para a construção do Canal, agita o clima político e aumenta as demandas dos setores mais jovens.

Duas gerações pioneiras identificam com a conclusão dos dois primeiros congressos nacionais de estudantes, "O Centenário", de 1910, com o nome refletindo a comemoração do centenário da independência da Colômbia, e a

segunda em 1924, chamado "Novos", sendo este o nome dado a um dos jornais criados por eles para estabelecer suas comunicações.

Embora as reivindicações de ambas as gerações fossem as mesmas, centradas na autonomia universitária, maiores liberdades e predominância da academia sobre a religião, o Novos terá uma formação ideológica maior, identificando-se com o marxismo, especialmente após a revolução russa, e mostrando maior organização, principalmente na disseminação de seus ideais.

Em 1956, durante a ditadura de Gustavo Rojas Pinilla, quando pode ver-se outra manifestação estudantil na Colômbia, culminou em sua expulsão dois anos depois, ofuscada pelos partidos liberal e conservador, que também concordavam com um modelo de governo por 16 anos, no qual o poder foi alternado.

No entanto, o ano de maior importância para o movimento estudantil colombiano seria 1971, quando em um clima turbulento e mesmo sob o ambiente do maio francês, uma greve iniciada na Universidad del Valle assume caráter nacional em um par de meses, e é prolongada em diferentes ações por mais de um ano. Archila (2012) resume o início dos protestos:

Embora a atmosfera de agitação universitária fosse generalizada no país, os eventos referidos tinham como epicentro inicial a Universidad del Valle. Lá, como em outras universidades públicas, ele veio para denunciar a presença de fundações norte-americanas, a partir de meados de 1970 para alterar o decano de Ciências Sociais, comprometido com eles e uma entidade financeira intermediária chamada FES (Fundação para o Ensino Superior). Os estudantes exigiram participação na eleição do novo reitor. Dado o fracasso dessas reivindicações, foi decretado no final de janeiro 1971 uma greve na Universidad del Valle, em meados de fevereiro, que é apoiada por todas as universidades públicas e algumas privadas. Então chega um dia nacional de protesto em 26 de fevereiro que deixa em Cali um estudante morto, Edgar Mejía. O governo condenou a marcha como subversiva e decretou um estado de sítio. Esse movimento generalizado em praticamente todas as universidades públicas e algumas privadas entrou desempregado durante a execução de novos dias de protesto que deixou mais mortes, um era César Augusto (Tuto) González Posso em Popayán. Embora o governo, através do Ministro da Educação, Luis Carlos Galán, tenha tentado sair do protesto anunciando uma reforma universitária, o movimento continuou. Para coordená-lo, foram realizadas seis reuniões nacionais de estudantes, algumas quase escondidas (ARCHILA, 2012, p. 82).

A organização estudantil teve sucesso na construção de uma lista de exigências, onde a principal foi a eliminação dos conselhos superiores de universidades, e entidades com presença de empresários e representantes da igreja pelos conselhos acadêmicos com a participação de alunos e professores em

porcentagens equivalentes.

A repressão desproporcional por parte do Estado, além do fechamento temporário das universidades, avivou o conflito de caráter social, entretanto, as demandas por autonomia e participação não são ouvidas pelo governo nacional, que por outro lado decide prender os líderes do movimento e nomear reitores de caráter mais autoritário em cada instituição, além de concentrar o poder nesses.

Finalmente, no final de 1971, alguns acordos do governo foram alcançados e convocou-se eleições do co-governo nas principais universidades em Medellín e Bogotá, os vencedores começaram sua representação no início de 1972. No entanto, em maio do mesmo ano, dissolve-se os órgãos de co-governo democraticamente eleitos e restitui as funções exageradas aos reitores, acabando com esse movimento.

Primeiro em 1990 e depois em 2016, serão reestruturados os movimentos de força na Colômbia, mas esses, mais de esperança do que por padrão conduzido, se concentraram em campanhas políticas a nível nacional para apoiar a convocação de uma Assembleia Constituinte em primeiro caso, e apoio em referendo ao tratado de paz em segundo. As demandas desses movimentos respondem mais ao político do que ao estritamente acadêmico, demonstrando que o corpo discente, em qualquer país, não pode ficar de fora das demandas que sua sociedade promove.

Também em 2011 há um ciclo de protestos, principalmente na luta pela educação acessível a todos:

Em março, quando o Governo Nacional apresentou à opinião pública a proposta de reformar a Lei do Ensino Superior (lei 30), estudantes de todo o país, convocada por organizações estudantis para um encontro nacional em Bogotá, decidiu criar a Mesa Amplia Nacional Estudiantil (MANE), organização representativa e unitária que lembra os precedentes da Federação de Estudantes da Colômbia (FEC) criada após os protestos que terminaram na tragédia de 1954.1 a Federação de Estudantes Universitários (FUN) da sessenta e o Coordenador Nacional de Estudantes Universitários (CNEU) do início dos anos 2000. Ao longo de 2011, particularmente no segundo semestre, a mobilização social estudantil promovida e liderada pelo MANE demonstrou a relevância política potencial do Movimento Estudiantil (daqui em diante ME), devido à sua magnitude, amplitude, chamada, duração, continuidade, inovação, impacto e eficácia. (YEPES GRISALES; CALLE LEÓN, 2014, p. 218-219).

Chile.

O movimento estudantil chileno foi um dos primeiros organizados na América Latina, desde 1906.

Sendo a democracia chilena uma das primeiras estabelecidas na região, a realização de eleições a nível universitário foi um reduto do sistema chileno, na verdade, em meados do século XX, o movimento estudantil chileno foi considerado um preditor de situações políticas, antecipando os triunfos do cristianismo social em primeiro lugar, e do socialismo mais tarde, nas eleições presidenciais nacionais.

No entanto, um debate permanente nos ambientes universitários, como podemos ver mais adiante, é de grande importância neste trabalho. Isso é o que determina o papel dos partidos políticos dentro da política universitária.

É importante saber que após a ascensão ao poder de Augusto Pinochet em 1973, os partidos políticos começaram a sofrer perseguição por parte do governo e todas as estruturas democráticas foram desmanteladas, incluindo as características das universidades, num momento em que, como explicou ele, os grupos mais próximos da ideologia socialista tiveram o maior apoio.

No entanto, até o ano de 1978, foi aprovada a criação dessa nova federação, que apesar de composta por membros eleitos, estava longe de representar um sistema democrático, já que essas eleições eram de segundo grau, com um sistema que praticamente garante um empate entre os estudantes a favor de Pinochet e dos estudantes contra ele. Além disso, em caso de empate, ele dava o poder de dividir essa situação com os membros de saída, e para o primeiro exercício eleitoral esses membros seriam nomeados por agências que dependiam do governo. Essa situação manteve o controle dos estudantes de liderança universitária que simpatizavam com a ditadura ou, pelo menos, não a criticavam. A este respeito, Toro Blanco (2015) aponta:

Em relação à geração da diretiva, o estatuto original do FECECH estabeleceu que seria eleito pelo Conselho da Federação sob proposta da diretiva de saída. Sem dúvida, isso introduziu um elemento de subsídio permanente aos grupos políticos relacionados com o regime. O mesmo pode ser dito sobre o artigo número transitório 3 do estatuto, que instituiu que o primeiro presidente do FECECH designaria as diretrizes dos centros estudantis que governaria durante o primeiro ano de funcionamento do novo

sistema de representação estudantil. Por outro lado, o mecanismo do processo eleitoral deu à placa de saída um número não insignificante de líderes, já que tinha o equivalente dos votos de 1500 estudantes. Tudo isso reforça a apreciação retrospectiva dos líderes do FECECH sobre a natureza auto protegida desta instância da representação estudantil. (TORO BLANCO, 2015, p. 193).

No entanto, a partir de 1981, defendem o referendo e a reforma educacional que substitui o ensino gratuito para a concessão de créditos educacionais como alternativa à educação pública. Dois fatores contribuirão progressivamente para o enfraquecimento desta instituição após pouco menos de uma década. Por um lado, eles começam a brigar com as autoridades quando elas estão dentro do programa neoliberal estabelecido, propõem reduzir a quantidade de empréstimos estudantis que pode ser atribuído, enquanto representação estudantil argumenta que, embora a educação superior não possa ser livre, ela deve assegurar o acesso de qualquer aluno e não criar barreiras socioeconômicas, para as quais o montante de créditos educacionais a serem atribuídos deve ser ilimitado; em segundo lugar, o aumento do voto popular dos grupos socialistas e social cristã, embora não seja traduzido em uma maior representação para estes setores, fará uma forte pressão para acontecer eleições com sufrágio universal em 1984. Toro Blanco (2015) explica como esse conflito tem repercussões na própria sociedade chilena:

Os líderes estudantis da guilda foram definidos, então, em torno de um par polar que estava se manifestando em um nível muito maior mais global no país: a lealdade a um passado que foi apresentado, na retórica oficial persistente, como um campo nebuloso de politização estéril e vicioso, acompanhado por ineficiência na tomada de decisão e que competiu com a promessa de construir um futuro despolitizada e baseada na gestão técnica daqueles que, conhecimento científico precisamente gerado na universidade teve que levar o país em direção a um novo modelo de desenvolvimento que permitiria a superação dos recentes traumas históricos de a nação. A apreciação por esse pragmatismo tecnocrático é uma característica interessante comparar na doutrina geral dos líderes estudantis oficiais, aqueles que, para o resto, vieram principalmente de carreiras científicas ou matemáticas e mostrou um desdém especial pelo incerto horizonte produtivo das raças humanista (TORO BLANCO, 2015, p. 200-201).

Enquanto essa federação desaparece, vários de seus líderes em anos posteriores assumem posições importantes, tanto na direita quanto na esquerda chilena, relacionando-se com a luta para marcar a queda da ditadura de Pinochet em 1989.

Os anos de democracia marcam consenso e tranquilidade para o movimento estudantil chileno, para desfrutar da liberdade e crescimento experimentado pelo país. Essa situação mudou em 2006.

Quatro dias antes de deixar o cargo, Pinochet estabelece uma nova lei sobre as universidades que resume perfeitamente o que era sua política durante os anos 1980, um sistema que irá manter os governos democráticos de Aylwin (1990- 1994), Frei (1994-2000), Lagos (2000-2006) e Bachelet (2006-2010) com a contribuição privada ele representando a maior fonte de financiamento (cerca de 75%), deixando uma contribuição mínima do estado, gerando mais de anos de crescente descontentamento de vários setores, que vêem a educação pública sendo praticamente extinta no país.

Da mesma forma, as diferenças entre os diferentes níveis universitários favorecem a formação de elites e a consolidação das diferenças sociais na sociedade chilena.

Assim, em 2006, em resposta ao anúncio do aumento do custo dos testes de admissão ao ensino superior, e a redução dos direitos de transporte público para a população estudantil, jovens estudantes do ensino médio iniciaram uma série protestos entre maio e junho e, em seguida, de setembro a outubro, no que ficou conhecido como "Revolução dos Pinguins", dado o uniforme da escola secundária dos jovens, camisa branca e calças pretas. Embora o protesto não tenha alcançado mudanças importantes, a nova lei universitária promulgada em 2009, não estaria longe da atual. Cañas reflete a importância histórica da marcha dos pinguins:

Desde que a chamada 'Revolução dos Pinguins' dos estudantes secundários ocorreu em 2006, o fenômeno do movimento estudantil teve um impacto progressivo de agregação de outros atores que foram ativamente incorporados às circunstâncias do movimento estudantil, aproveitando essa situação. não apenas para apoiar os jovens, mas para reivindicar suas próprias demandas setoriais contra as deficiências do Estado para administrar políticas setoriais de impacto efetivo, como salário mínimo, reforma tributária, qualidade da saúde e outros elementos, como reforma A Constituição Política de 1980, que não tem legitimidade de origem, representa um único setor da sociedade e impõe fortes obstáculos à sua modificação e legislar sobre questões importantes. Os estudantes rejeitaram um tipo de sistema educacional com inequidades evidentes entre os segmentos sociais, com atribuições amplas do setor privado em relação ao Estado e onde o mercado adquire uma função que incentiva a competição entre a educação estadual-municipal e privada. Dessa forma, a equidade educacional é degradada em todos os setores, com efeitos viciados no campo da mensuração do conhecimento aplicado a um mundo dividido em acesso a esse conhecimento. Esse processo incentivou mais fortemente na sociedade chilena o conhecimento de grandes fissuras sociais. (CAÑAS KIRBY, 2016, p. 110-111).

Depois da eleição presidencial de janeiro de 2010, a direita ganhou pela primeira vez a presidência desde o retorno à democracia, e um ano depois a nação

do sul passaria pelos maiores protestos em 20 anos.

A demanda era por um sistema mais justo que desse igualdade à sociedade. A princípio, os protestos foram chamados pelos centros estudantis de universidades tradicionais, que exigiam o fim do atraso no pagamento de subvenções, e reclamações relacionadas com o Cartão Acadêmico Nacional, que dava acesso a benefícios e bolsas de estudo.

Em abril de 2011 foram divulgadas as demandas do movimento, que incluem: uma maior igualdade de renda à educação, o aumento dos gastos públicos com a educação superior, a participação dos alunos em diferentes instâncias, e renda para estudantes do ensino médio com poucos recursos e notas altas. Sobre as demandas de 2011 explica Cañas:

Essa é a razão pela qual os estudantes reivindicam a recuperação da Educação Pública como uma pedra angular das demandas dos estudantes. Isso se manifesta para eles na necessidade de um propósito de lucro efetivo no sistema educacional do país, uma vez que não se entende que a geração e transmissão de conhecimento constitui simplesmente uma mercadoria. A relação aluno-professor não deve ser deturpada com o relacionamento provedor-cliente. Por sua vez, não parece lógico que a pesquisa e a criação estejam sujeitas ao retorno dos lucros, uma vez que prejudica a geração de conhecimento útil para a sociedade e para a cultura emancipatória. Tudo isso significou, em 2011, que a recuperação da educação pública se manifestou em ter como horizonte uma educação gratuita, sendo o Estado o primeiro responsável por garantir a educação como um direito. Ainda mais em um país onde há riquezas que podem financiá-lo. Os estudantes ficaram claros que, infelizmente, esses recursos estão nas mãos de empresas privadas e transnacionais, que acumulam lucros suculentos em detrimento dos direitos sociais. Isso, por sua vez, torna necessária a realização de uma reforma tributária no Chile, que permita ao Estado financiar os direitos que deve garantir, como saúde e educação. (CAÑAS KIRBY, 2016, p. 124).

Fora da lista oficial, alguns outros requisitos com maior impacto social estão incluídos, como emendas à lei e convocação de uma assembleia constituinte, que permitiria a elaboração de uma constituição mais inclusiva.

Em junho foi anunciado radicalização dos protestos, e uma série de protestos e manifestações em massa se iniciou, que lentamente abrangeu outros setores, como estudantes do ensino médio e universidades privadas, trabalhadores da indústria do cobre e cidadãos. Esses se juntam na marcha de 16 de junho com participação estimada de cerca de cem mil pessoas apenas na cidade de Santiago.

Já em julho, um primeiro projeto de acordo havia sido rejeitado, a partir da

repressão dos protestos por carabineiros, entretanto, aumentou-se mais e mais o apoio popular com as solicitações dos alunos, que passaram a ter um percentual de aprovação de 70%.

Em agosto, o governo apresentou mais duas propostas, enquanto os protestos continuam, incluindo a chamada "Marcha dos Guarda-Chuvas", na qual cem mil pessoas foram mobilizadas na chuva.

Para o mês de setembro, o governo e os representantes estudantis iniciam mesas de trabalho que buscam resolver o conflito. O estabelecimento desse mecanismo (que não atenderia a todas as demandas propostas), além da derrota de alguns líderes, como Camila Vallejo, em suas respectivas universidades, levou ao fim dos protestos.

Uruguai.

O movimento estudantil uruguaio é um dos primeiros a surgir na América Latina, e ainda assim, um dos últimos a ser organizado.

Em meados do século XIX já começam a surgir as organizações estudantis, ainda que com baixa amplitude em suas ações e pouca durabilidade ao longo do tempo. No entanto, a proximidade da Argentina marca uma clara influência da Reforma de Córdoba no movimento estudantil uruguaio. Porém somente em 1929 foi criada a Federação de Estudantes Universitários do Uruguai (FEUU), pois até então, só se destacavam organizações que cobrem certas carreiras ou pequenos grupos, e não uma organização nacional. Nesse sentido, diz Clemente (2008):

Durante o período considerado neste artigo, a base social do movimento estudantil era principalmente a classe média, mesmo quando havia também membros da elite tradicional entre os militantes. Esta foi uma importante diferença com as primeiras associações de estudantes do século XIX, que foram formadas por jovens membros da classe alta, que orgulhosamente se chamavam os 'patrícios" Esta mudança reflete a transformação geral que a sociedade uruguaia Ele havia vivido no último quartel do século XIX. Foi também o resultado da longa luta dos estudantes para tornar o acesso à Universidade aberto a todos os estratos sociais (CLEMENTE, 2008. p.96).

Na oposição à ditadura dos anos 1930 há uma greve e as universidades tomam o poder no mesmo dia em que Gabriel Terra assume em 1933, dois anos depois os protestos se estendem, para culminar com a intervenção do governo e o

aprisionamento de líderes e professores.

Este compromisso dos estudantes uruguaios com a liberdade e sua preocupação com assuntos políticos nacionais e internacionais se reflete.

Lutas políticas e econômicas sobre a política nacional também estão presentes no movimento uruguaio, dando a alguns momentos um maior destaque e um dos principais focos de luta e resistência contra as ditaduras dos anos 1930 e 1970. Refere-se Clemente (2008):

A posição do movimento estudantil contra a ditadura era uma constante. Em 1933, o golpe de estado de Gabriel Terra encontrou forte resistência na Universidade: autoridades e estudantes reagiram como um bloco unificado contra a violação da Constituição pelo presidente. Alguns professores e estudantes foram presos e muitos foram para o exílio. A universidade foi interposta pelo Poder Executivo. Uma lei aprovada dois anos após o golpe separou as escolas secundárias da Universidade (CLEMENTE, 2008, p. 99-100).

Um de seus momentos de maior organização e crescimento ocorreu nos anos 1960, quando há influência do recente triunfo da revolução cubana em toda a América Latina. As exigências do Maio francês fortalecem movimentos de esquerda, principalmente aqueles que simpatizam com a visão comunista, que conseguem mostrar liderança importante no movimento estudantil uruguaio, rompendo com a posição neutra ou "de terceiros" com a qual o movimento estudantil uruguaio costumava ser identificado. A influência das questões econômicas e seus efeitos sobre a população, gerando desigualdades é descrita por Markarian (2011):

Em vários aspectos, o ciclo de protestos iniciado em maio de 1968 por estudantes do ensino médio (e rapidamente apoiado por estudantes universitários) foi semelhante aos que ocorreram em anos anteriores. Pelo menos desde as lutas pelo co-governo da Universidade da República em 1958, as mobilizações estudantis no Uruguai foram caracterizadas por um certo nível de confronto com as forças repressivas e pela vinculação com os sindicatos para dar alcance nacional às suas demandas. Mas os de 1968 também trouxeram grandes novidades, principalmente porque a situação do país havia mudado muito. Na última década, a crise econômica tornou-se evidente para amplos setores sociais com um declínio acentuado dos salários reais e a instalação da inflação estrutural (MARKARIAN, 2011, p. 163).

Do golpe de 1973, depois de uma década de tensão com os protestos do ano de 1968, alianças foram somadas aos sindicatos e houve até a passagem de vários estudantes para grupos guerrilheiros, novamente os estudantes levam a bandeira da defesa da democracia, a federação sendo perseguida e a autonomia universitária anulada. A criação da "Comissão para o Reencontro dos Uruguaios"

nos anos 1980, é um dos maiores avanços que os estudantes vão oferecer para o resgate da democracia uruguaia na década de 1980, como os estudantes de todo o Cone Sul, eles são uma organização fundamental na luta contra as ditaduras na penúltima década do século XX.

Peru.

Para compreender o movimento estudantil peruano é interessante ressaltar a importância que o país teve durante a era colonial. A herança que recebeu de muitas de suas instituições e da classe dominante, permitiram que o Peru tivesse instituições universitárias consolidadas ainda no Século XIX, mas que só serviam aos interesses da oligarquia e tinham uma estrutura rígida e tradicional.

Em 1919, uma segunda reforma universitária acontece no Peru, mas, na verdade, é a primeira de importância. Poder-se-ia falar de uma primeira reforma em meados do século XIX, realizada sob a visão positivista do governo em exercício, e que buscava gerar profissionais em áreas consideradas arbitrariamente de interesse para o desenvolvimento do país e sob as diretrizes do poder central. Ao invés disso, a reforma de 1919 é uma consequência direta da reforma de Córdoba, e um movimento que buscará transformar a sociedade peruana, com organização e clareza de objetivos raramente vistos em outros movimentos.

A este respeito, afirma-se:

A segunda reforma universitária teve como principal protagonista os estudantes que, ao formarem-se como ator social coletivo, exigiram participar do processo decisório e se converteram em um movimento universitário. Foi inspirado na Reforma de Córdoba de 1918 e no Peru adquiriu suas próprias características. O contexto político e social da época era muito intenso, pois recebiam-se notícias e ideias de vários processos políticos que se desenvolviam na arena internacional. Por exemplo, os jornais da época publicaram notícias sobre a Revolução Mexicana iniciada em 1909 e em 1919, há dois anos, que a primeira constituição social do mundo havia sido promulgada; o enorme impacto que a Primeira Guerra Mundial havia gerado era conhecido; os jovens admiravam o processo revolucionário na Rússia liderado por Lênin e Trotsky, entre outros; e as polarizações e tensões e extrema polarização da República de Weimar foram vividas. Mas o que mais impressionou - quase diretamente - foi a Reforma Universitária de Córdoba em 1918. (CASALINO SEN; RIVAS HUARCAYA; TOCHE, 2018, p. 35).

Assim, o movimento de reforma peruana conseguiu articular propostas acadêmicas desde o início, que buscavam democratizar e modernizar a estrutura da

universidade, mas ao mesmo tempo facilitar a incorporação dos setores de menores recursos econômicos e os habitantes das cidades mais distantes de Lima na atividade política do país.

Essa incorporação ocorre naturalmente, não somente reforçando a função da universidade como meio de promoção social através do conhecimento e da formação para o trabalho, mas também através de programas e propostas que buscavam garantir que a universidade cumprisse uma função social ligada ao seu ambiente, como a promoção de planos de alfabetização em setores populares, permitindo que um maior número de peruanos tenham direito a voto.

Da mesma forma, houve uma série de conflitos entre professores e alunos durante os anos seguintes, mas sempre focados na área acadêmica e na busca por uma educação de nível. Esses conflitos conseguem ser resolvidos de maneira apropriada e pacífica.

O movimento estudantil da Reforma, permitirá a médio prazo a emergência de importantes líderes políticos e partidos de esquerda com uma proposta para toda a América Latina como a APRA fundada por Víctor Raúl Haya De La Torre, que chegou perto de se tornar presidente em várias ocasiões.

QUADRO 2 - Principais fatos dos movimentos estudantis estudados até o momento

Ano	País	Fato
1918	Argentina	Reforma de Córdoba
1919	Peru	Reforma do Peru
1968	México	Massacre de Tlatelolco
1971	Colômbia	Greve na Universidad del Valle
2006	Chile	Revolução dos pinguins
2011	Chile	Protestos pela educação
2016	Colômbia	Apoio ao tratado de paz

Fonte: Autores utilizados no desenvolvimento do capítulo

Em resumo, pode-se observar que, embora existam diferenças notórias entre os movimentos estudantis de cada país, em todos eles, o corpo discente tem sido um importante motor de mudança: a Reforma de Córdoba e o Massacre de

Tlatelolco se destacam como eventos importantes.

Da mesma forma, observa-se como as mobilizações são mais fortes quando há mais abusos ou ameaças à democracia e aos direitos dos cidadãos. A influência de eventos estrangeiros, assim como a cultura de cada geração, também são fatos que marcam a importância e as ações de cada movimento individualmente. Mesmo havendo movimentos em outras regiões, sua força na América Latina torna-se um assunto interessante de estudo para as ciências sociais.

Figura 2 - Os períodos de ditadura sofridos por cada país durante a segunda metade do século XX



Fonte: Autores utilizados no desenvolvimento do capítulo

Nota: No México, havia um sistema "democrático" de partido único

### 3 Estudo Comparado Entre os Movimentos Estudantis no Brasil e na Venezuela

#### 3.1 Aproximação à Amostra da Pesquisa

Para a seleção da amostra estudada, foram escolhidas as teses e dissertações dos dois países. No caso brasileiro, foi utilizado o catálogo de teses e dissertações da CAPES. O termo movimento estudantil foi pesquisado e 47845 resultados foram obtidos. Posteriormente, pesquisou-se dos anos 2000 a 2018, e a amostra foi reduzida para 43396 resultados.

Para delimitar a área de conhecimento e produção de interesse, optou-se por um novo filtro em "grandes áreas do conhecimento": ciências humanas, ciências sociais aplicadas e multidisciplinar. Foi reduzido para 2568, finalmente, a área do conhecimento foi escolhida: ciência política, serviço social, história, sociologia, jornalismo, comunicação e educação. Foi reduzido para 13481 resultados. As universidades públicas com o maior número de publicações foram escolhidas, os resultados são mostrados na tabela 1.

A primeira coluna mostra as teses e dissertações obtidas de acordo com os critérios já explicados, a segunda aquelas consideradas interessantes para o presente estudo de acordo com o título e a terceira, os trabalhos disponíveis.

TABELA 1 - Universidades brasileiras com maior número de dissertações e teses na plataforma CAPES

(continua)

Universidade	Teses Registradas	Verificado pelo título	Disponível
USP	700	8	7
UFRGS	511	5	4
UFF	475	3	2
UFPE	381	6	4
UFMG	373	3	0

TABELA 1 - Universidades brasileiras com maior número de dissertações e teses na plataforma CAPES

(conclusão)

Universidade	Teses Registradas	Verificado pelo título	Disponível
UFRJ	370	5	0
UnB	356	3	1
UFSC	325	2	1
UFC	319	5	3
UFPR	316	0	0
UFBA	253	8	1
UFPA	180	1	0
TOTAL	4559	49	23

Fonte: Portal CAPES e universidades pesquisadas. Org: O Autor

Os nomes dos 48 trabalhos localizados, assim como seus autores e áreas de estudo, são mostrados no quadro 3, para conhecer a base de estudo para determinar as características do movimento estudantil brasileiro. As teses e dissertações já disponíveis e que compõem a amostra serão sublinhadas e listadas na última coluna

QUADRO 3 - Universo e amostra /teses e dissertações na plataforma da CAPES

(continua)

	Autor	Título	Área	Univ/ Ano	
1	<u>Vechia, Renato Da Silva Della</u>	<u>O Ressurgimento Do Movimento Estudantil Universitário Gaúcho No Processo De Redemocratização: As Tendências Estudantis E Seu Papel (1977-1985)</u>	<u>Doutorado Em Ciência Política</u>	<u>UFRGS 2011</u>	<b>1</b>
2	Souza, Claudio André De	Partidos Políticos E Repertórios De Mobilização (2007-2014): Os Novos Personagens E O Movimento Estudantil Da UFBA	Doutorado Em Ciências Sociais	UFBA 2016	

QUADRO 3 - Universo e amostra /teses e dissertações na plataforma da CAPES

(continuação)

	Autor	Título	Área	Univ/ Ano	
3	Lopes, Mônica Sheik Chaves	Movimentos Sociais Contemporâneos: Uma Análise Das Tecnologias De Comunicação E Informação Como Ferramenta Para Liberdade De Expressão	Doutorado Em Comunicação	UFRJ 2011	
4	<u>Araújo, Raquel Dias</u>	<u>O Movimento Estudantil Nos Tempos Da Barbárie: A Luta Dos Estudantes Da Uece Em Defesa Da Universidade Pública</u>	<u>Doutorado Em Educação</u>	<u>UFC 2006</u>	<b>2</b>
5	Genro, Maria Elly Herz	Movimentos Sociais Na Universidade: Rupturas E Inovações Na Construção Da Cidadania	Doutorado Em Educação	UFRGS 2000	
6	<u>Brenner, Ana Karina</u>	<u>Militância De Jovens Em Partidos Políticos: Um Estudo De Caso Com Universitários</u>	<u>Doutorado Em Educação</u>	<u>USP 2011</u>	<b>3</b>
7	Ferreira, Sueli Camargo	Grêmio Estudantil: Um Disparador De Subjetividades Emancipatórias	Doutorado Em Educação	USP 2002	
8	Brito, Antônio Maurício Freitas	O Golpe De 1964, O Movimento Estudantil Na Ufba E A Resistência À Ditadura Militar (1964-1968)	Doutorado Em História	UFBA 2008	
9	<u>Cruz, José Vieira Da</u>	<u>Da Autonomia À Resistência Democrática: Movimento Estudantil, Ensino Superior E A Sociedade Em Sergipe, 1950-1985</u>	<u>Doutorado Em História</u>	<u>UFBA 2012</u>	<b>4</b>
10	<u>Junior, João Batista Vale</u>	<u>Longe Demais Das Capitais? Cultura Política, Distinção Social E Movimento Estudantil No Piauí (1935-1984)</u>	<u>Doutorado Em História</u>	<u>UFF 2010</u>	<b>5</b>
11	Oliveira, José Alberto Saldanha De	O Mito Do Poder Jovem: A Construção Da Identidade Da UNE	Doutorado Em História	UFF 2001	

QUADRO 3 - Universo e amostra /teses e dissertações na plataforma da CAPES

(continuação)

	Autor	Título	Área	Univ/ Ano	
12	<u>Brandão, Carla De Sant'Ana</u>	<u>Movimento Estudantil Contemporâneo: Uma Análise Compreensiva Das Suas Formas De Atuação</u>	<u>Doutorado Em Sociologia</u>	<u>UFPE 2004</u>	<b>6</b>
13	<u>Machado, Dulphe Pinheiro</u>	<u>A "Frente Única" No Movimento Estudantil Gaúcho: Católicos E Comunistas</u>	<u>Mestrado Em Ciência Política</u>	<u>UFRGS 2010</u>	<b>7</b>
14	<u>Pinto, Magda Oliveira</u>	<u>A Reforma Da Universidade Como Reivindicação Estudantil E Política Pública: A Uee Na Luta Universitária No Rio Grande Do Sul</u>	<u>Mestrado Em Ciência Política</u>	<u>UFRGS 2010</u>	<b>8</b>
15	<u>Silva, Jaqueline Barbosa Pinto</u>	<u>Ocupações/Invasões Estudantis De 2016: Disputas E Resultados No Caso Da Universidade De Brasília</u>	<u>Mestrado Em Ciência Política</u>	<u>UnB 2018</u>	<b>9</b>
16	<u>Oliveira, Antônio Eduardo Alves De</u>	<u>O Ressurgimento Do Movimento Estudantil Baiano Na Década De 70</u>	<u>Mestrado Em Ciências Sociais</u>	<u>UFBA 2002</u>	
17	<u>Silva, Naiaranize Pinheiro Da</u>	<u>Os Alunos Da Escola Técnica Federal E A Participação Na Política Estudantil Nos Anos De 1979 A 1989 Em Salvador</u>	<u>Mestrado Em Ciências Sociais</u>	<u>UFBA 2009</u>	
18	<u>Castro, Gabriela Mathias De</u>	<u>Arestas Da Realidade: Uma Narrativa Possível Sobre O Movimento Estudantil Da UFRGS (1964-1985)</u>	<u>Mestrado Em Educação</u>	<u>UFRGS 2018</u>	<b>10</b>
19	<u>Leles, Maura De Aparecida</u>	<u>A Participação Dos Estudantes Na Gestão Da Escola</u>	<u>Mestrado Em Educação</u>	<u>UnB 2007</u>	
20	<u>Martins, Francisco André Silva</u>	<u>A Voz Do Estudante Na Educação Pública: Um Estudo Sobre A Participação De Jovens Por Meio Do Grêmio Estudantil</u>	<u>Mestrado Em Educação</u>	<u>UFMG 2010</u>	

QUADRO 3 - Universo e amostra /teses e dissertações na plataforma da CAPES

(continuação)

	Autor	Título	Área	Univ/ Ano	
21	<u>Santos, Laura Karine</u> Maia Dos	<u>A União Nacional Dos</u> <u>Estudantes E A Reforma</u> <u>Universitária No Governo Lula:</u> <u>A Educação Pública Em Debate</u>	<u>Mestrado Em</u> <u>Educação</u>	<u>UFC 2007</u>	<b>11</b>
22	Silva, Marcelo Ricardo Dos Santos	Pedagogia Do Movimento Estudantil: Representações Sociais De Jovens De Centros Acadêmicos De Enfermagem Sobre A Formação Política E As Implicações Na Sua Formação Acadêmica	Mestrado Em Educação	UFPA 2016	
23	<u>Simão, Caio Ragazzi</u> Pauli	<u>O Movimento Estudantil Na</u> <u>Produção Acadêmica No Campo</u> <u>Da Educação: Uma Lacuna A</u> <u>Ser Preenchida?</u>	<u>Mestrado Em</u> <u>Educação</u>	<u>UFSC 2015</u>	<b>12</b>
24	Borba, Rodrigo Cerqueira Do Nascimento	Entre A Técnica E A Tática: Movimentos Estudantis Na Escola Técnica Federal Celso Suckow Da Fonseca (1967 – 1978)	Mestrado Em Educação	UFRJ 2017	
25	Duarte, Marcilon	Resistência Do Movimento Estudantil Ao Contrato De Gestão Pelas Organizações Sociais Na Educação Do Estado De Goiás	Mestrado Em Educação	UnB 2018	
26	Moreira, Marco Antônio	Grêmios Estudantis: Contestação E Distinção Social	Mestrado Em Educação	UFRJ 2000	
27	Antunes, Wilkie Buzatti	Incipit Vita Nova: O Movimento Estudantil Da UFMG Na Década De 1970 Belo Horizonte	Mestrado Em História	UFMG 2011	
28	Bertolino, Farley Da Conceição	Movimento Estudantil E Esquerda Católica Na Capital Mineira: História E Memória De Uma Geração 1961/1968	Mestrado Em História	UFMG 2010	

QUADRO 3 - Universo e amostra /teses e dissertações na plataforma da CAPES

(continuação)

	Autor	Título	Área	Univ/ Ano	
29	Brito, Antônio Maurício Freitas	Capítulos De Uma História Do Movimento Estudantil Na UFBA (1964- 1969)	Mestrado Em História	UFBA 2003	
30	Carneiro, César Oliveira	Aventuras E Desventuras: A Peça Proibida E A Greve De Estudantes Que Desafiou A Ditadura Em 1966	Mestrado Em História	UFBA 2008	
31	Júnior, Edmilson Alves Maia	Memórias De Luta: Ritos Políticos Do Movimento Estudantil Universitário - Fortaleza 1962-1969	Mestrado Em História	UFC 2002	
32	Lima, Michelle Dayse Marques De	Movimento Estudantil Na Paraíba (1959-1964)	Mestrado Em História	UFPE 2002	
33	<u>Portugal, Niedja Lima Torres</u>	<u>Estudantes Em Movimento: Fortaleza, 1969-1979</u>	<u>Mestrado Em História</u>	<u>UFC 2008</u>	<b>13</b>
34	<u>Silva, Izabel Priscila Pimentel Da</u>	<u>Os Filhos Rebeldes De Um Velho Camarada: A Dissidência Comunista Da Guanabara (1964-1969)</u>	<u>Mestrado Em História</u>	<u>UFF 2009</u>	<b>14</b>
35	<u>Silva, Simone Tenório Rocha E</u>	<u>Em Busca da Utopia - As Manifestações Estudantis em Pernambuco (1964-1968)</u>	<u>Mestrado Em História</u>	<u>UFPE 2002</u>	<b>15</b>
36	Silveira, Jamile Silva	Lutas Populares e Movimento Estudantil: Trajetória Política dos Estudantes na UEFS (1976-1988)	Mestrado Em História	UFBA 2010	
37	Torres, Patrícia Da Conceição Souza	Um Filho Teu Não Foge À Luta: O Movimento Estudantil Brasileiro No Combate Ao Regime Militar (1964-1968)	Mestrado Em História	UFRJ 2002	
38	<u>Amorim, Maria Aparecida Blaz Vasques</u>	<u>Ditadura Militar E Ensino Superior (Fafi / Unesp): Memórias Sobre A Intervenção Na Faculdade De Filosofia, Ciências E Letras De São José Do Rio Preto</u>	<u>Mestrado Em História Social</u>	<u>USP 2009</u>	<b>16</b>

## QUADRO 3 - Universo e amostra /teses e dissertações na plataforma da CAPES

(continuação)

	Autor	Título	Área	Univ/ Ano	
39	Müller, Angélica	<u>A Resistência Do Movimento Estudantil Brasileiro Contra O Regime Ditatorial E O Retorno Da Une À Cena Pública (1969-1979)</u>	Mestrado Em História Social	USP 2010	17
40	Oliveira, Sérgio Luiz Santos De	<u>O Grupo (Da Esquerda) De Osasco: Movimento Estudantil, Sindicato E Guerrilha (1966-1971)</u>	Mestrado Em História Social	USP 2011	18
41	Santana, Flávia De Angelis	<u>Atuação Do Movimento Estudantil No Brasil: 1964-1984</u>	Mestrado Em História Social	USP 2007	19
42	Sevillano, Daniel Cantinelli	<u>Somos Os Filhos Da Revolução: Estudantes, Movimentos Sociais, Juventude E O Fim Do Regime Militar (1977-1985)</u>	Mestrado Em História Social	USP 2010	20
43	Freitas, Adriana Da Silva	<u>A Repressão Sobre Os Estudantes Da UFRJ No Período Ditatorial</u>	Mestrado Em Serviço Social	UFRJ 2008	
44	Nascimento, Clara Martins Do	<u>Assistência Estudantil E Contrarreforma Universitária Nos Anos 2000</u>	Mestrado Em Serviço Social	UFPE 2013	
45	Silva, Andréa Alice Rodrigues Da	<u>Movimento Estudantil De Serviço Social E Partido Político Na Contemporaneidade: Contradições No Período Do Governo Lula (2007/2010)</u>	Mestrado Em Serviço Social	UFPE 2011	21
46	Filho, José Ivan De Oliveira	<u>A Geração Que Não Deve Ser Esquecida: A Construção Da Memória Estudantil Cearense Na Resistência À Ditadura Civil-Militar</u>	Mestrado Em Sociologia	UFC 2017	
47	Machado, Otávio Luiz	<u>Formação Profissional, Ensino Superior E A Construção Da Profissão Do Engenheiro Pelos Movimentos Estudantis De Engenharia: A Experiência A Partir Da Escola De Engenharia Da Universidade Federal De Pernambuco (1958-1975)</u>	Mestrado Em Sociologia	UFPE 2008	22

QUADRO 3 - Universo e amostra /teses e dissertações na plataforma da CAPES

(conclusão)

	Autor	Título	Área	Univ/ Ano	
48	Mesquita, Marcos Ribeiro	Juventude E Movimento Estudantil	Mestrado Em Sociologia Política	UFSC 2001	
49	Gusson, Claudia Maria	<u>Movimento estudantil e repressão judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979)</u>	<u>Mestrado em História Econômica</u>	<u>USP 2008</u>	23

Fonte: Portal CAPES

Nota: Organizado pelo auto

Conforme indicado, não há disponibilidade de todas as teses e dissertações; na última coluna do quadro anterior, os trabalhos que compõem a amostra no caso brasileiro, foram encontrados e disponibilizados nos sites de busca.

No caso venezuelano, por não possuir um banco de dados centralizado, as universidades com as quais vamos trabalhar foram primeiramente escolhidas. O país tem 6 universidades públicas autônomas: Universidad Central de Venezuela (UCV) e Universidad Simón Bolívar (USB) em Caracas, Universidad de Los Andes (ULA) em Mérida, Universidad de Carabobo (UC) em Valencia, La Universidad del Zulia (LUZ) em Maracaibo e Universidad de Oriente (UDO) com sede em Cumaná e núcleos em todo o leste do país. Os 4 primeiros foram escolhidos pela sua importância na história do desenvolvimento do movimento estudantil venezuelano, a Universidad Católica Andrés Bello (UCAB), foi incluída, embora privada, tendo sido muito importante no conjunto do movimento estudantil em 1958 e 2007, de onde surgiram importantes líderes nacionais.

A representação de universidades e pesquisas selecionadas em cada país está relacionada ao fato de que enquanto o Brasil possui 66 universidades federais, a Venezuela possui 6 universidades nacionais (equivalentes às federais) e a população do Brasil é 7 vezes maior que a da Venezuela. No total, exigindo mais representação ao selecionar a amostra.

Embora cada universidade tenha as bases de dados de suas bibliotecas disponíveis, problemas de orçamento e eletricidade nas universidades venezuelanas, fizeram com que elas não tivessem disponíveis os seus recursos eletrônicos constantemente, assim, por exemplo, a USB serve apenas 8 horas por semana em horários variáveis e é anunciada com uma semana de antecedência. Além disso, bancos de dados da UCV e da ULA contam apenas com as dissertações e teses mais recentes, tornando mais difícil a coleta dos dados.

**QUADRO 4 - Amostra: Teses e dissertações localizadas na Venezuela**

	Autor	Título	Área	Univ/ Ano
1	Ortega, Wilmer Rafael	Actuación de la Asociación General de Estudiantes de Venezuela durante el gobierno del general Juan Vicente Gómez (1909-1918)	Maestría en Historia	UCV 2008
2	García Trujillo, Aníbal	Las políticas públicas y la autonomía universitaria en Venezuela (1957-2007)	Maestría en Educación	UCV 2011
3	Silva, Fernando	La universidad venezolana en tiempo de dictadura, 1948-1958	Maestría en Educación	UCV 2011
4	Herrera M., Carlos Eduardo	Alcances de la autonomía universitaria e Ina Constitución de la República Bolivariana de Venezuela 1999	Especialización en Derecho	UCAB 2004
5	Requena González, Carmen Judith	Evaluación de tres modelos para la selección y admisión de estudiantes en la educación superior venezolana	Maestría en Educación	UCV 2003

Fonte: Sites da UCV e da UCAB.

Nota: Organizado pelo autor

No entanto, vários trabalhos podem ser encontrados nas bibliotecas das Universidades Central de Venezuela e na Católica Andrés Bello, principalmente trabalhos de TCC que apoiarão a nossa pesquisa, sem fazer parte da amostra, e também 5 investigações que farão parte da amostra, para a coleção que foi apoiada por os professores Daniel Terán (UCV/ UCAB) e José Agustín Millán (USB), professores e pesquisadores de suas respectivas universidades na área de Ciências Sociais, com 10 e 15 anos de experiência, respectivamente. Com os dados, serão construídas as seguintes partes do capítulo, e finalmente mostrados os resultados

obtidos por categoria, com o apoio das teses e dissertações consultadas.

Cabe destacar que, embora a amostra corresponda a obras publicadas desde 2000, elas podem se referir a movimentos estudantis anteriores, principalmente do século XX.

Relembrando que as categorias em análise são: cenário sócio político, demandas, composição do movimento, opositores e práticas (GOHN, 1997)

### 3.2 Movimentos Estudantis na Venezuela e no Brasil: Cenário Sociopolítico

Gohn explica a importância do estudo do cenário sociopolítico nos movimentos sociais e o caracteriza:

Elas representam sempre uma possibilidade de renovação e mudança e conferem aos movimentos os atributos de poder. Se trata de um tipo de jogo de forças em que se disputa não a construção do bem comum (infelizmente) mas a tomada de espaços sobre a produção, gestão e controle de uma infinidade de coisas (bens públicos no caso dos movimentos populares, direitos sociais e trabalhistas, no dos movimentos sindicais, terras no caso dos movimentos agrários e dos índios...) (GOHN, 1997, p. 262).

É importante lembrar que, nos capítulos seguintes, as referências a teses e dissertações que fazem parte da amostra serão destacadas em itálico para destacar sua importância como principal fonte de estudo.

#### Início do século XX

O início do século XX na Venezuela representa a continuidade do XIX, carismáticos líderes militares através de longas campanhas de várias partes do país estão imersos em contínuas guerras até que um predomina e atinge Caracas para exercer a Presidência da República.

O último desses caudilhos, Juan Vicente Gómez, governou o país de 1908 até sua morte em 1935, e é quem vai realizar a "modernização" do país, terminando o caudilhismo e criando a academia militar para alcançar a estabilidade.

No entanto, Gómez foi um ditador militar tradicional, que não permitia a liberdade de imprensa, aprisionava e condenava à morte seus rivais políticos, e esteve rodeado por intelectuais importantes que defendiam a teoria de "gendarme necessário", o que contrasta com a inspiração dos universitários que, sob a

influência da Revolução Russa e da Reforma de Córdoba, acreditavam em um modelo mais participativo da sociedade.

Enquanto os primeiros movimentos estudantis, na Venezuela, contra Gomez ocorreram em 1914, com líderes que dariam origem ao partido comunista, o ano 1928 é o ponto de partida de muitas conquistas. Em relação à geração de 28, fala-se de grande parte dos mais famosos políticos da segunda metade do século XX na Venezuela, fala-se sobre instituições e sobre a consolidação da democracia, mas antes disso, fala-se de exílio, prisão e tortura, e inicialmente de valor. Um grupo de jovens tinha que virar os acontecimentos do estudante na semana de 1928 em um protesto enérgico contra a ditadura de Juan Vicente Gómez, ditador militar de direita apoiado por grupos Intelectuais positivistas. Sobre o domínio de Gomez sobre as universidades e referindo-se ao fechamento da UCV em 1914 para evitar protestos, diz-se:

*Embora o documento alega que o fechamento da Universidade visava organizar e melhorar a qualidade da educação, a medida levou o Poder Executivo a controlar o conflito que as autoridades acadêmicas escaparam de suas mãos, como única maneira de restaurar a ordem no campus da universidade. (ORTEGA, 2008, p. 96).*

Um número crítico de atos de contra o governo aumentaram a preocupação do mesmo, até que a destruição de uma placa comemorativa a Juan Crisóstomo Gómez (irmão do ditador), por Guillermo Prince Lara, leva o ditador ordenar a detenção dos estudantes, que serão libertados doze dias depois devido ao descontentamento que é gerado na população. Bernard (1994), explica o surgimento da geração de 28:

Mas é em 1928 que os primeiros sinais de uma forma mais articulada do regime para invadir as ruas de Caracas, manifestações estudantis organizadas na Federação de Estudantes da Venezuela oposição, que tinha tomado como pretexto desenvolvido, a celebração da Semana do Estudante para se tornarem porta-vozes do protesto surdo da maioria do capital. Estes mais tarde chamado de 'Geração de 1928' com, entre a sua liderança, figuras hoje também conhecido como Jovito Villalba, Rómulo Betancourt e Raúl Leoni, na verdade representou a vanguarda de intelectuais, trabalhadores e venezuelanos da classe média que depois de 1935, seriam parte dos primeiros partidos políticos no país, e particularmente aqueles que eventualmente se tornaria a expressão dos dois sectores socioeconómicos emergentes, em seguida, assim como a classe operária e a burguesia industrial (BERNARD, 1994, p. 22-23).

Em 7 de abril de 1928 há uma revolta militar que é derrotada, entre os líderes civis estão vários dos protagonistas dos eventos de fevereiro, eles são

imediatamente presos. Rómulo Betancourt e Raúl Leoni fogem do país e a Universidade Central da Venezuela (UCV) é fechada. Indo e voltando à Venezuela, Betancourt e outros líderes, sempre por razões de exílio, levaram a sua participação na ORVE, a fundação do PDN e o nascimento da Acción Democrática (AD). Diz Bernard (1994), sobre as ideologias dos líderes desses movimentos e sua divisão em partidos:

Desde o início, o movimento popular bifurcou-se em duas direções de acordo com o destino seguido pelos membros mais proeminentes da Federação. De estudantes. Após os acontecimentos de 1928, Raúl Leoni, Rómulo Betancourt, Valmore Rodríguez, Ricardo Montilla e outros, mudaram-se para Curaçao, Santo Domingo, e finalmente para Barranquilla, onde sob a influência do Aprismo, cujo líder; Haya de La Torre, Betancourt manteve relações, surgiu o Plano de Barranquilla e a primeira semente da Ação Democrática: ARDI (Asociación Revolucionaria de Izquierda).. A propósito, o dito "Plano", escrito por Betancourt em 1931, geraria fortes críticas de Miguel Otero Silva e outros líderes do movimento popular, que o consideravam uma "traição" da classe proletária e uma posição tipicamente social-democrata. (BERNARD, 1994, p.25).

Fotografia 3: Geração de 28



Fonte: TERÁN-SOLANO, D. 90 años de la Generación del 28. **Historia Total**, Caracas, 12 Fevereiro 2018.

A importância do cenário sócio-político no desenvolvimento dos movimentos estudantis é definida por Romero (1998) que também fala sobre a importância da Reforma de Córdoba na geração de mudanças, demonstrando a relevância de se ter estudado os fatos mais importantes de vários países e de entender a influência que qualquer país da América Latina pode ter sobre seus vizinhos.

O quadro será diferente nos países onde as estruturas socioeconômicas não favoreceram as reformas liberais. Neles, os estudantes tentaram levar bandeiras reformistas, mas foram reprimidos e perseguidos, como no caso da Venezuela, Bolívia e Paraguai. Na Venezuela, o movimento estudantil teve uma forte radicalização, com alta capacidade de organização. No poder estava o ditador Juan Vicente Gómez, que governou de 1906 até sua morte, em 1935. Estudantes venezuelanos sofrem a dissolução de sua federação várias vezes em todo o governo de Gómez. Por causa dessa situação, as ações dos estudantes universitários se concentraram na luta política, dando origem ao partido Ação Democrática. Somente após a morte de Gómez os estudantes conseguiram implementar as reformas na Universidade. (ROMERO, 1998, p. 60).

O Brasil começou o século XX no meio de uma espécie de experiência democrática, que, no entanto, não havia sufrágio universal e secreto, e a política de "café com leite" dominava as eleições, com uma permanente ameaça de revoluções.

Também no Brasil, há certas características que apontam para um país com alguns princípios democráticos, mas com revoltas contínuas que não dão estabilidade completa ao país, além do voto ser limitado, tentando universalizá-lo, e não secreto.

O ano 1930 marca a chegada ao poder de Getúlio Vargas, a partir desse momento inicia uma série de reformas que permitirão o avanço do Brasil para um estado moderno, com uma força armada profissional e com a ajuda de vários setores. Porém as vozes que demandam maior democratização na estrutura do país, não são ouvidas e a implantação do Estado Novo traz consigo a grande rejeição da participação dos setores considerados comunistas e a aplicação de políticas conservadoras.

Sobre as origens do movimento estudantil no Brasil, o surgimento da UNE e usando como referência Maria da Glória Gohn, diz Stremel em seu trabalho:

Aproximando-nos do movimento estudantil no contexto brasileiro, se faz necessário citar os marcos históricos no país que antecederam o avanço de 1968. Dessa forma, a primeira data marcada por Gohn se dá em São Paulo de 1896, referente a atos de estudantes que protestavam contra artigo que ofende a mulher brasileira, contra o governo e o desagravo a professores e em apoio à guerra contra a Alemanha. Em 1937 podemos pontuar a origem da União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade máxima e legítima que consolidou a unificação dos estudantes. Após dois anos de sua fundação, surge no Paraná a União Estadual de Estudantes do Paraná (UEE do Paraná), a qual passou a ser conhecida como União Paranaense de Estudantes (UPE) em 1939, sendo esta articulada com a UNE. (STREMEL, 2017, p. 26)

Com a morte de Gómez, na Venezuela, seu Ministro da Guerra e da

Marinha, Eleazar López Contreras toma o poder. Ele e seu sucessor, Isaías Medina Angarita, começaram uma espécie de lenta transição para a democracia, legalizando alguns partidos políticos, tendendo a promover eleições em escritórios locais, dando maior participação da sociedade civil, e até mesmo buscando o consenso com os setores críticos do gomecismo. No entanto, o ritmo lento de mudança e o surgimento de uma classe militar com mais formação e aspirações de poder e de mudança, vão interromper o processo de transição com um golpe em 18 de outubro de 1945.

Como pode ser visto abaixo, uma das questões mais importantes no desenvolvimento e consolidação da democracia venezuelana é a dos partidos políticos, que começam a gestar com a geração de 28, mas permanecem ilegais durante a governo de López Contreras, para finalmente se juntar a vida política com o governo de Medina Angarita, sobre este período se pode ler:

Embora, como observado anteriormente, é possível traçar as origens dos partidos políticos modernos nas atividades realizadas por certos grupos da oposição ao 'gomecismo', desde o início dos anos trinta, o fato é que apenas com a morte de ditador e o retorno dos exilados políticos começam a desenvolver sistematicamente no território venezuelano partidos políticos modernos. Essas novas organizações representam uma quebra de continuidade com os partidos de notáveis, típica do século XIX (que havia sido destruída, juntamente com os caudilhos tradicionais, pelo ditador) e adotar o modelo de partidos de massa modernos (socialistas e trabalhistas) europeu. Eles também são inspirados por uma ideologia marxista ou radical democrática, e foram mantidos durante toda a ilegalidade pelo Presidente López Contreras (1935-1939) para que se desenvolvessem em condições subterrâneas e foram submetidos a perseguição e repressão do governo. Ao contrário do que aconteceu em outros países, na Venezuela a criação de modernos partidos de massa precedeu a universalização do sufrágio, em vez de segui-lo. Entre essas organizações, o mais importante, sem dúvida, foi o Partido Nacional Democrático (NDP), que, a partir de 1941, sob o governo de Medina Angarita (1939-1945), foi legalizado, assumindo o novo nome da Acción Democrática (AD). Também existiu desde o tempo de Gomez, diversas organizações marxistas, já sob a presidência de Medina Angarita, foram autorizadas a agir abertamente e em 1945 se juntaram para formar o novo Partido Comunista da Venezuela (PCV), agora, pela primeira vez legalizado. (REY, 1991, p. 537).

Uma espécie de transição para um estado moderno se instalou no Brasil a partir de 1930 com o governo de Getúlio Vargas, que liderou até 1945. É neste período em que a UNE surge no país, a que Müller se refere:

*A UNE foi fundada durante o Estado Novo (1937-1945) como entidade representativa dos estudantes universitários. Numa época em que floresceu o sindicalismo tutelado pelo Estado, a discussão sobre tornar a UNE um sindicato não esteve presente no cotidiano daqueles estudantes. Também não encontramos referências a essa discussão no período estudado. A partir dessa constatação, considere que a UNE pode ser definida como*

*uma associação de natureza política (MÜLLER, 2010, p. 21).*

### O experimento democrático na Venezuela

Entre 1945 e 1948 governou o país um conselho composto por civis e militares, liderado por Rómulo Betancourt. Somente em 1948 as primeiras eleições verdadeiramente democráticas foram feitas, vencida pelo candidato da Acción Democrática, o famoso escritor Rómulo Gallegos, que governou apenas alguns meses, desde que sofreu um golpe de estado de seus ex-aliados militares.

A rápida jornada rumo a um modelo democrático que ocorre na Venezuela entre 1945 e 1948 é desenvolvida por Rey:

Sob o governo provisório que foi estabelecido após a “Revolução de Outubro”, cuja responsabilidade foi assumida pelo partido AD, as restrições que existiam anteriormente para a participação eleitoral e a competição entre as partes foram eliminadas. O novo sistema eleitoral reduz a idade de voto 21-18, estende o direito de voto às mulheres e analfabetos (ou seja, um verdadeiro sistema de sufrágio universal é implementado) e estabelece a eleição direta não só dos deputados e senadores, mas também do presidente da República. Durante este tempo, a Unión Republicana Democrática (URD) (1945), o partido liberal orientado por indivíduos associados com o governo do presidente Medina foi fundado, e também fundou o Comité Organizado de Política Electoral Independiente (COPEI) (1946), partido de inspiração cristã-social. Ambas as partes, junto com a AD e a PCV, que já existiam antes, formarão a estrutura do moderno sistema partidário venezuelano e participarão das primeiras eleições verdadeiramente democráticas na história da Venezuela. (REY, 1991, p. 538).

Em outubro de 1945, houve um golpe de Estado no Brasil, que também reivindicou bandeiras democráticas e buscou gerar mudanças que garantiriam não só a “modernidade”, mas também a participação popular na tomada de decisões importantes.

A transição para a democracia no Brasil foi mais rápida, com eleições em 1945, vencidas por Eurico Gaspar Dutra, apoiado pelo Partido Social Democrata (PSD).

Durante a Segunda Guerra Mundial, a questão do petróleo entrou em vigor, devido às tecnologias sendo desenvolvidas e a importância que teve para o lado aliado garantir sua vitória, assim, o peso do hidrocarboneto no mercado internacional ganhou importância, e a juventude brasileira não escapou dessa.

Em 1947 a campanha "O petróleo é nosso" no Brasil, foi o grande momento

de debate sobre a importância da preocupação das questões nacionais pelos universitários, que levaram em consideração os desafios do desenvolvimento econômico, a criação de um mercado para profissionais treinados nas universidades e a necessidade de seu crescimento e melhoria.

Enquanto isso, no Brasil, em 1950, Getúlio Vargas voltou ao poder, desta vez por meios democráticos, e seu novo governo toma uma forma mais popular em defesa dos direitos dos trabalhadores e em reivindicar a importância da intervenção do Estado na tomada de decisões econômicas, algumas dessas medidas foram controversas para alguns setores da sociedade brasileira, principalmente no campo militar, levando a um pronunciamento em agosto de 1954 e ao subsequente suicídio do presidente.

Fotografia 4: O Petróleo é Nosso



Fonte: ALMEIDA, Camila. 9 momentos em que os estudantes fizeram história no Brasil. **Exame**, São Paulo, 13 set. 2016. Disponível em: <https://exame.com/brasil/9-momentos-em-que-os-estudantes-fizeram-historia-no-brasil/>. Acesso em 30 ago. 2019

Enquanto a Venezuela vivia uma economia florescente e uma situação crítica em termos de cidadania e direitos políticos, o Brasil elegia como presidente Juscelino Kubitschek (JK), que têm uma temporada de sucesso a nível econômico, sustentado principalmente pela construção de Brasília, a nova capital do país, gerando uma quantidade significativa de empregos e impulsionando o sistema econômico brasileiro.

### O retorno à ditadura

Uma junta militar governou a Venezuela em 1948-1952, e os partidos de esquerda: o Partido Comunista de Venezuela (PCV) e Acción Democrática (AD) foram proibidos e seus principais líderes presos, exilados ou mortos.

O presidente da junta militar Chalbaud Carlos Delgado foi assassinado em 1950, e é sucedido como presidente pelo advogado Germán Suárez Flamerich, embora o poder dos militares como verdadeiros executores de poder seja mantido e protegido.

Para o ano de 1952 é convocada uma assembleia constituinte, que permite a participação do governo, bem como dos partidos Unión Republicana Democrática (URD) e da Social Cristão COPEI. O resultado dessa eleição favorece amplamente a URD, fazendo com que o novo presidente do país seja Jóvito Villalba, líder máximo da URD.

No entanto, os resultados da eleição são desconhecidos e as autoridades eleitorais são forçadas a renunciar. É anunciada uma grande maioria a favor do governante da Frente Electoral Independiente (FEI) e, posteriormente, URD é considerada ilegal e acusada de ter adeptos (militantes AD) infiltrados e comunistas em suas listas.

Embora a ditadura permita o surgimento de algumas universidades, a verdade é que elas não seguem um modelo livre e servem para aprofundar a desigualdade social. Sobre esse crescimento:

*Dos dois institutos de nível superior em 1936, ou 4 em 1948, incluindo o Instituto Pedagógico de Caracas, no início da "década do opróbrio", havia seis: três universidades públicas, duas universidades particulares e uma pedagógica. A ditadura herdou as nove faculdades da UCV e uma "escola livre" de jornalismo. As faculdades: Filosofia e Letras, Direito, Ciências Econômicas e Sociais, Ciências Matemáticas e Naturais, Ciências Médicas, Farmácia e Química, Medicina Veterinária e Engenharia Agrônoma. No final da tirania, haveria dez faculdades, onze se elas tivessem avançado para fundar a Faculdade de Ciências a ser realizada em 1958. As escolas planejadas antes de 1948 foram criadas nos dias da ditadura, como a Escola de Educação. Todas as faculdades das universidades são reorganizadas e regulamentadas, em grande parte de acordo com a herança da reforma universitária proposta desde antes do início do regime militar, é claro, sem autonomia. Como era lógico esperar, havia um legado admitido e outro rejeitado. (SILVA, Fernando, 2011, p. 50).*

Desde então, até 1958, o general Marcos Pérez Jiménez governa a

Venezuela, aumentando a tortura e a repressão no país e sufocando qualquer desejo democrático.

Mais uma vez, os estudantes foram um fator fundamental da mudança. Em 21 de novembro de 1957, eles foram protagonistas de uma greve universitária (dias antes de uma greve semelhante ter sido promovida nas escolas secundárias de Caracas). Pela primeira vez, a luta não é única na UCV, mas toma o lugar central na Universidade Católica Andrés Bello (UCAB, privada), com os estudantes dessa área gravando uma cópia da Lei Eleitoral e um retrato de Perez Jimenez. Os dias por vir são caracterizados pela divulgação de panfletos e comunicações, bem como a detenção de vários alunos. Alguns meses depois, o governo de Pérez Jiménez foi derrubado e muitos desses estudantes ocuparam lugares importantes nos dias da era democrática, além disso, eles deixaram para a história a celebração do dia 21 de novembro como o Dia do Estudante.

Em 1960, a Venezuela se esforçou para fortalecer a democracia nascente, e o Brasil parece chegar a um sistema sólido. Nesse ano foi eleito como presidente o advogado Jânio Quadros, que começa uma série de mudanças que geram críticas em vários setores, mas é a sua abordagem para governos esquerdistas que ganha a antipatia do setor militar, obrigando-o a renunciar enquanto o vice-presidente João Goulart estava em viagem ao exterior.

Goulart finalmente retorna ao país e assume a presidência, no entanto, o seu poder é severamente limitado depois de um retorno a um sistema parlamentar, deixando a figura do presidente quase como algo decorativo, e vinculado às decisões do Congresso.

O governo de Goulart foi rotulado de comunista por vários setores, justificando assim o golpe de 1964. Uma rápida revisão das políticas implementadas por Goulart apontam reformas associadas com a esquerda, como a reforma agrária e mudanças propostas na educação, no entanto, procurando o desenvolvimento do Brasil. Da mesma forma, embora existisse uma abordagem à União Soviética, as relações com os Estados Unidos são mantidas, de modo que se poderia falar mais de um Brasil neutro no meio da Guerra Fria, do que de um Brasil comunista. Sobre a situação política do Brasil nos anos 60 se tem:

*Integrando o continente americano, o Brasil dos anos 60 não poderia estar imune aos ventos da polarização, nem aos conflitos que marcaram a América Latina. As duas tendências que se digladiavam contra o imperialismo norte-americano estavam representadas em nosso cenário político. De um lado, o presidente João Goulart, representante do nacional reformismo, que propunha reformas para que o capitalismo pudesse se desenvolver plena e independentemente do capital multinacional. Do outro, o PCB, que, mesmo sendo um partido comunista, apoiava as propostas do governo de Jango, visando desencadear a primeira etapa da revolução – a antiimperialista – para posterior implantação do socialismo. E contra elas, os representantes do capital multinacional, lutando para desacreditá-las, o que possibilitaria sua consolidação sem obstáculos. Nesse conflito, tanto os partidários do nacional reformismo quanto os do socialismo seriam representados como aliados da “tirania atéia” (SILVA, Simone, 2002, p. 28).*

## Democracia venezuelana e a ditadura brasileira

A década de 1960 é importante no entendimento político da América Latina e da história mundial, como foi observado ao estudar vários países no capítulo anterior, a juventude assume uma série de demandas e articula-se em protestos em diferentes lugares. Nesse sentido, é possível observar:

*Sem desmerecer os eventos que marcaram outros períodos do século XX, a década de 1960 é, sem dúvida, um período marcante por ter sido nessa época em que diversos pensamentos, necessidades e ações vieram à tona na sociedade, expressando as necessidades e interesses de grupos e categorias sociais que há muito vinham sendo pressionadas pela crise social e política que se alastrava pelo Brasil e por outros países. As divergências e conflitos políticos, perceptíveis desde a década de 1940, através das consequências impostas pela 2ª Guerra Mundial e o clima repressivo que permeava as relações entre Governos e sociedade, exacerbaram-se na década seguinte e culminaram na década de 1960, especialmente com as minorias que foram mais afetadas (BRANDÃO, 2004, p. 89).*

Em 23 de janeiro de 1958 é derrubado Pérez Jiménez e um Conselho de Governo é instalado. Em dezembro daquele ano, são chamadas as eleições universais em que participam os quatro partidos existentes então: URD, AD, COPEI e PCV (o último apoiando o candidato da URD). A importância dos estudantes na derrubada do ditador, bem como a esperança que eles representavam para o povo venezuelano, é evidente no fragmento a seguir:

*A participação ativa de setores importantes da vida nacional possibilitou a derrubada da última ditadura em 23 de janeiro de 1958. Dentro desses setores estavam professores e estudantes universitários que contribuíram para aquele dia democrático. Isso explica por que o Conselho de Administração presidido por V. A. Wolfgang Larrazábal, por decreto de 17 de fevereiro, nomeou uma comissão encarregada de elaborar um projeto de Direito Universitário, com o mandato expresso de “contemplar e garantir autonomia”. Esta comissão foi composta pelos médicos Francisco de Venanzi que presidiram e Rafael Pizani, Ismael Puertas Flores, Rubén Coronil, Raúl García Arocha, Armando Vegas, J.L. Salcedo Bastardo, J.M.*

*Bianco, Marcelo González Molina, Héctor Hernández Carabaño, Francisco Urbina e Ernesto Mayz Vallenilla, representando o solteiro Edmundo Chirinos. A comissão apresentou um projeto de lei, que foi aceito pelo Conselho de Administração, presidido pelo Dr. Edgar Sanabria e, em 5 de dezembro de 1958, foi aprovado o Decreto-Lei das Universidades. (HERRERA, 2004, p. 26).*

A democracia venezuelana era um sistema de principalmente dois partidos, onde o AD e COPEI chegaram a concentrar 95% dos votos, tendo assegurado a Constituição de 1961, que garante a convivência democrática e respeito por todos os setores.

O regime democrático é estabelecido na Venezuela após 1958 é marcado pela experiência traumática do triênio 1945-1948 e é uma tentativa deliberada de evitar os erros e deficiências de que o julgamento falhou. Para este fim, tentou alcançar um amplo consenso entre os principais atores políticos e sociais (os “fatores reais de poder” Lasalle), em torno de “regras” básicas de ordem política que permitiriam que os governos eleitos por o voto popular tem o apoio moral e / ou material necessário para evitar ser derrubado e conseguir mobilizar com sucesso o conjunto de recursos sociais e coletivos necessários para efetivar suas decisões (REY, 1991, p. 542).

Entre 1958 e 1998 as eleições presidenciais foram realizadas a cada 5 anos, foram eleitos como presidentes: Rómulo Betancourt (1959-1964, AD), Raúl Leoni (1964-1969, AD), Rafael Caldera (1969-1974, COPEI), Carlos Andrés Pérez (1974-1979, AD), Luis Herrera Campíns (1979-1984, COPEI), Jaime Lusinchi (1984-1989, AD), Carlos Andrés Pérez (1989-1993, AD, que não posso completar o seu mandato a sofrer um impeachment), Rafael Caldera (Convergência, 1994-1999) é Hugo Chávez (MVR, eleito em dezembro de 1998 para o período 1999-2004).

Embora a democracia venezuelana parecesse sólida, ela se baseava em um modelo populista e em acordos entre lideranças partidárias, que permeiam diferentes setores da sociedade (incluindo universidades), sendo um modelo ameaçado pela extrema direita e pela extrema esquerda que funcionou bem e garantiu direitos aos venezuelanos, mas que depois de 30 anos começou a entrar em colapso. É definido por Rey:

Na verdade, o sistema populista de reconciliação que foi estabelecida desde 1958 é baseada no reconhecimento de uma pluralidade de interesses heterogêneos, tanto da maioria e minoria, e criação de um sistema complexo de negociação e acomodação entre eles, que se expressa em um conjunto de mecanismos e regras peculiares à tomada de decisões obrigatórias para toda a sociedade. Tal sistema foi para alcançar o consenso social necessário sobre as regras básicas de ordem política, conciliar duas exigências dos quais dependia a manutenção do regime democrático: por um lado, garantir os setores minoritários poderosos que os seus interesses fundamentais não são eles estariam ameaçados pela

aplicação da regra da maioria na tomada de decisões do governo, e, por outro, assegurar a confiança da maioria da população nos mecanismos da democracia representativa como um meio ideal de satisfazer suas aspirações de liberdade, justiça e bem estar Para o projeto democrático teve de lutar simultaneamente em duas frentes: inicialmente contra os perigos de um golpe militar, mas em breve também (como resultado da influência da Revolução Cubana) contra a ameaça de insurreição e guerrilha da esquerda (REY, 1991, p. 543-544).

Fotografia 5: Renovação de 1969 na Venezuela



Fonte: Espina (2017)

Enquanto a Venezuela conquistava sua democracia, o Brasil voltou para o regime militar ditatorial. O poder voltou ao militarismo conservador de extrema-direita, em uma época (1970s), em que também surgem ditaduras no Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. No entanto a partir do ano de 1974, pequenos passos em direção a um modelo democrático no país começam, uma transição que ocorrerá até meados dos anos 80, onde, pouco a pouco, as liberdades serão recuperadas, e onde os movimentos sociais (sindicatos, movimentos estudantis, movimentos culturais, etc.) assumem grande importância na luta pela democracia e pelos direitos civis.

Sobre o golpe de Estado que permitiu a ditadura tomar o poder no Brasil e a organização dos diferentes movimentos sociais da época, é mencionado em um dos textos estudados:

*Quando o golpe militar eclodiu na noite do dia 31 de março de 1964, o conjunto dos movimentos sociais, notadamente os movimentos sindical, estudantil e de luta pela terra, através das Ligas Camponesas, foi pego de surpresa. Não que não soubessem que a possibilidade do golpe vir era*

*grande, mas surpresa no sentido de não saber o que fazer. Durante a madrugada, muitos sindicatos fazem vigília tentando organizar algum tipo de reação. A sede da União Nacional de Estudantes foi incendiada. Jango pega um avião e se dirige a Porto Alegre onde Brizola já o esperava no aeroporto e logo se dirige ao Uruguai, país em que Brizola mais tarde também irá se refugiar. Naquela noite, centenas de pessoas foram presas nos quartéis de nosso país (VECHIA, 2011, p. 147).*

Fotografia 6: Passeata dos cem mil (1968)



Fonte: UEB (2016)

Também pode ser destacada a manipulação que alguns setores tentaram fazer do golpe de estado para defender a ação:

*Assim, os setores conservadores, apoiados pelos Estados Unidos e por correntes da Igreja Católica, justificaram o golpe como uma contrarrevolução, levando o Brasil a uma ditadura que visava salvar o país do perigo Vermelho. Esse discurso tinha por objetivo convencer os indecisos de que aquela era a única saída para a manutenção da democracia, em oposição a anarquia que seria instaurada, caso os militares não tivessem intervindo (CASTRO, p. 86).*

O Brasil recupera a democracia

A eleição do opositor Tancredo Neves, por meio de voto indireto, e a assunção do vice-presidente José Sarney como presidente após a morte de Neves pouco depois de sua eleição acabaram por lançar as bases para o pleno retorno da democracia brasileira.

A crise que aflige grande parte da América Latina durante os anos 80, propõe soluções neoliberais, e nas eleições de 1989, Fernando Collor de Mello, seguidor dessas políticas, opositor de Luiz Inácio Lula da Silva, o qual criticou cara a

cara, acabou vencendo, no entanto, não conseguiu controlar o grave problema inflacionário do país, e acabou sendo afastado do Governo por um processo de impeachment em 1992, após sérias acusações de corrupção, com o vice-presidente Itamar Franco assumindo a presidência.

Fotografia 7: Manifestação pelo impeachment de Fernando Collor de Mello em 29 de setembro de 1992



Fonte: O impeachment dos caras-pintadas: a queda de Fernando Collor em 1992. **El País**, 15 Abr. 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/15/album/1460673173\\_292998.html#foto\\_gal\\_12](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/15/album/1460673173_292998.html#foto_gal_12). Acesso em: 5 sep. 2019

### O fortalecimento da esquerda

Enquanto na Venezuela, durante os 40 anos do estágio democrático, foram dadas garantias de que a participação de todos os setores e dos grupos mais radicais, tanto da direita quanto da esquerda, fosse respeitada, também é verdade que desde o início, ambos os lados mostraram ter problemas com o modelo democrático imposto.

Da direita radical, a presença dos militares na tomada de decisões é perdida, temia-se que a implementação de planos sociais iria gerar prejuízos econômicos para a nação e desconfiava-se que pessoas pouco treinadas poderiam

chegar ao poder e prejudicar aqueles que tinham maiores níveis de estudo. No entanto, após o fracasso de duas tentativas de golpe no início dos anos 1960, esses grupos se dedicaram a buscar a mudança através de meios democráticos e, apesar de sua amarga crítica ao sistema, conseguiram coexistir juntos.

No mais próximo à esquerda, os grupos tiveram altos e baixos, e o mais radical dos setores PCV e da juventude de AD, decidiram lançar uma luta armada por sentir que a democracia oferecida não era uma verdadeira democracia e assim foram excluídos do “Pacto de Puntofijo” (pacto de governabilidade assinado em 1958 por AD, COPEI e URD). O movimento de guerrilha que surgiu na década de 1960 conseguiu ser controlada, primeiro através de confrontos armados que conseguiram dizimar, e, em seguida, através da política de apaziguamento, o qual permitiu sua carreira democrática progressiva continuasse com pleno respeito à incorporação direitos, fazendo nascer o Movimento ao Socialismo (MAS), criado em 1971 pelo ex-líder guerrilheiro Teodoro Petkoff e Pompeyo Márquez, e que por duas décadas seria reforçado como a terceira parte mais importante do país, atrás de AD e COPEI. Em menos de uma década, a luta armada foi derrotada e os líderes de esquerda buscaram espaços institucionais para crescer, inclusive nas universidades.

A derrota da esquerda em suas tentativas de derrubar o governo de Betancourt levou à esquerda a se concentrar nas universidades. Tendo perdido seus laços orgânicos com trabalhadores e camponeses, os partidos de esquerda pareciam satisfeitos em “fazer trabalho político” nas universidades. Isto foi ajudado pela mesma estrutura social venezuelana, na qual existe um grande setor das classes médias, que desde a chamada geração de 1928 desempenhou um papel decisivo nos eventos políticos do país. Universidades e estudantes formaram, no período 1958-1990, um reduto de oposição ao regime democrático representativo que surgiu em 23 de janeiro e está consagrado no Pacto de Punto Fijo. (LÓPEZ SÁNCHEZ, 2006, p. 71).

Esses grupos lideraram os movimentos para “A Reforma” do ano de 1968, que exigia um novo modelo de universidade, maior representação dos estudantes na tomada de decisões e menos intervenção dos partidos políticos. Essas conquistas perderam peso após o fechamento da UCV em 1969. Sobre a reforma é apontado:

Do seio da universidade movimentos comunitários surgiu ‘Reforma universitária’ (Nunez, 1994), que visava implementar uma mudança estrutural e curricular nas universidades para colocar a educação superior como servindo à educação nacional. Estes movimentos têm se intensificado desde 1967, e ligado a movimentos estudantis de 1968 em todo o mundo Maio francês e a Primavera de Praga, ambos os movimentos contestadores, estendido pelos Estados Unidos (Movimento para a Paz no

Vietnã), que não escapa a influência da Revolução Cultural Chinesa (VIDOVIC LÓPEZ, 2013, p. 102).

No entanto, alguns setores da esquerda sentiram que o sistema democrático foi uma traição dos ideais defendidos, e acabaram por registrar pequenos grupos de guerrilha até 1983, e criar algumas ações famosas, como sequestro de empresários que teve como protagonistas os líderes de novas formações, como a Liga Socialista. Os grupos mais extremos são fortalecidos nas universidades, principalmente públicas, no entanto, no cenário eleitoral tiveram pouca força, conseguindo alguns deputados. Neste ambiente surgem na UCV, os chamados grupos independentes em diferentes faculdades e escolas, a começar pela engenharia, e em 1985, esses grupos reunidos sob o nome M80, conseguem ganhar a Federação de Centros Universitários (FCU).

López e Hernández (2001) apontam as críticas que o M80 fez aos representantes da época (e que poderiam ser válidos hoje):

Alguns grupos, como o Movimento 80 da UCV, realizaram uma profunda reflexão sobre as práticas viciosas que foram impostas à liderança estudantil anterior, que veio principalmente dos partidos, MAS e MIR. Eles partiram de uma crítica radical dos esquemas burocráticos nas estruturas estudantis, para romper os obstáculos que impedem a livre participação de todos os estudantes na tomada de decisões. As organizações estudantis tornaram-se mecanismos para promover os jovens líderes dos partidos, que saltaram da FCU e Centros para ocupar cargos no Congresso Nacional. Os líderes estudantis haviam se tornado uma "casta dominante"; sua gestão autoritária foi coberta pelo paternalismo como um mecanismo que substituiu a participação estudantil. (LÓPEZ SÁNCHEZ; HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, 2001, p. 648).

O que muitos antecipam como um triunfo anedótico se torna, com o passar dos anos, constante. O M80 encadeia uma série de triunfos, e grupos próximos obtêm importantes vitórias em outras universidades nos anos seguintes. A constante de propor um novo modelo de país e ir contra o sistema estabelecido é repetida. Além disso, o esgotamento do modelo estabelecido é evidente, os partidos não visualizam a crise que enfrentam no tempo e, em vez de introduzir reformas, reforçam seu poder em meio a uma crise econômica, falando sobre esse período, diz Brewer-Carías:

Com efeito, de acordo com esse sistema político, os partidos políticos assumiram o monopólio da participação e da representatividade em todos os níveis do Estado e das sociedades intermediárias, o que sem dúvida foi necessário no início do processo. Mas com o passar dos anos, eles se esqueceram de abrir a cerca que eles tendiam a controlar e permitir que a democracia fosse mais livre. E no final do último mandato constitucional dos

anos oitenta, a crise do sistema entrou em erupção, quando o centro do poder político definitivamente do lado de fora do governo e do aparelho de Estado na cúpula do Partido Acción Democrática que na época dominava o Executivo Nacional, Congresso e todos os órgãos deliberativos representativos; que ele havia nomeado como governadores do Estado até mesmo seus secretários-gerais regionais, e que ele nomeou até mesmo os presidentes de cada um dos Conselhos Municipais do país. O governo do Partido Acción Democrática, durante o período 1985-1989 fez o oposto do que eles alegaram nas mais de duas décadas de democracia que tinha quando foi instalado, que foi aberto contra a autocracia partido que tinha desenvolvido, e previsão de novos canais de participação e representatividade. Foi o Governo que mais falou em reforma do Estado e durante o mesmo foi nomeada a Comissão Presidencial para a Reforma do Estado (COPRE), precisamente para não executar nada nesse campo, mas muito pelo contrário, porque nesse período de governo foi que a partidocracia apareceu com todo o seu medo autocrático. Felizmente, pelo menos a partir de então, os estudos da Comissão Presidencial para a Reforma do Estado permaneceram. O 'Caracazo', isto é, o protesto popular generalizada que teve lugar em Caracas, a capital da República, em 27 de Fevereiro 1989, poucos dias depois da posse do presidente recém-eleito, pela segunda vez, Carlos Andrés Pérez, foi o trágico sinal da eclosão social da crise do sistema partidário, seguida por duas tentativas militares de um golpe de Estado, em 4 de fevereiro e 27 de novembro de 1992, que, além de ataques contra a Constituição, custaram centenas de vidas. (BREWER-CARÍAS, 2001, p. 16-17).

Em 27 e 28 de fevereiro de 1989 foram registrados em Caracas uma série de saques contra lojas e empresas, uma questão que foi assumida pela esquerda como uma bandeira, e como uma reivindicação da luta contra todas as medidas neoliberais propostas pelo presidente Carlos Andrés Perez alguns dias antes. Este fato, conhecido como "El Caracazo", somado à tentativa de golpe de Estado de 4 de fevereiro e 27 de novembro de 1992, liderada por Hugo Chávez, estava gerando na população um desejo de mudança radical que demonstrasse o esgotamento do sistema democrático. As reivindicações sociais que deram origem a esse fato, germinaram por mais de seis anos, com uma grave crise econômica pela qual o país passou, a partir da chamada "sexta-feira negra", a esse respeito afirma-se:

*A década de oitenta foi marcada por uma profunda crise econômica, que o modelo neoliberal, com seus regulamentos e receitas impostos por suas entidades executoras: Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), causaria às economias mundiais e, em especial para os mais fracos do planeta. Nesse caso, a Venezuela seria um dos países afetados por esse tipo de política econômica, que no início dos anos 80 começou a ser notada durante o governo de Luis Herrera Campíns, com uma crise econômica já incontrolável, apesar da Os altos preços do petróleo no início deste período e, juntamente com a má administração dos recursos provenientes da renda do petróleo por várias décadas, agora tornaram inevitável a desvalorização do bolívar em 18 de fevereiro de 1983, esse fato será chamado "Sexta-feira Negra" (GARCÍA TRUJILLO, 2011, p. 135).*

Nas eleições de 1993, pela primeira vez quatro candidatos tinham chances reais de vitória: os partidos tradicionais ao lado dos jovens com esforços bem

sucedidos na administração pública: Oswaldo Álvarez Paz (COPEI) e Claudio Fermín (AD). O partido obreirista emergente Causa Radical (LCR) apresentou o líder sindical e governador de Bolívar (estado de mineração com lotes de metalúrgicos) Andrés Velásquez, e o MAS, junto ao PCV e uma união de vários partidos de esquerda conhecido como "El Chiripero" apoiaram o ex-presidente Rafael Caldera, ex-líder da direita venezuelana, e seu recém-fundado partido Convergência, que finalmente venceria a eleição.

O triunfo de Caldera rompe com o sistema estabelecido, mas é percebido por alguns setores com tranquilidade para garantir que pelo menos por mais 5 anos o sistema não apresentasse rupturas, no entanto, lembra Rey, nas bases que sustentavam a democracia venezuelana:

Em suma: o papel desempenhado pelo Estado no processo de desenvolvimento, a quantidade e natureza dos recursos que tem prestado e, principalmente, o funcionamento de mecanismos democráticos tornam-se um tampão e atenuador conflitos sociais, em vez assumir a forma de luta de classes aparecem como conflitos ou reclamações contra o Estado de distribuição, e que não é convivência incomum entre grupos ou classes sociais, de acordo com a perspectiva marxista, eles devem ser considerados antagonistas. Em outras palavras, graças à ação do Estado distributiva, conflitos sociais são politicamente encapsulados por um lado, através dos mecanismos de participação democrática e de representação, e, particularmente, através dos partidos e eleições políticas, e outra, através de certos mecanismos de representação e participação semi corporativos, aos quais me referirei a seguir. Assim, apesar das grandes diferenças socioeconômicas, elas não foram expressas em confrontos políticos ou em formas de voto ou militância partidária. (REY, 1991, p. 548-549).

A gestão de Caldera tinha instabilidade política, após dois anos de fracassos econômicos, foi decidido pelo Ministro Petkoff, tomar algumas medidas liberais, que permitiram recuperar a economia durante seus últimos dois anos de mandato, mas com as eleições se aproximando em 1998 o descontentamento foi maior.

No início de 1998 a candidata mais apoiada nas pesquisas era a ex-rainha da beleza Irene Sáez, uma figura independente com um mandato bem-sucedido como prefeita de um município em Caracas, que, no entanto, após o apoio do COPEI diminuiu o apoio popular.

Enquanto o ano de 1998 se encaminha, dois candidatos foram reforçados: o ex-governador de Carabobo Henrique Salas Römer (empresário de direita, próximo à COPEI, mas independente) que fundou o Proyecto Venezuela (PV) e Hugo Chávez, fundador do partido Movimiento Quinta República (MVR), finalmente, este

último chegaria à presidência com amplo apoio.

O triunfo de Chávez e o surgimento de Salas, representaram a necessidade de uma forte mudança política, uma transformação do sistema de suas próprias fundações, abriram a oportunidade para uma mudança nas instituições, mas também uma falta de conhecimento delas, o que poderia agravar a crise política. Brewer resume:

Por exemplo, os sucessores políticos do Gómez, apesar da abertura democrática e modernização iniciada por Eleazar López Contreras e Isaías Medina Angarita, sabiam que não entendem que o sufrágio universal, direto e secreto, em 1945, após a Segunda Guerra Mundo, foi o elemento essencial para consolidar a democracia que estava começando a nascer. A Constituição de novo nesse ano foi reformado, mas apesar do clamor de novos atores políticos, o resultado do aumento da sindicalismo e abertura democrática que surgiu desde o final dos anos 30, o sufrágio universal e direto não foi estabelecida, e o que foi consagrado foi o sufrágio universal limitado apenas a dar o voto às mulheres nas eleições municipais, excluindo-as das eleições nacionais; sem modificar o sistema de eleição indireta para Presidente da República. A demanda para a mudança política no final do prazo constitucional do presidente Caldera era irrepreensível, e à deterioração e colapso dos partidos políticos tradicionais, incluindo Acción Democrática e COPEI, eo vácuo político resultante deixada pelo candidato popular, que tinha levantado a mudança de bandeira, Hugo Chávez, que tinha sido perdoado pelo presidente Caldera, como mencionado, venceu a eleição presidencial em 6 de dezembro de 1998. isso, no entanto, a possibilidade de uma maneira democrática foi aberta para a mudança política no país. As razões que nos levaram a propor, em 1992, a necessidade de um referendo sobre a Constituinte foram as mesmas que agravaram também em 1998 que nos levou a pensar que era inevitável para reconstituir o sistema político e do Estado. O desafio, então, nós, os venezuelanos, foi perceber finalmente, qual foi a escolha real que tinha levantado: o democraticamente convocamos a Assembléia Constituinte para reconstituir o sistema político no exercício de nossos direitos democráticos, ou íamos chamar talvez mais tarde para conclua-nós por algum tempo ou "por enquanto", que é sempre um tempo impreciso, arbitrário. (BREWER-CARÍAS, 2001, p. 39).

Enquanto isso, em meados da década de 90, o Brasil alcança estabilidade econômica por meio do Plano Real de Fernando Henrique Cardoso, que governa o país até 2002, mas as reivindicações sociais aumentam e não são totalmente satisfeitas quando uma agenda neoliberal é adotada, o que afeta os setores menos protegidos da sociedade brasileira, nesse ponto pode-se ler:

*Tentamos deixar claro, que a partir dos anos 90, o Brasil vive uma nova ofensiva burguesa, uma contra-reforma social e política para adaptar o estado e as políticas públicas às exigências da "nova" ordem capitalista mundial. A "modernização" da economia brasileira, segundo as diretrizes neoliberais têm resultado no desmonte do parque industrial brasileiro, no abandono de um projeto nacional de desenvolvimento, fatores que jogam luz sobre a problemática da crise da universidade pública no Brasil, enquanto instituição fundamental ao desenvolvimento técnico-científico do país (SANTOS, Laura, 2007, p. 14).*

Nas eleições de 2002, o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva é eleito presidente, em meio a um turno de esquerda experimentado por grande parte da América Latina, suas políticas inclusivas, oportunidades educacionais, programas de apoio às minorias, suporte para os pobres, apoio ao sistema de ensino, entre outros, ganha o apreço e apoio da maioria do povo brasileiro e reconhecimento internacional, enquanto assegura um segundo mandato de aprofundar as mudanças em meio a um ambiente de estabilidade econômica.

### O Século XXI na Venezuela

Na Venezuela, Hugo Chávez propõe a refundação da república, então começa a se falar de um Quinta República (historicamente na Venezuela, as três primeiras repúblicas existiram durante a Guerra da Independência, no século XIX, e foram dissolvidas pelo exército espanhol). Para este fim, Chávez propõe a convocação de uma Assembleia Constituinte, que não existia na Constituição, mas que poderia ser incluída por meios legislativos. Apesar de ganhar a presidência, Chávez não conseguiu ganhar a maioria no Congresso, por isso recorreu ao Supremo Tribunal Federal para acabar com o princípio da "supraconstitucional" convocando a Constituinte e aprovando uma nova constituição em dezembro de 1999, com a aprovação da maioria da população.

Sob a nova constituição, Chávez ganharia as eleições de 2000, 2006 e 2012, e governaria o país até sua morte em 2013. A oposição tradicional enfraquecida foi substituída por personagens mais radicais (empresários, militares, antigos companheiros de Chávez, donos da mídia) que deram origem a um clima polarizado, que entre greves gerais, protestos, tentativas de golpe, levaram à realização de um referendo revogatório em 2004.

Chávez, que foi minoria nas pesquisas os primeiros quatro meses de campanha para o referendo, implementou uma série de programas sociais, chamados missões, planos que incluíam programas de alfabetização, bolsas de estudo a jovens estudantes, melhorias no sistema de saúde, criação de atendimento primário em áreas populares, etc., o que lhe permitiu ganhar o referendo e evitar ser revogado.

Fotografia 8: Marcha em Caracas em 11 de abril de 2002 contra Chávez



Fonte: Toro (2016)

O mandato presidencial de Chávez iniciado em 2007 aprofundou na implementação do socialismo e da importância das missões, que foram suportadas pelo aumento dos preços do petróleo, mas também o fechamento de meios de comunicação (o caso mais representativo: o fechamento da Rádio Caracas Televisión -RCTV-, em 2007), e aumento da repressão.

Determinar uma origem precisa para a geração de 2007 na Venezuela é difícil, por isso vamos começar a contar o que é conhecido e é geralmente aceito como início: No final de 2006, o então presidente Chávez anunciou o fechamento (em o mecanismo da não-renovação da concessão do espectro de radiofrequências) do canal privado RCTV, que vem operando no país desde 1953. No domingo de 27 de maio a medida entrou em vigor, criando desconforto e consternação de um amplo setor da população.

Nas semanas anteriores ocorreram uma série de protestos, principalmente na cidade de Caracas. Essas ações muitas vezes tinham sido expostas por jornalistas, atores e outras pessoas ligadas aos meios de comunicação e alguns líderes políticos. Na segunda-feira de 28 de maio outra série de protestos acontecem, mas desta vez, no recinto de várias universidades de Caracas, como a Universidad Central de Venezuela (UCV), a Universidad Católica Andrés Bello (UCAB), a Universidad Simón Bolívar (USB) e a Universidad Metropolitana (UNIMET), finalmente juntando os protestos em um, no final da tarde, em frente à televisão pública venezuelana (VTV) no setor dos Ruices (Caracas). Explica-se:

A manifestação superou as expectativas dos líderes estudantis, conseguindo reunir milhares de pessoas nas portas da emissora de televisão. Freddy Guevara (UCAB) lembra-se da magnitude disso: "A partir daqui temos sete ônibus. Naquela época nós dissemos: que bom problema! Sete ônibus! Nós já mudamos o mundo!" Os estudantes universitários se reuniram por algumas horas fora da VTV, demonstrando pacificamente a iminente liberação do ar da RCTV. Eles eram servidos por trabalhadores do canal, mesmo tendo cobertura pelas câmaras do canal 8, onde alguns de seus porta-vozes expressavam o aborrecimento que os levou a tomar essa ação. A UCV realizou uma demonstração própria em suas instalações, que após reunir centenas de estudantes, foram para a Autopista Francisco Fajardo, onde bloqueou o tráfego veicular por alguns minutos. (CAVET; BASTOS; TORREALBA, 2008, p. 40).

Fotografia 9: Acostados por la Vida (2006)



Fuente: Lepage (2006)

Nos dias seguintes os protestos continuaram recebendo mais e mais estudantes, e reunindo apoio em outros setores da sociedade, novos rostos apareciam diante da mídia como porta-vozes, novas propostas, não defendendo um canal, mas a liberdade de expressão, eles diziam que se articulavam aos representantes e um movimento que transcende Caracas alcançou o nível nacional.

Logo, as mãos brancas, o protesto pacífico e os símbolos daquela geração tornaram-se conhecidos e representaram uma esperança. No entanto, depois de dois meses e com a aproximação dos feriados, o ritmo dos protestos esfria um pouco nas ações de rua, mas é fortalecido em organização e comunicação.

Uma das maiores realizações da geração de 2007, foi dar a Chávez a primeira derrota eleitoral, evitando uma mudança na Constituição, o jornal espanhol "La Voz de Galicia" informou sobre os jovens líderes:

É um movimento estudantil cujo precedente mais próximo remonta a 50 anos na história do país. Foi precisamente em 21 de Novembro, 1957, quando o ditador Pérez Jiménez, depois de se recusar a admitir a derrota nas urnas, tinha chamado para um plebiscito para permanecer no poder, ele encontrou uma resposta na rua dos alunos que trouxeram seus cair em menos de um mês e sua partida do país em um avião conhecido popularmente como 'La Vaca Sagrada'. Chávez tentou minimizar o movimento dos estudantes. Ele os chama de 'crianças mimadas' e 'filhos do papai' e os acusa de conspirar com os 'imperialistas' e os partidos da oposição para derrubá-lo pela força. Para seus líderes, não hesita em descrevê-los como 'terroristas'. Esses 'terroristas' são chamados de Stalin González, Freddy Guevara e Yon Goicoechea. Stalin González tem 26 anos e dois irmãos, Ilich e Engels. Estude na Universidade Central. Ele era o líder de um partido marxista e hoje ele está ativo nas fileiras do partido centrista Un Nuevo Tiempo, de Rosales. Ele se define como um estudante de esquerda e diz que Chávez é um militar de direita. Em várias ocasiões, ele afirmou que a declaração da Venezuela como um estado socialista "significa o estabelecimento de uma ideologia única em vez do pluralismo político". (FARIÑAS, 2007).

Fotografia 10: Mãos brancas protestam pelo fechamento da RCTV



Fonte: **ÁMBITO**. VENEZUELA: dura represión contra marchas por el cierre de RCTV. Caracas, 25 Jan. 2010.

12 anos depois, vários protagonistas de 2007 ocupam posições importantes, como Juan Guaidó, Freddy Guevara, Stalin González, Miguel Pizarro, Juan Andrés Mejía, Manuela Bolívar viraram deputados, e David Smolansky foi eleito prefeito do município de El Hatillo em Caracas; Roberto Patiño, Rodrigo Diamanti lideraram importantes ONGs e encontraram seu espaço de luta. Muitos mais ocupavam

posições estratégicas em partidos políticos, outros deixaram o país; alguns, como Ricardo Sánchez, acabaram apoiando o sistema contra o qual estavam lutando. Embora no início a geração de 2007 não quisesse estar ligada a uma ideologia, os valores que defendiam levaram-nos a ser protagonistas da oposição.

Após a morte de Chávez, as eleições foram realizadas em 2013, sendo eleito Nicolás Maduro, do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV, o partido sucessor do MVR fundado por Chávez) e Henrique Capriles (MPJ). Estas eleições são marcadas por várias denúncias de fraude, além de obter um resultado com pouca diferença e evidência de várias irregularidades que nunca foram investigadas.

Pouco carisma de Maduro, forte crise e escassez, e aumento da repressão, fazem Maduro ver um drástico declínio no apoio. Em 2015 foram as eleições legislativas e a Mesa de la Unidad Democrática (MUD), uma coalizão de cerca de 15 partes, incluindo AD, MPJ, UNT, VP, e outros obtêm 67% dos votos, tornando a derrotar o PSUV em setores populares onde Chávez costumava ganhar com mais de 70% de apoio, como os bairros de Caracas: Catia e 23 de Enero.

O período 2015-2018 na Venezuela é marcado por uma profunda crise econômica, aumento da repressão, aumento da migração e do número de presos políticos, inflação mais alta do que qualquer uma anteriormente conhecida na América Latina, e o enfraquecimento contínuo das instituições.

Em 2018 Maduro apela para uma eleição presidencial em que estão proibidos de participar AD, PJ, UNT e VP; os principais líderes da oposição Leopoldo López e Henrique Capriles são desativados; mais de 3 milhões de venezuelanos que vivem no exterior são impossibilitados de votar, e no dia da eleição várias violações são detectadas no sistema, que então é dado a uma nova empresa, após alegações de manipulação em eleições anteriores feitas pelo presidente da empresa que tradicionalmente tinha assumido essa responsabilidade.

Fotografia 11: Repressão de protestos em Caracas em 2017



Fonte: LA foto: La protesta pacífica vs. la brutal represión que lanzó a los venezolanos al Guaire. **La Patilla**, Caracas, 19 Abr. 2017. Disponível em: <https://www.lapatilla.com/2017/04/19/la-foto-la-protesta-pacifica-vs-la-brutal-represion-que-lanzó-a-los-venezolanos-al-guaire/>. Acesso em: 31 ago. 2019.

Nesta eleição Maduro vence o único candidato qualificado pela oposição para participar: o ex-governador do estado Lara e ex-colaborador de Hugo Chávez, Henri Falcón, no entanto, a oposição decidiu não participar e uma taxa de abstenção elevada é observada, de modo que os resultados são desconhecidos pelo parlamento venezuelano e por vários governos a nível internacional.

### O Século XXI no Brasil.

Lula é sucedido por Dilma Rousseff, que continua com os planos sociais de Lula, mas, apesar de sua segunda eleição, ela é impedida pelo Congresso acusada de participar de um esquema de corrupção. O poder então é transferido para o vice-presidente Michel Temer, em uma ação que grande parte do povo brasileiro descreve como um golpe de Estado.

Externo ao movimento universitário brasileiro, mas de nomeação necessária, é o movimento tomista dos últimos anos, que resume muito bem as bandeiras e necessidades de um setor que se sente atropelado pelo governo de Michel Temer, neste caso um movimento de jovens do ensino médio. Na compreensão do movimento é apontado por Boutin e Flach (2017):

Para Gimenes (2016) o movimento de ocupações pode ser compreendido como um dos caminhos para que as classes subalternas explicitem o seu descontentamento em relação a desigualdade econômica, social e política. A autora explicita que “o levante estudantil secundarista pode ser considerado o movimento social de maior expressão político-simbólica no Brasil de hoje”. Ainda, a mesma autora enfatiza que o movimento de ocupações das escolas públicas “produz aprendizagens para aqueles que dele participam” (BOUTIN; FLACH, 2017, p. 436).

Enquanto isso, em 2018, Jair Bolsonaro, um candidato populista de extrema direita, é eleito presidente, com um discurso de polarização. Dada a impossibilidade de participação de Lula, que era o favorito nas pesquisas, Bolsonaro consegue aglutinar uma grande quantidade de apoio, gerando várias dúvidas sobre o futuro político do Brasil.

Concluindo, percebe-se que ambos os países passaram por ditaduras e democracias intermitentes, comparando com o capítulo anterior, observa-se que também é uma realidade comum ao resto da América Latina, porém não coincidente cronologicamente.

Atualmente, ambos os países estão passando por situações difíceis que suscitam algumas dúvidas sobre o futuro próximo e nas quais os movimentos estudantis podem ganhar importância.

### 3.3 Movimentos Estudantis na Venezuela e no Brasil: Demandas

Gohn explica o que é considerada uma demanda e que tipo pode ser:

Para que haja uma demanda, há necessidade de que haja uma carência não atendida (de ordem econômica, política, social e cultural) ou projetos de uma utopia. As carências podem ser de bens materiais ou simbólicos. A luta contra as desigualdades no tratamento das pessoas em relação a cor, raça, nacionalidade, religião, idade, sexo, etc. situa-se no plano do simbólico, dos valores sociais existentes. (GOHN, 1997, p. 256).

A categoria "Demandas" é uma das mais importantes ao estudar qualquer movimento estudantil. Basicamente, é possível distinguir diferentes tipos de demandas nos movimentos estudantis ao longo da história:

Demandas estritamente acadêmicas: como qualidade do ensino, avaliação do professor, nível de avaliação, direitos dos alunos, luta contra a discriminação, acesso a serviços de cantinas, fotocópias, transporte etc., que, embora não estritamente acadêmicas, são necessárias para garantir o bom desempenho dos

alunos. A luta pela educação de qualidade tem sido um tema central como bandeira dos estudantes, entendendo isso, não apenas como educação gratuita, sem incluir serviços como salas de jantar, bolsas de estudo, bibliotecas, transporte ou serviços complementares, a ponto de tornar-se necessária sua inclusão na constituição venezuelana.

*Pode-se afirmar que a Constituição de 1999 quis reforçar a orientação, presença e ação do Estado na educação, indicando os critérios que o orientam e comprometendo-o a uma série de obrigações difíceis de cumprir, como a criação e manutenção de instituições e serviços “bem-dotado” para garantir acesso, permanência e “culminação” no sistema educacional. A Constituição de 1999, com a consagração da educação como serviço público, quis classificar essa importante tarefa dentro da atividade administrativa. No entanto, é preciso dizer que, embora a Constituição de 1961 não consagra expressamente a educação como serviço público, a doutrina o considera (ORTEGA, 2008, p. 53).*

Demandas externas são as municipais, estaduais, nacionais ou internacionais, de mudanças nas leis educacionais, reivindicações de sistemas governamentais, defesa de direitos humanos, movimentos pacifistas ou reivindicações no governo de alguns países.

No caso específico do Brasil e dos trabalhos estudados, percebe-se como todos esses aspectos são abordados transversalmente, como observado nos anos 1960, uma luta por uma universidade melhor, que inclui a necessidade de mudanças nas leis em nível nacional.

*Dentro e fora das universidades, os estudantes faziam ouvir a sua voz. Já no período anterior ao golpe, no governo Goulart, a organização dos estudantes foi se fortalecendo, em torno da crescente mobilização social que marcou o início da década de 1960. Nacionalmente, a luta pela reforma universitária era a maior bandeira de luta. Através da União Nacional dos Estudantes, os estudantes defendiam a reforma universitária como parte da revolução brasileira: uma universidade comprometida com as classes populares, crítica e capaz de reformulação, capaz de produzir e transmitir cultura. Os três seminários nacionais da reforma universitária (1961, 1962 e 1963) reuniram estudantes de todo o país em torno de debates. (PORTUGAL, 2008, p. 25).*

Com a chegada da ditadura, as demandas mudam. Agora é necessário não apenas uma mudança de leis, mas uma mudança de todo o sistema, incluindo a defesa do próprio movimento estudantil, cuja existência é ameaçada pelo governo militar.

No entanto, nos primeiros anos, o foco é mantido nas lutas do setor

universitário e nas injustiças que os alunos percebem nele

*A partir de 1964, as mobilizações do movimento estudantil giram em torno de questões específicas, como o repúdio à Lei Suplicy e aos acordos MEC - USAID. A lei foi revogada em 1967, mas os acordos, principalmente o referente ao ensino superior, assinado em 23 de junho de 1965, atingiram duramente os estudantes com uma reforma universitária bem diferente daquela pela qual lutavam. Em 1968, após o governo ter conseguido reprimir eficazmente muitos dos movimentos sociais que lhe faziam oposição, os estudantes continuam nas ruas protestando. Uma questão em especial mobilizou os estudantes e a sociedade: a questão dos excedentes. No Ceará, as lutas dos excedentes dos vestibulares da Universidade Federal do Ceará ocupam importante espaço nos jornais e nos debates sobre o acesso ao ensino superior, tendo as reivindicações estudantis apoio de amplas camadas da sociedade. Os excedentes eram estudantes que alcançavam o perfil no vestibular, mas que não podiam se matricular por não haver vagas suficientes. Como o vestibular exigia um perfil mínimo e não uma classificação entre os primeiros lugares, o ponto nevrálgico era a insuficiência das vagas ofertadas pela universidade. (PORTUGAL, 2008, p. 26).*

Müller também lida com as demandas do movimento estudantil nos primeiros anos da ditadura e sua estratégia de focar em questões do campo educacional

*Um dos principais meios empregados pelo ME como forma de resistência ao regime militar durante os “anos de chumbo” estava centrado na luta contra a política educacional do governo (PEG). As movimentações levadas a cabo pelos estudantes reverberaram principalmente dentro do Ministério da Educação, exigiram novos posicionamentos por parte de seus representantes e conseguiram, algumas vezes, a readequação de certos objetivos, caso do ensino pago. A resistência contra a PEG abordava desde questões específicas, como a limitação de 1/5 para a representação estudantil nos colegiados de cursos, até a reforma universitária (RU) como um todo. Quanto a essa última, os estudantes acreditavam, de uma maneira geral, na possibilidade de uma reforma que permitisse a solução dos grandes problemas educacionais e tivesse como critério sua possível contribuição para o desenvolvimento social da maioria da população. Mas acreditava-se que a RU estava inserida numa política de incentivo ao investimento privado nacional e estrangeiro, o que levava à submissão da universidade a esses interesses, em detrimento da produção de conhecimento. (MÜLLER, 2010, p. 59).*

O movimento estudantil logo foi enfraquecido pela ditadura, e as demandas incluíram questões como respeito à liberdade e à vida dos colegas, direitos que a ditadura constantemente violava:

*O desaparecimento de Honestino Guimarães, presidente da clandestina UNE desde 1971, no mês de outubro de 1973 constitui novo ingrediente para a reorganização dos estudantes. Seguindo a linha da pesquisa de Langland, as mortes desses três estudantes, Edson Luis, Vanucchi Leme e Honestino Guimarães, compõem parte fundamental da memória do movimento estudantil, que tinha nesses “heróis caídos” a imagem de uma luta que deveria a qualquer custo ser lembrada. Essas mortes emblemáticas, somadas a prisões e desaparecimentos de outros estudantes, criavam uma teia de solidariedade no meio estudantil que se*

*fortalecia à medida que novas informações sobre alunos que “caíam” nas mãos do regime eram noticiadas. Os atos repressivos da ditadura, voltados não apenas para a “luta” contra o perigo comunista que rondava a sociedade brasileira, mas para qualquer um que fosse considerado subversivo, forneciam para os estudantes a união que eles haviam perdido anos antes (SEVILLANO, 2010, p. 29-30).*

Na agenda venezuelana, questões internacionais também ocupam parte da agenda, como demonstrado pela visita do vice-presidente Nixon ao país:

*A visita do vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, à Venezuela, ocorreu em maio daquele ano. Os líderes políticos não haviam percebido até que ponto o antiamericanismo radicalizado se infiltrará no povo venezuelano e aumentará a efervescência popular do momento, o resultado foi o fracasso da visita feita pelo político americano. Os estudantes universitários convocaram uma manifestação contra o vice-presidente, em virtude do fato de que “representava uma política que mantinha as ditaduras opressoras dos povos da América Latina e que seu governo, que tinha dado a Pérez Jiménez os maiores prêmios, agora oferecia asilo a ele. Assim, o sentimento do povo venezuelano” (BOSQUE ROJAS, 2018, p. 45).*

A questão internacional, principalmente o relacionamento com os Estados Unidos e sua influência na América Latina, também foi objeto de protestos no Brasil, conforme observado abaixo:

*Além da oposição a estas medidas, os protestos estudantis voltaram-se contra os acordos estabelecidos, nos anos de 1964 e 1968, entre o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), vistos como uma forma de instituição do imperialismo norte-americano sobre o ensino brasileiro. Ao todo, eram sete acordos que compreendiam a vigência de cinco anos e alcançaram diversos Estados do território nacional (CASTRO; p. 106).*

E expande a explicação dos sonhos e motivações dos jovens contra um sistema que eles consideram injusto e imposto:

*Havia o sonho coletivo de construir uma sociedade melhor, mas os caminhos apontados pelos jovens engajados politicamente eram bem diversos. Alguns jovens deram vivas à “Revolução de 31 de março”, que livraria o país dos comunistas e o guiaria rumo ao porto seguro do desenvolvimento capitalista, onde o espelho seria a sociedade norte-americana. Almejavam a implantação, no Brasil, do ‘american way of life’. (OLIVEIRA, Sérgio, 2011, p. 163).*

Essa realidade também é evidente no Brasil e, como observado anteriormente em vários países da América Latina:

*Os estudantes de esquerda acalentavam o sonho de outro jeito de revolução, que provocaria uma transformação radical na sociedade, levando o povo ao poder. Uns acreditavam que o socialismo viria por etapas, outros, via foco insurrecional, outros, ainda, através da guerra popular prolongada. Os aspectos táticos e estratégicos da guerra ou da política dependiam do partido ou da organização de esquerda a que estivessem ligados, ou*

*fossem simpatizantes. (SILVA, Simone, 2002, p. 65-66).*

Na década de 1980 na Venezuela, torna-se evidente a crise do sistema partidário estabelecido, permitindo o surgimento do M80 como alternativa na UCV, um grupo que atualmente representa uma das células do chavismo, mas que na época representava um discurso diferente, e as demandas de vários grupos para uma mudança em larga escala no país.

*Em meados dos anos 80, quando os protestos estudantis foram orientados para críticas aos vícios presentes no sistema político venezuelano, evidentes na má administração das finanças públicas e na falta de orçamento para as universidades. O questionamento dos problemas internos das universidades ficou evidente pelos vícios criados pela politização partidária das duas forças dominantes, como AD e COPEI. Naquele momento, nascia um movimento de jovens competidores na Universidade Central da Venezuela, chamado Movimento 80, que lutaram como uma nova alternativa contra o sectarismo de partidos políticos, intolerância e autoritarismo, e em defesa da autonomia da universidade. (GARCÍA TRUJILLO, 2011, p. 137).*

Boaventura explica bem a necessidade de uma nova visão da democracia, que se adapte à realidade latino-americana, e se afaste de processos tradicionais simples, permitindo entender as motivações desses movimentos.

Para pensar a questão da democracia e de uma possível nova teoria da democracia, Boaventura aponta, em primeiro lugar, a impossibilidade de determinar os rumos dos processos de transformação social. Assim, para que possam contribuir com a ampliação da democracia, eles devem ser processualmente democratizados. Isso significa que a renovação da teoria democrática assenta: antes de mais: na formulação de critérios democráticos de participação política que não confinem esta ao ato de votar. A necessidade de uma nova articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa exigirá, para ele, uma redefinição do campo do político, que foi reduzido na modernidade ao espaço da cidadania. (OLIVEIRA, Inês, 2006, p. 58).

Os mecanismos de admissão na universidade, sua justiça e as demandas de uma oportunidade para aqueles que não foram admitidos, têm sido frequentemente uma questão de discussão, seja para defendê-los como garantia de uma educação de qualidade ou para questioná-los como forma de discriminação. A esse respeito, na Venezuela isso foi um tópico de discussão no início do século XXI

*A Comissão Nacional de Admissão (CNA, 1999) sugere que um sistema de seleção e admissão de estudantes para o ensino superior deva oferecer soluções para o problema da igualdade de oportunidades, garantir condições iguais entre os candidatos, criar mecanismos compensatórios de admissão solucionar as deficiências dos candidatos, automatizar seus processos para garantir sua transparência, gerar informações de retorno para salvar as distâncias entre a saída no ensino médio, diversificado e profissional e a entrada no ensino superior. (REQUENA GONZÁLEZ, 2003, p. 27).*

Os antecedentes do sistema de admissão ao ensino superior na Venezuela são tratados em uma das obras que serve de referência:

*Em 1950, a Faculdade de Ciências Médicas da Universidad Central de Venezuela (UCV) tinha um regulamento de admissão especial para estudantes que precisavam ingressar no primeiro ano de estudos, além de outras universidades autônomas, como a Universidad del Zulia (LUZ) e a de Los Andes (ULA). Nesse contexto, quando a Universidad Simón Bolívar (USB) é criada, no início dos anos 70, possui um sistema próprio de seleção e admissão de alunos (REQUENA GONZÁLEZ, 2003, p. 23).*

Brandão, por sua vez, também lida com a questão no Brasil e as reivindicações que ela gerou. Como estudantes admitidos, esses também lutam pela qualidade da educação como uma bandeira importante:

*Além do repúdio estudantil ao acordo com a agência norte-americana, agora, haviam centenas de estudantes aprovados no vestibular marchando pelas ruas, reivindicando sua vaga na universidade - seu lugar na sociedade. As reformas educacionais propostas pelo Governo apontavam aspectos contraditórios ao vislumbrar um ensino voltado para o 'desenvolvimento do país', concomitantemente a não oferta de condições necessárias para um ensino de qualidade, cortando as verbas de pesquisa e do ensino superior e oferecendo vagas nas faculdades insuficientes para abarcar a demanda. (BRANDÃO, 2004, p. 111).*

Conclui-se que as demandas dos dois países são as mesmas, também relacionadas ao cenário sociopolítico que os cerca, que abrangem questões acadêmicas, qualidade da educação, sistemas de admissão e infraestrutura, mas conseguem ter significado nacional para exigir mudanças no sistema político em que desenvolvem e se opõem aos governos que dominam a sociedade.

### 3.4 Movimentos Estudantis na Venezuela e no Brasil: Práticas

Gohn conceitua a categoria "práticas" e define quais ações podem ser consideradas dentro dela:

*As práticas de um movimento social se compõem de ações diretas e discursos, podendo ser mais ou menos organizadas. Estas últimas ocorrem em função de acontecimentos do tipo explosão de massa, como os quebra-quebras. As práticas organizadas podem ser formais reuniões, assembleias, petições burocráticas, abaixo-assinados, congressos, eventos, greves para discussões políticas e socioculturais, ou podem ser informais: acampamentos, teatro ou encenação, passeata-relâmpago a partir de uma assembléia formalmente convocada, invasões, concentração em frente a algum órgão público, ocupação de uma determinada repartição pública. (GOHN, 1997, p. 260).*

No movimento estudantil brasileiro, existem basicamente dois tipos de práticas comuns: assembleias e mobilizações.

Os primeiros dão ao movimento brasileiro uma importante organização nacional e estadual, servem para acordar ações e planejar, mas também dão força organizacional, ao contrário do movimento venezuelano.

Júnior relata a importância da fundação da UNE como entidade organizacional central:

*Para consolidar o argumento de que a fundação da UNE teria representado um salto qualitativo no nível de organização e participação política dos estudantes, Poerner enumera os vícios que teriam sido superados com a iniciativa, os quais seriam principalmente: 1. Transitoriedade das organizações universitárias; 2. Fixação em problemas específicos e historicamente situados; 3. Tendência à adesão a objetivos de caráter quase exclusivamente literário ou artístico, quando não mesmo à formação de associações boêmias e folgazas; 4. Regionalidade das iniciativas, exprimindo assim uma tendência ao isolamento das ações; 5. Tendência à dispersão da militância estudantil em outros movimentos e entidades, lideradas por outros segmentos sociais e vinculadas aos seus interesses. Percebe-se, pela lista de limitações cuja superação teria sido possibilitada pela fundação da UNE, que o autor de O Poder Jovem define um modelo de tipo partidário como organização ideal para o ME. Disso deriva ênfase na UNE como o principal fator de diferenciação da ação política estudantil, a partir de um certo momento da história do movimento. Continuidade, abertura do leque de reivindicações, inclusão de demandas políticas e sociais, alcance nacional da influência institucional e, principalmente, conquista da unidade teriam sido as vitórias do movimento estudantil em termos de organização e militância após a fundação da UNE. (JÚNIOR, 2010, p. 46-47).*

No entanto, no início dos anos 1970, houve também a luta armada por parte de vários líderes estudantis. A este respeito, afirma-se:

*Pretendo mostrar a importância do ME na resistência contra o regime nos anos 1970. O trabalho se orienta por uma tese que contesta a historiografia sobre o ME, que ignora a participação do movimento na resistência contra a ditadura nos “anos de chumbo”, sob alegação de que grande parte dos estudantes optou pela luta armada (e, ainda, muitos foram exilados), deixando de participar dos movimentos sociais voltados para a resistência política pacífica. O ME, segundo a maioria das análises, só renasceu no fim da primeira metade da década de 1970, voltando às ruas em 1977, para manifestar-se em prol das liberdades democráticas. (MÜLLER, 2010, p. 18).*

É feita referência à luta armada, deixando claro que, embora vários líderes estudantis tenham optado por ela, a mesma não pode ser considerada parte dos movimentos, que sempre propuseram uma luta pacífica que poderia ser enfraquecida pela maior credibilidade na luta armada como um método eficaz contra

a ditadura.

Além disso, deve-se notar que o Brasil não é o único caso latino-americano onde os guerrilheiros aparecem nos anos 1960 e 1970, mas sim um tipo de luta que vai estar presente em vários países da região na época, como a Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela, neste último, também liderados por estudantes e membros do partido do governo que tinham uma visão mais próxima do marxismo. A esse respeito, e sobre as formas de luta que os estudantes preferiam naquele momento na Venezuela, afirma-se:

No entanto, uma vez no governo Betancourt e a política adotada durante esse período, marcada por muitos como anticomunista, duas tendências muito importantes convergiram dentro do PC: a que era a favor da política de turnos acima mencionada e a que ela estava inclinada para a luta armada. Como afirmado anteriormente, a segunda opção venceu, sendo a favorita dos jovens. Os últimos meses de 1960, outubro e novembro, respectivamente, foram marcados por um ambiente anárquico em Caracas e nas principais cidades do país. Este evento foi conhecido como 'Popularazo' (BOSQUE ROJAS, 2018, p. 50).

Vechia aponta, no caso dele, através do estudo do movimento gaúcho, como a reorganização do movimento estudantil se tornou um importante fator de luta pacífica e articulador dos movimentos sociais:

*A reorganização do ME dentro do período de redemocratização impulsionou mobilizações por parte dos estudantes que reivindicavam muito além de questões corporativas, defendendo bandeiras de lutas como fim do regime militar, anistia, liberdades democráticas e questionavam o caráter de classes como estavam estruturadas as universidades brasileiras. A existência das tendências estudantis foi o que possibilitou a reconstrução do movimento estudantil e suas entidades gerais, (particularmente UNE e UEEs), em um período de repressão política. Ao mesmo tempo, possibilitou que esse ressurgimento tivesse um caráter de movimento social, sendo um importante instrumento de oposição ao regime militar no período da redemocratização, ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização as tendências estudantis e seu papel (VECHIA, 2011, p. 23).*

Outras atividades históricas desenvolvidas incluem passeios e caravanas para chegar a acordos e participação, como essa iniciativa realizada em Curitiba em 1962:

*O instrumento utilizado para esta campanha foi a criação da UNE- Volante, que era uma caravana de 20 a 25 pessoas, composta pela diretoria da UNE e membros do CPC, que percorreu todas as regiões do país. A caravana, que se deslocava de avião, tinha o objetivo político de levar as proposições do Seminário de Curitiba para os estudantes, abrindo um amplo processo de discussão acerca da participação de 1/3 dos estudantes nos órgãos colegiados. A diretoria da UNE visitou cerca de 250 faculdades, participou*

*aproximadamente de 200 assembleias gerais e realizou inúmeras reuniões com dirigentes estudantis em todo o país. Para sensibilizar os estudantes mais despolitizados, que não participavam das assembleias, o CPC da UNE fazia apresentações de peças teatrais que tinham como eixo a Reforma Universitária, além de tratar de questões como a luta anti-imperialista, a reforma agrária, etc. (VECHIA, 2011, p. 105).*

As manifestações não foram realizadas apenas para questões nacionais, mas também buscando posicionamento em questões de interesse global com grandes significados, por exemplo:

*Em meio à polêmica que surgiu e à indefinição por parte de Getúlio, que se via pressionado pelos dois grupos, os estudantes começaram a fazer manifestações e comícios em favor da declaração de guerra aos países do Eixo e em apoio a Osvaldo Aranha. Resolvem também organizar uma grande passeata com o intuito de forçar o governo a declarar guerra aos países do Eixo. Ela foi marcada para o dia 4 de julho de 1942, data da comemoração da independência dos Estados Unidos, e teve a adesão de trabalhadores de diversas categorias. Felinto Muller, chefe de polícia, ameaça reprimir a passeata, mas dois dias antes é despedido por Vasco Leitão da Cunha, que ocupava interinamente o posto de Ministro da Justiça devido ao afastamento temporário do titular, Francisco Campos, que estava viajando (VECHIA, 2011, p. 92).*

A esse respeito, Costa aponta:

*O envolvimento da juventude estudantil em questões sociais é, de fato, algo que nós podemos observar em diversos momentos da história nacional, como na participação destes na Inconfidência Mineira e nas lutas abolicionistas, nas campanhas desenvolvidas pela UNE durante a 1ª Guerra, nos temas discutidos no 2º Congresso de Estudantes da UNE, em 1939, e nas campanhas do ME durante década de 60 contra o analfabetismo (Poerner, 1968). Apesar de termos, em comum, a participação dos jovens nestas lutas sociais, é importante ressaltar que, foi no “clima” de diferentes contextos históricos que cada uma destas se ergueu, influenciada por fatores distintos e experiências sociais específicas de cada época (COSTA, 2004, p. 193).*

Na Venezuela, há também uma série de confrontos que levaram à proposta de renovação da universidade. Apesar do medo do governo e das acusações de buscar interesse contra a democracia, esses grupos promovem discussões pacíficas nas ruas e protestos para divulgar suas mensagens. Sobre seu ambiente e suas motivações, se tem:

*A universidade venezuelana viveu um período de convulsões nas décadas de 60 e 70. As universidades foram o reflexo de um mundo em crise, eventos como o triunfo da revolução cubana, as guerrilhas venezuelanas, a guerra fria, o maio francês teve importantes influência na vida dessas instituições. Na Venezuela, surgiu o movimento de ‘Renovação Universitária’, impulsionado em grande parte por movimentos de esquerda que questionaram fortemente a maneira de conduzir e conceber instituições universitárias. Nesse clima de confronto, surgiram problemas de ordem pública, que escaparam para o campo exclusivamente da universidade. É nesse ambiente raro que a reforma do Direito Universitário foi proposta.*

(HERRERA, 2004, p. 28).

Outro aspecto de grande importância a se considerar é o tipo de liderança que se exerce sobre o movimento. Neste sentido e antes dos protestos da RCTV, está indicado:

Neste caso, foi possível responder ao problema de pesquisa observando que os Representantes dos alunos da graduação da UCAB, levando em conta o período de 2005-2006, são Líderes Transacionais e atuam sob este estilo, não de forma regular ou frequente, mas sim Apresenta 'às vezes' de acordo com a situação dada, a liderança transformacional também a apresenta, porém há uma maior presença de comportamentos de liderança transacional em Representantes Estudantis, dada a avaliação dos Alunos. Os alunos avaliam Representantes Estudantis considerando os comportamentos relacionados à liderança transacional; que são reforçamento contingente, que se refere ao apoio, recompensa pelo desempenho e satisfação pelos resultados obtidos; administração por exceção ativa e passiva, administração por exceção ativa refere-se à preocupação em tratar de irregularidades e tratar de falhas, enquanto a administração por exceção passiva se refere ao fato de intervir em problemas sérios e agir após um erro; e, finalmente, a liderança do laissez-faire, que reflete a evitação da liderança, evitando decisões e falta de apoio dos líderes. (DOS SANTOS, 2006, p.96).

Em conclusão, as práticas incluem marchas, protestos de rua e ações de recuperação nos dois países. Há também ações voltadas à organização interna do movimento, as quais são mais fortes no Brasil e, no caso venezuelano, maiores ações destinadas à ação de política nacional.

### 3.5 Movimentos Estudantis na Venezuela e no Brasil: Opositores

Gohn explica quem se considera o opositor de um movimento:

Os opositores de um movimento social são sempre os sujeitos que detêm o poder sobre o bem demandado. Não necessariamente estes opositores são antagônicos aos movimentos. Esta questão gerou equívocos nos anos 70, quando alguns analistas afirmaram que os movimentos sociais urbanos eram contra o Estado. Não se trata de ser contra ou a favor da entidade que detém a posse, a propriedade ou o controle do bem demandado. Trata-se de se opor àqueles sujeitos, no que se refere exclusivamente ao bem demandado (GOHN, 1997, p. 262).

Entendendo as circunstâncias políticas de ambos os países, e conhecendo a importância do movimento estudantil como movimento social, pode-se validar com as teses e dissertações estudadas, que um dos principais oponentes do movimento estudantil é o governo. É válido, para levantar teorias sobre por que isso é assim. Entre algumas possíveis causas, existem: Os períodos ditatoriais vividos pelos dois países durante os diferentes períodos, que impediram o desenvolvimento de diferentes ideias e criminalizam qualquer tipo de organização; a natureza rebelde e

respondente da juventude, sempre aspirando à transformações sociais e fazendo reivindicações (podendo ser válidas ou não) contra qualquer sistema, variando desde a melhoria do sistema educacional, sua transformação completa, ou sua modernização, até mudanças no sistema educacional; o ambiente social ou educacional, que permite um bom nível educacional; e finalmente, as ideologias do movimento estudantil, embora façam parte de outra categoria de análise, o fator ideológico sempre pode ser um ponto de apoio ou rejeição de qualquer governo.

Certamente, pode-se observar que, ao estudar o movimento estudantil brasileiro, um de seus momentos históricos de maior organização e atividade ocorreu entre 1965 e 1985, na luta pela democracia e na restauração dos direitos. Com isso, várias investigações referem-se a este período e os perigos que tiveram que enfrentar.

*Silva* coloca na sua dissertação como a principal bandeira da ditadura militar a luta contra o comunismo e contra as organizações comunistas, um amplo espectro que serviu para rotular muitos que simplesmente lutavam por melhores condições de vida ou por alguns direitos. Sobre o fato de que a ditadura viu movimentos sociais como inimigos, ela diz:

*Um dos propósitos de Castelo Branco ao assumir o governo era frustrar o plano de implantação do comunismo no Brasil. Com este intuito, logo após o golpe, iniciou-se a “operação limpeza”, visando eliminar os corruptos e subversivos da vida nacional. A repressão foi particularmente severa no Nordeste, onde se supunha estar abrigado o maior centro de atividade do PCB no Brasil. Os militantes do movimento camponês e os comunistas, que atuavam no governo Arraes, sofreram com a repressão. Segundo Page, nas semanas seguintes ao golpe, o IV Exército e a polícia prenderam todas as pessoas que consideravam subversivas em Pernambuco. As Ligas Camponesas e as Associações de Bairro foram especialmente visadas. “Dentro de pouco tempo as cadeias estavam superlotadas.” (SILVA, Simone, 2002, p. 35).*

O clima tenso que foi vivido, o discurso que criminaliza aqueles que pensavam de maneira diferente, e como os fundamentos de uma nova ditadura foram lançados, também são descritos no seguinte fragmento:

*As reportagens na imprensa nos meses precedentes ao movimento militar de 1964 representavam um Estado convulsionado, à beira de uma guerra civil. Os usineiros e deputados diziam estar se armando, não só para defender a vida, mas para impedir a cubanização do país. Aconselhavam a população a fazer o mesmo. Os jornais transmitiam uma imagem de insegurança ante o devir, a população parecia estar temerosa, apreensiva, a guerra psicológica era intensa e premeditada (SILVA, Simone, 2002, p. 29).*

A repressão da ditadura brasileira ocorreu em danos físicos a alguns líderes: prisão, perseguição, tortura e até a própria morte, mas o movimento estudantil como entidade também sofreu um ataque cruel que procurou deslegitimar sua luta:

*Nos primeiros dias de abril de 1964, os militares golpistas desencadearam um processo repressivo que ficou conhecido como “Operação Limpeza”, que, de acordo com Sanfelice, “inspirou um conjunto amplo de ações ... [destinado] a ativar forças repressivas e a dar ao Estado o controle sobre áreas políticas, militares e sociais”. Nesse sentido, atingiria duramente o seu alvo principal: os sindicatos trabalhistas e as Ligas Camponesas. O autor informa, ainda, que, durante o primeiro ano do regime militar, a “Operação Limpeza” afastou membros de 452 sindicatos, de 43 federações e de três confederações. Três outros sindicatos sofreram intervenção branca, com afastamento de líderes eleitos; um sindicato foi extinto e uma eleição foi cancelada. Nesse contexto, a repressão atingiria, também, a universidade, a UNE e o movimento estudantil liderado por ela. As universidades, na ótica da ditadura, precisavam ser invadidas e depuradas dos indivíduos ou das posições contrárias ao seu poder. (ARAÚJO, 2006, p. 53).*

No entanto, e surpreendentemente, não só o governo se tornou um adversário do movimento estudantil durante os primeiros anos da ditadura, mas também setores amplos da população se opuseram a ele:

*Convencidos de que era preciso fechar ainda mais o regime, os militares também sabiam que precisavam de apoio para isso. E os rumos da história começaram a caminhar a favor da ditadura. Os ventos da nova política econômica começavam a soprar favoravelmente ao governo. Os estudantes começavam a se atropelar com sua retórica radical, perdendo o apoio popular. As ações da guerrilha urbana e os ataques terroristas de direita incutiam medo nas pessoas. Os atentados promovidos pela esquerda e pela direita projetavam a imagem de um país convulsionado, à beira de uma guerra civil. Parecia que novamente a chave de interpretação da realidade elaborada pelas Forças Armadas encontraria solo fértil para florescer. Nessa conjuntura, o deputado Márcio Moreira Alves proferiu na Câmara um discurso criticando a invasão policial da Universidade de Brasília, em agosto de 1968. Os militares no poder consideraram o discurso ofensivo às Forças Armadas e solicitaram ao Congresso licença para que o Deputado fosse processado. (SILVA, Simone, 2002, p. 42).*

A busca de reduzir a legitimidade e controlar as ações do movimento estudantil (e de qualquer movimento social) a partir da ditadura alcançou limites difíceis de imaginar, são resumidos:

*Após a posse do Marechal Castelo Branco, várias Leis e Atos Institucionais foram decretadas, inibindo cada vez mais as ações estudantis, de cunho político ou não, pois, até mesmo as atividades culturais foram, a partir deste período, censuradas por serem consideradas de caráter subversivo. Vários Decretos e Atos Institucionais com tal finalidade marcaram a década de 1960, em geral, justificados como necessários para a “segurança nacional” e o “desenvolvimento do país”, dentre estes, a criação do SNI (Serviço Nacional de Informação), que tinha a finalidade de investigar e coletar informações cabíveis à segurança nacional e informações referentes à subversão interna; os IPMs (Inquéritos Para-Militares), que tinham a função*

*de formar comissões nos órgãos do governo a fim de identificar pessoas ligadas a atividades subversivas (BRANDÃO, 2004, p. 102).*

Seria interessante refletir se o adversário do Movimento Estudantil na época era o povo brasileiro, ou o próprio medo que a população sentia de uma possível guerra, consequência de um discurso criado a partir do golpe militar para ganhar seu apoio.

Da mesma forma, alguns fatores esquerdistas, não intencionalmente, jogaram contra os movimentos sociais, lendo a situação errada da maneira errada:

*Augusto Buonicore afirma que a maioria das correntes de esquerda não havia avaliado adequadamente a nova correlação de forças que se abriu no final de 1968. Para o historiador, essas correntes viam o AI-5 apenas como um sinal de fraqueza e isolamento do regime militar. Acreditavam que ainda existiam todas as condições de retomar o movimento de massas no mesmo patamar do período anterior. Um grave erro, que seria responsável por algumas derrotas, segundo o autor. Entendo que a “ilusão” de um retorno ao movimento de massas ainda acalentado por muitos no pós-AI-5, como afirma Jean Marc em seu depoimento ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, não se restringe à negativa de “enxergar a nova realidade”. Ela pode ser vista também como uma forma de resistência explicitada no “estímulo” para recrutar novos militantes e, dessa forma, não deixar o movimento esmorecer. (MÜLLER, 2010, p. 36).*

Júnior desenvolve em sua dissertação alguns abusos que ocorreram na ditadura durante a reorganização do movimento estudantil em São Paulo:

*Durante o mandato de Paulo Egydio no governo de São Paulo, ocorreram eventos que, por sua natureza, acirraram as tensões entre Estado e oposição civil, especialmente o ME paulista, gerando um clima de ressentimento e revolta evidentemente captado pelo texto de Memorex que faz referência ao período em que o então governador de São Paulo exerceu papel de destaque na direção da UNE. Um fato de grande repercussão, que afetaria todos os segmentos alinhados com a oposição ao regime civil-militar e em defesa da anistia política e redemocratização do país, foi o assassinato do diretor de jornalismo da TV Cultura, jornalista Vladimir Herzog, nas dependências do DOI- CODI paulista, no mês de outubro de 1975. José Mindlin, que na época era Secretário de Cultura, afastou-se do governo pouco tempo depois desse episódio. Quase dois anos depois ocorreu violenta repressão aos estudantes da PUC durante manifestação, em 22 de novembro de 1977. Na ocasião em que ocorreu a invasão da PUC, realizava-se o III Encontro Nacional de Estudantes (ENE), que tinha como uma de suas principais finalidades a reorganização da UNE, e que já havia sido interdito, dias antes, em Belo Horizonte e no campus da Universidade de São Paulo (ABRAMO e MAUÉ, 2006). Afetada pelo clima de revolta com os acontecimentos que pareciam contrariar o discurso e iniciativas do executivo federal em favor da abertura política, bem como influenciada pela obra de Poerner, a qual também aborda o período definido como o de “ascensão direitista na UNE”, a equipe elaboradora de Memorex carrega ainda mais nas tintas da denúncia. (JÚNIOR, 2010, p. 59-60).*

O tom um tanto crítico ao movimento estudantil não corresponde ao autor da

pesquisa, mas à Memorex, uma revista que surgiu na época para tentar mostrar outra verdade do movimento estudantil, longe da luta que foi dada e inspirada por movimentos fora do Brasil. Assim, também pode ser visto como os meios de comunicação, incluindo os independentes, são um fator-chave na visão do Movimento Estudantil, e como eles podem se tornar fortes oponentes a ele.

As leis das diferentes ditaduras que governaram a Venezuela durante o século XX também transformaram a universidade em um inimigo, não apenas se opondo às suas propostas, mas até mesmo as fechando, como aconteceu em 1953:

*A Universidad Central da Venezuela foi fechada novamente e, em julho de 1953, foi aprovada uma Lei das Universidades Nacionais, que terminou com os restos de autonomia da universidade, que ordenava a nomeação e remoção gratuitas de funcionários da universidade, incluindo professores qualificados de funcionários públicos. Deve-se reconhecer que, de acordo com essa lei, as duas primeiras universidades privadas na Venezuela foram aprovadas em 1953 pela Universidad Santa Maria da Doña Lola de Fuenmayor e pela Universidad Católica Andrés Bello da Sociedade de Jesus, que abriram um campo importante para o ensino privado na Venezuela. banido até aquele momento. Entre os argumentos apresentados pelo governo para expressar sua recusa ao pedido de reabertura da Universidad de Zulia, estavam a situação estacionária apresentada pelas principais universidades do país desde as reformas introduzidas pelo Libertador em 1827. Na opinião das autoridades governamentais, A Venezuela não exigiu mais universidades "... nem mais faculdades, mas para atender primeiro a outro desenvolvimento da intelligentsia, como o das Escolas Náutica Militar, Mineralogia, Veterinária e Pecuária, escolas de alto comércio e principalmente as normais que serão criado nos estados (ORTEGA, 2008, p. 26).*

O apoio ideológico dessa inimizade com os estudantes foi baseado na visão de vários intelectuais do início do século XX, que consideravam que o povo venezuelano não era maduro o suficiente para seguir o caminho da democracia e que o estabelecimento de um sistema participativo poderia abrir portas para o comunismo. A este respeito se tem:

*Vallenilla Lanz, um sociólogo formado pela Universidad Central, dedicou-se a interpretar os fundamentos sociológicos do regime do Gomez através de seu trabalho Cesarismo Democrático, onde justifica o exercício da força para alcançar a disciplina e a ordem social. Foi também entre aqueles que acreditavam que, diante de um povo como a Venezuela, tendências desajeitadas e igualitárias, era necessária a presença de um homem de temperamento duro, capaz de manter a paz e a coesão entre os cidadãos. Para o qual deve ser usada a tese gendarme necessária, orientada nos preceitos do positivismo de Comte, que sem dúvida contribuiu com a perpetuação do general Gómez no poder. Ele também frequentou as salas de aula da Universidad, como seus colegas professores Luis Razetti e Pablo Acosta Ortiz, entre outros, os benefícios do positivismo. Essa situação passou a constituir a razão que levou os alunos a se sentirem motivados a aprender mais sobre seu passado histórico e a participar da esfera política, a fim de alcançar uma mudança real que favorece todos os*

*venezuelanos. Pelo menos é o que é observado nas reivindicações insistentes que eles dirigiram a várias entidades governamentais. (ORTEGA, 2008, p. 33- 34).*

A democracia venezuelana tomou como bandeira a defesa da autonomia da universidade e favoreceu o surgimento de federações estudantis e a realização de eleições. No entanto, em sua luta contra a guerrilha urbana, foram vistos excessos contra os líderes estudantis, principalmente da esquerda, muitos deles também mortos, entre 1958 e 1990. Um dos casos mais conhecidos é relatado:

*O fervor dos anos 1960 e início dos anos 1970, devido em grande parte à política de pacificação empreendida pelo governo no país. Década de 1970, a fim de subjugar os guerrilheiros. Muitos foram os desaparecidos, nesses três governos iniciais do "puntofijismo", entre os quais destaca-se Jorge Rodríguez, que morreu assassinado nas masmorras da DISIP em 25 de julho de 1976, secretário-geral da Liga Socialista e fundador desse partido. (GARCÍA TRUJILLO, 2011, p. 133).*

Outra visão é apontada em um diferente trabalho. Destaca-se um clima de paz no campo universitário, embora se possa ver como a luta contra os guerrilheiros gerou excessos que forçaram a suposta paz, e como as demandas dos estudantes por uma maior democratização da academia, gerou ações de protesto no final dos anos 60, até o ataque e o fechamento temporário da Universidad Central da Venezuela:

*Então, do enfraquecimento da esquerda venezuelana nas universidades como resultado das inúmeras incursões e perseguições dos líderes estudantis, houve um tipo de paz e tranquilidade nas universidades, até que um movimento surgiu nos anos 1967-1969, que vai estendem-se aos primeiros anos dos anos setenta (já completamente enfraquecidos nos anos setenta) e cuja bandeira é a renovação universitária, que convulsiona novamente as universidades que são novamente centros de discussões e propostas de renovação que abrangem todos os campos da universidade e que mobilizou grande parte do setor de estudantes e ensino (GARCÍA TRUJILLO, 2011, p. 131-132).*

No entanto, os autores também destacam a violência gerada pelos grupos guerrilheiros e a importância dos estudantes universitários como protagonistas dela.

*Os eventos políticos continuaram sua dinâmica e logo a Venezuela foi novamente imersa em uma onda de violência urbana e rural durante o governo do presidente Rómulo Betancourt que o obrigou, entre outras coisas, a pavimentar a Universidad Central da Venezuela em 1960. (HERRERA, 2004, p. 28).*

Após a ditadura, a democracia é restaurada no Brasil, o inimigo se torna interno. Observa-se uma perda de representatividade diante do corpo discente que dificulta o trabalho do movimento estudantil, explicado na tese de doutorado de

Costa:

*De fato, a falta de credibilidade dos estudantes na representatividade do ME, é algo que parece preocupar e mobilizar o Movimento, por considerarem haver perda de sua legitimidade e escassa participação dos estudantes. Vários representantes expõem a dificuldade de levar as discussões da UNE para os estudantes devido a tal distanciamento e, conseqüentemente, a “falta de interesse dos alunos embolear participar das atividades” (COSTA, 2004, p. 183).*

Em 2016 há movimentos de ocupações, que levam a setores conservadores a se oporem à luta dos estudantes e mais uma vez criminalizar suas bandeiras.

*Contudo, em comparação com as notícias anteriores e as notícias posteriores, essa tendência foi muito mais branda em 2016. Uma razão, em relação às notícias anteriores, pode ser o posicionamento do então Reitor, Ivan Camargo, e da então gestão do DCE, Aliança pela Liberdade, explicitamente contrário às ocupações, que chamavam de invasões e tinham atitudes de reprovação e criminalização. Apenas um evento nesse período foi entendido entre alunos e gestões como invasão, que foi um ato mobilizado por pessoas externas à UnB que defendiam o juiz Sérgio Moro e o candidato a Presidente da República, Jair Bolsonaro, contra os estudantes, em uma sexta-feira à noite, com agressões e ameaças verbais, inclusive homofóbicas e racistas, e físicas. (SILVA, Jaqueline, 2018, p. 83).*

Isso não impediu que, nos anos seguintes, outros disparos fossem realizados, demonstrando a perseverança dos estudantes:

*Em 2018 também houve duas ocupações, ambas também decorrentes de 2016. No dia 10 de abril, após a Reitoria anunciar cortes de bolsas de estagiários e de assistência estudantil, demissão de funcionários e falta de recursos antes do término do ano em razão da restrição orçamentária advinda da PEC aprovada (EC 95/2016), os estudantes organizam mobilização em frente ao MEC para discutir soluções a esses problemas. Com a represália policial, a mesa de negociação com aquele órgão não ocorreu e os estudantes decidiram ocupar o FNDE. Prometido o diálogo, desocuparam, mas não cumprido, resolveram ocupar a Reitoria da UnB, em 12 de abril de 2018, que durou até o fim do mês, após algumas audiências públicas iniciadas por congressistas e indicativos de redução desses impactos, pela Reitoria (SILVA, Jaqueline, 2018, p. 80).*

Como se pode ver, a violência não vem necessariamente do setor estudantil, no entanto, diante da opinião pública, há uma forte oposição a ela:

*O ex-Reitor ainda mencionou, nessa matéria, que esperava que os alunos fossem “civilizados”, mas “agiram com violência extrema, quebraram portas, chamaram-me de fascista e de ladrão, falaram de lixeiras. Não temos meios para lidar com isso. A parte administrativa tem de reconhecer que a negociação foi ao limite. Chegamos a seis semanas de tentativas, nas quais fomos agredidos sistematicamente”. Com o catraço e a abertura dos processos para apurar ‘vandalismo’, os alunos tiveram medo de dar reportagens: “Nenhum aluno aceitou falar com o Correio Braziliense. Eles temem que a UnB possa mover processos contra os estudantes que se identificarem para alguma reportagem”. Além disso, passaram a cobrir*

*câmaras e seus rostos, que a reportagem passou a denominá-los de 'mascarados' ou 'encapuzados'. O ex-Reitor Ivan Camargo declarou que isso era assustador e convocou o ato "Democracia contra a Violência", visando repudiar a invasão e a transgressão às regras de convivência na universidade: "Não é aceitável que grupos insatisfeitos com decisões tomadas dentro dos trâmites legais, portanto democráticos, se sintam no direito de impor suas demandas, mesmo que legítimas, por meio da força e da intimidação". Entre 100 e 300 pessoas participaram. (SILVA, Jaqueline, 2018, p. 100).*

Observa-se como o principal opositor do movimento estudantil é o governo, independentemente de se tratar de um sistema democrático ou ditatorial, além de ser aquele que concentra suas demandas, em diversas ocasiões, procura evitar sua ação. As autoridades da universidade, a mídia e a própria sociedade podem se tornar oponentes, deslegitimando a luta estudantil.

### 3.6 Movimentos Estudantis na Venezuela e no Brasil: Composição

A composição de qualquer movimento social fornece um fator de identidade, diz Gohn:

*A composição de um movimento social pode ser vista sob dois ângulos: da origem social de seus participantes ou do princípio articulatório que os aglutina. A origem social é dada pelas classes e camadas que delas participam. Usualmente sempre temos a presença de alianças, entre setores das camadas médias e as classes populares ou em outras formas. (GOHN, 1997, p. 256).*

Ao falar sobre a composição dos movimentos estudantis, dois aspectos podem se cruzar: Em primeiro lugar, pressupõe-se que a composição dos estudantes líderes seja semelhante à dos estudantes universitários, pois escolhidos por um grupo de pessoas, tendem a representar suas características em termos de idade, grupo social, aspirações e propostas. Nos primórdios do movimento brasileiro, percebe-se como as universidades atendem mais aos setores oligárquicos do que à população em geral; sobre isso, observa-se:

*Merece destaque, no período imperial, o surgimento das primeiras faculdades brasileiras, em Olinda e em São Paulo. De acordo com Poerner (1995), esse fato contribuiu para o engajamento dos filhos da oligarquia paulista e do latifúndio açucareiro pernambucano nas campanhas estudantis em favor da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República. Segundo ele, '... são justamente essas campanhas que dão início a uma tentativa de sistematização do movimento estudantil brasileiro'. (ARAÚJO, 2006, p. 38).*

No entanto, uma segunda realidade pode afetar essa verdade, se nem todos os alunos participarem, os líderes não serão necessariamente representação da

maioria, mas sim representações dos grupos que, devido a diferentes circunstâncias, decidem participar. Nas circunstâncias que podem levar um grupo a participar ou não, tem-se: pouco interesse no trabalho do Movimento Estudantil, seja porque ele não age como o esperado ou porque não tem chance de ser uma representação real (principalmente nas ditaduras, como foi observado ao falar do Chile), gosto do status quo, com pouca motivação para alterá-lo ou melhorá-lo, ou ainda o pensamento de que o movimento estudantil não é importante e que o papel do estudante universitário é diferente (basta estudar, preparar-se para o mercado de trabalho ou participar de outras atividades).

Outro aspecto importante a ser desenvolvido são aqueles que participam, embora a categoria "ideologia" seja diferente da atual categoria de estudo, ambos estão intimamente relacionados. Então pode-se ver como, durante o nascimento do ME brasileiro, houve uma liderança mais conservadora:

*Apesar de sua recente trajetória de lutas sociais e vitórias políticas, entre 1950 e 56, a UNE foi comandada por estudantes conservadores, chamados de 'ministerialistas' por seus adversários à esquerda, assumindo tendências liberais e anti-populares. No 19º Congresso da UNE ocorreu a "recuperação democrática", pelas palavras dos próprios estudantes. A retomada da entidade pelos grupos opositores às 'ministerialistas' foi encabeçada pela União Metropolitana dos Estudantes (UME) da capital federal de antanho, Rio de Janeiro (OLIVEIRA, Sérgio, 2011, p. 79).*

Nos anos 60, já existe uma clara dominância dos movimentos de esquerda dentro do corpo discente, uma tendência que será retomada nos últimos anos da ditadura, após vários anos de perseguição ao movimento estudantil.

*Além disso, o momento em que ocorreram as publicações já era marcado pela hegemonização de uma perspectiva esquerdizante do ME. Esse fato contribui para configurar o mesmo como um universo particular do campo social em que as relações de força, primordialmente informadas por perspectivas ideológicas e políticas as quais se alinhavam com correntes filiadas ao universo de referências representados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) ou ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). O primeiro, atuando no Piauí desde 1979, e o segundo recém-saído da ilegalidade, constituíam em termos de densidade eleitoral, no estado, um segmento político-partidário de baixa expressividade. A influência dos dois partidos, porém, era evidente tanto no movimento sindical como no ME. Isso ao ponto de constituírem-se as principais facções em disputa pelo controle sobre as instâncias deliberativas e representativas de ambos os movimentos (JÚNIOR, 2010, p. 73).*

A ditadura tentou criar um perfil do líder estudantil, que representaria um modelo de excelência, pensando que, dessa forma, ele poderia obter um perfil mais conservador da representação estudantil.; Para Portugal (2008, p. 47), "Existiam ainda determinadas condições de elegibilidade: o estudante deveria estar no mínimo

no terceiro semestre, tinha de ter notas e frequência excelentes no período anterior ao da eleição e não podia ter registro de reprovação ou punição em seu histórico escolar”.

No entanto, vários líderes de tendências marxistas preencheram esse perfil de excelência acadêmica, portanto outras regras foram impostas para intervir no movimento. A divergência entre diferentes tendências juvenis foi apreciada em todo o mundo desde os anos 1960, uma identidade da juventude que se expressa por meio de roupas, aspirações e grupos de jovens, mas que longe de unificar a juventude cria diferentes "tribos" divergentes. No Brasil não foi diferente, e o nascimento da liberdade durante a transição para a democracia marcou o surgimento de grupos de jovens, alguns dos quais não tinham interesse em lutas estudantis, principalmente jovens de classe média e alta. A este respeito, tem:

*Talvez o movimento estudantil tenha sido um dos mais atingidos com esse fenômeno; a juventude, em especial nos anos 80 com a figura do “yuppie” interessado apenas em seu próprio sucesso a qualquer custo, perdeu todo e qualquer sentimento de união, subdividindo-se cada vez mais em grupos que, no fundo, nada mais eram do que nichos de mercado. Isso se refletiu nas ações do ME, que parecia isolar-se da massa estudantil fosse pelos debates propostos pelas entidades, fosse pelo desinteresse dos estudantes. Fruto, também, do momento econômico de recessão enfrentado pelo país e do desfecho das lutas contra a ditadura, a verdade é que o movimento estudantil perdeu sua força, e a juventude encontrou no recém-nascido rock os canais de expressão de suas vontades e dilemas. As escolas e universidades se tornaram, nos anos 80, locais de aquisição de diplomas (SEVILLANO, 2010, p. 198).*

É possível enfatizar o aprofundamento no assunto e no ambiente que se tem então:

*O surgimento de bandas como Titãs, Legião Urbana, Os Paralamas do Sucesso, Blitz, Kid Abelha e tantas outras representava uma música feita para os jovens por jovens que estavam saindo de uma ditadura de 20 anos. Tínhamos, de um lado, uma juventude, cada vez menor, ligada ao movimento estudantil clássico, com suas entidades, disputas eleitorais e influências de grupos externos e, de outro lado, uma parcela significativa dos jovens que viam no rock, e suas variações de pop-rock, o caminho para a libertação individual e de costumes após anos de repressão (SEVILLANO, 2010, p. 20).*

Essas mudanças geracionais são, no entanto, algo comum, o mesmo ocorreu durante a ditadura na discussão sobre como lidar com isso e provavelmente ainda ocorre hoje.

*Em qualquer uma das demandas assumidas, gerais ou específicas, ou de acordo com os temas que propunha e as alianças a que era levado a estabelecer com as demais organizações políticas e sociais, o ME enquadrar-se em um tipo de cultura política ou de sistema de semiose*

*política que se pode definir como 'configurativa'. Nessas condições, o comportamento e demandas políticas dos contemporâneos representavam um modelo a ser apreendido pela juventude estudantil, sendo consideradas naturais as diferenças comportamentais entre as velhas e as novas gerações e tendendo, ao menos no curto prazo, a adequar-se à ritualização dos possíveis conflitos, em consonância com os limites da legalidade. (JÚNIOR, 2010, p. 117).*

Embora na Venezuela uma organização nacional não seja observada como existe no Brasil, em suas origens (com apenas três universidades no país) é feita uma tentativa, pode-se observar o comprometimento político dos estudantes e sua constância na luta desde a sua origem.

*A Associação Geral de Estudantes alcançou um status significativo em meio às adversidades que enfrentou durante seus nove anos de existência. As funções que o grupo assumiu sob sua responsabilidade não foram assumidas por nenhuma outra instituição de características semelhantes; daí o reconhecimento que as autoridades governamentais e toda a sociedade de Caracas lhe concederam. E é exatamente por causa da constância demonstrada pelos estudantes que conseguiram criar novos centros associativos em lugares além da capital da República. Assim, a dinâmica empreendida pelos jovens líderes lhes permitiu estender a iniciativa organizacional além dos espaços da Universidad Central da Venezuela. Para isso, conseguiram entrar em contato com os líderes mais importantes de outras universidades do interior do país, como o bacharel Ciro Navas, da Universidade de Zulia, que conduziu seus estudos em ciências políticas em particular na cidade de Maracaibo; além de Ángel Cervini, Luis Augusto Carballo e Ricardo Zuloaga La Hoz, do estado de Carabobo, entre outros. (ORTEGA, 2008, p. 25).*

Um estudo mais detalhado realizado na UCAB sobre o perfil dos líderes estudantis e seu tipo de liderança conclui que:

*Dessa maneira, é possível indicar que os Representantes dos Estudantes se avaliam como Líderes Transformacionais, enquanto os Estudantes os avaliam como Líderes Transacionais. O estilo de liderança dos Representantes dos Estudantes é dado pela avaliação feita por seus seguidores ou por quem os elegeram, ou seja, os Estudantes; portanto, o estilo de liderança dos representantes dos estudantes pode ser considerado o estilo de liderança transacional. (DOS SANTOS, 2006, p. 88).*

Isso é interessante, pois nos mostra que os líderes podem se ver como representantes do patrimônio da comunidade, enquanto os alunos os veem como pessoas que buscam o seu próprio benefício e garantem a luta por alguns direitos, isso pode ser concluído a partir de a definição de ambos os tipos de liderança apresentados no estudo:

*Os estilos de liderança transformacional e transacional têm fortes filosofias subjacentes e componentes éticos. Em filosofias individualistas, onde os líderes e seguidores, cada um busca racionalmente seus próprios interesses, acredita-se geralmente que os líderes podem ser transacionais. Um contrato livre é assumido geralmente como um modelo de transação*

entre líderes e seguidores. Um contrato deve ter legitimidade moral. A legitimidade da liderança transacional depende da garantia de igualdade, liberdade e oportunidade para os outros que alguém reivindica para si, ao dizer a verdade, cumprir as promessas, distribua a cada um o que é justo e use incentivos ou sanções válidas. Liderança transformacional autêntica fornece um conceito mais razoável e realista sobre si mesmo, que está conectado a amigos, família e comunidade cujo bem-estar pode ser mais importante para você do que qualquer outra coisa. (DOS SANTOS, 2006, p. 52-53).

É normal em ambos os países (principalmente na Venezuela) a participação de líderes estudantis na vida política partidária, pode-se notar neste ponto:

*No caso dos jovens militantes, veremos que ocorrem transições e passagens para novos espaços de engajamento. Se a porta de entrada para o engajamento partidário para a quase totalidade dos jovens entrevistados foi o movimento estudantil, o modo e o momento de inserção no partido político deram-se por processos peculiares a cada jovem. O aprofundamento da militância e os tipos de espaços partidários onde os jovens se engajam – grupos temáticos, espaços de decisão do partido, cargos em executivos e legislativos locais – dependem das experiências vividas anteriormente, dos gostos dos militantes, bem como da existência de espaços de um ou outro tipo para seu engajamento (BRENER, 2011, p. 47).*

Um perfil mais claro por faixas etárias que tira conclusões importantes sobre sua composição é estabelecido em um dos trabalhos pesquisados

*Dentro dessa discussão, a partir da análise de cinco variáveis sobre a idade desses estudantes, verificou-se que aproximadamente 78% dos universitários nesse período estavam na faixa de 18 a 25 anos, dos quais 4,89% estavam com idade até 18 anos, e 73,23% com idade entre 19 e 25 anos, e ainda que 11,68% com idade entre 26 e 30 anos. Este percentual, somado às três primeiras faixas, indica que mais de 89,80% dos estudantes estavam na faixa de idade até 30 anos, restando 10,20% de estudantes acima desta faixa de idade, sendo que 5,98% estavam na faixa de idade entre 31 e 35 anos e 4,22% com idade superior a 35 anos (CRUZ, 2012, p. 85).*

A dificuldade de estabelecer um perfil único do líder estudantil pode ser observada, embora diferentes abordagens possam ser adotadas, portanto, é difícil categorizar o aluno com o papel de representação política:

*Parte-se, em primeiro lugar, da constatação de que o sujeito coletivo definido como “estudante” não constitui uma classe social, mas uma determinada categoria cuja identidade oscila ou estabiliza-se em função das tensões entre os elementos constituintes da estrutura socioeconômica em que ocorre o seu aparecer histórico (JÚNIOR, 2010, p. 176).*

Pode ser encerrado com uma interessante reflexão levantada por Boaventura, sobre a visão da universidade, e pode-se refletir novamente sobre como o monopólio acadêmico pode influenciar entre a desconexão entre o perfil

universitário e o da população em geral:

O quarto roteiro elencado pelo autor intitula-se o alto e o baixo ou o solista e o coro, entendendo a sociedade moderna como urna sociedade de altos e baixos, portanto, de hierarquias sobre as quais se erguem a distribuição e a valorização desigual de diferentes funções e postos, sociais e profissionais, seguindo o critério de complexidade como fator determinante dessa hierarquização, e vinculando, a partir daí as tecnologias, sobretudo as tecnologias do saber, com o poder. Diante da crescente fluidez dos altos e baixos e da deslegitimação das hierarquias dela derivada, três seriam as lições para a formulação do novo paradigma político. Em primeiro lugar, há oportunidades a serem aproveitadas no domínio do ataque aos processos de hiperespecialização, muitos deles baseados apenas na profissionalização das palavras. Em segundo lugar, Boaventura aponta o fato de que a guerra contra os monopólios de interpretação ainda não está ganha, e o desmantelamento destes deve advir da criação de mil comunidades interpretativas, organizadas em torno de discursos argumentativos estruturados por topoi retóricos que permitem instaurar uma polifonia que se oponha às 'verdades fortes' que caracterizam os monopólios de interpretação. Finalmente, a alteração da relação forma/conteúdo em virtude da transformação progressiva dos conteúdos em 'outros' das formas cria a oportunidade de recuperação de formas degradadas e de estabelecimento de diálogo entre elas. O desenvolvimento desse diálogo o tornará cada vez mais informal e democrático, viabilizando que se veja o formal no informal e vice-versa. (OLIVEIRA, Inês, 2006, p. 55).

## Conclusão

Pode-se ver no trabalho feito até agora a importância de compreender as categorias que permitem a descrição de um movimento social, neste caso o movimento estudantil. O processo de pesquisa nos levou a sistematizar um estudo comparado entre a realidade dos dois países, que possuem especificidades cronológicas, conjunturais que os caracterizam. Há uma especificidade entre os dois países por se constituírem em países latino-americanos, e portanto, as relações econômicas e sociais de colonização e desenvolvimento são marcantes nas duas realidades.

Para nos instrumentalizar na coleta, organização e análise de dados recorreremos à Gohn (1997) que representa um suporte teórico válido para o estudo dos movimentos sociais, como era o caso, permitindo estabelecer as categorias apropriadas para o estudo.

A organização das informações do universo de pesquisa em uma única plataforma no Brasil facilitou a coleta de dados. Essa instalação não existe na Venezuela. O recurso eletrônico disponível para várias universidades brasileiras permitiu uma investigação adequada, que na Venezuela teve que ser realizada pessoalmente em cada universidade. Por esse caminho, chegamos a uma amostra qualitativa de 22 teses e dissertações do Brasil e 5 da Venezuela nas áreas de: Ciência Política, Ciências Sociais, Comunicação, Educação, História, Serviço Social e Direito, conforme já explicitado. A seleção da amostra constituiu o maior desafio no processo de pesquisa.

No estudo comparado pontos são encontrados em comum entre os dois movimentos: suas demandas que incluem questões acadêmicas e nacionais, sua ampla composição, embora não muito representativa da sociedade em que são desenvolvidas, tendo o governo como principal opositor, especialmente quando eles são governos que restringem a liberdade e violam os direitos humanos. No entanto, e de qualquer forma, dada a definição de oponentes, o governo sempre será visto como tal, sendo a entidade para a qual as mudanças são exigidas, e ações de protesto nas ruas.

O Trabalho de pesquisa nos possibilitou identificar a importância do movimento estudantil, não apenas como fator de mudança, mas como prática social fomentadora de líderes e propostas, sendo um importante centro de luta pela defesa da democracia nos dois países. Em síntese podemos observar no quadro abaixo as características que definem os movimentos estudantis no Brasil e na Venezuela:

QUADRO 5 - Resumo do estudo comparado entre as principais características dos movimentos estudados nas 5 categorias selecionadas

Categorias/ Países	Brasil	Venezuela
Cenário Sociopolítico	1894-1930: Democracia	1908-1936: Ditadura de direita
	1930-1946: Era Vargas / Ditadura Militar/ Estado Novo	1936-1945: Transição para a democracia
	1946-1964: Democracia	1945-1948: Democracia
	1964- 1985: Ditadura de direita	1948-1958: Ditadura de direita
	1985-1989: Transição para a democracia	1958-1999: Democracia
	1989-2020: Democracia	1999-2015: Sistema Híbrido 2015- 2020: Ditadura de esquerda
Demandas	Mudanças políticas	Mudanças políticas
	Luta contra a ditadura	Mecanismo de Admissão
	Autonomia	Autonomia
	Melhorias acadêmicas	Melhorias acadêmicas
Práticas	Passeatas	Marchas
	Caravanas	Ações de rua
	Assembleias	
	Ocupações	
Opositores	Governo	Governo
	Mídia	Mídia
	Sociedade	Autoridades da Universidade
	Autoridades da Universidade	
Composição	Jovens	Jovens
	Classes sociais mais poderosas	Perfil Político
	Grupos de esquerda	Grupos contra o governo
		Diversas classes sociais

Fonte: Dados de Pesquisa

Nota: Organizado pelo autor

Conhecer o cenário sócio-político de cada país foi de maior importância, pois os movimentos sociais, aqui, no caso, os movimentos estudantis, não se desenvolvem descolados desses cenários. Ou seja, um movimento social é influenciado pelas conjunturas que perpassam a sua existência e consideramos que tal aspecto foi contemplado nesta pesquisa, nos capítulos 1 e 2. Embora ambos os países tenham experimentado ciclos semelhantes, a diferença cronológica de momentos marcou as ações de cada movimento. Observa-se como as diferentes conjunturas sócio-políticas influenciaram o desenvolvimento do movimento estudantil latino-americano e como suas lutas foram além do que é meramente acadêmico, impactando nas reivindicações sociais e políticas. Conhecer a realidade de outros países da região facilita tirar conclusões e entender o desenvolvimento de cada movimento devido à proximidade entre eles e sua influência mútua.

Finalizando, podemos concluir que os objetivos propostos para a pesquisa foram alcançados e que a metodologia do estudo comparado e as categorias utilizadas de Gohn nos conduziram a traçar uma análise referencial das características dos movimentos estudantis universitário nos dois países, mas que possui um recorte específico e que poderá ser acrescido de novos estudos a partir de outras categorias analíticas e de diferentes períodos históricos. Pois, a natureza deste objeto de pesquisa, como o próprio nome já diz, é movimento social, e portanto, político que se remodela constantemente.

## Referências

- ARAÚJO, R. **O movimento estudantil nos tempos da barbárie: A luta dos estudantes da UECE em defesa da universidade pública**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- ARCHILA, M. El movimiento estudiantil en Colombia, una mirada histórica. **Revista del OSAL**, Buenos Aires, v. 31, p. 71-104, Maio 2012. ISSN 1515-3282.
- BOSQUE ROJAS, M. V. **El movimiento estudiantil venezolano y la influencia de la revolución cubana: La Universidad Central de Venezuela durante el gobierno de Rómulo Betancourt**. [S.l.]. 2018
- BOUTIN, A; FLACH, S. O movimento de ocupação de escolas públicas e suas contribuições para a emancipação humana. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, p. 429-446, Maio- Ago. 2017.
- BRANDÃO, C. **Movimento Estudantil Contemporâneo: uma análise compreensiva das suas formas de atuação**. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- BRENNER, A. K. **Militância de jovens em partidos políticos: Um estudo de caso com universitários**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BREWER-CARÍAS, A. **Golpe de estado y proceso constituyente en Venezuela**. 1º. ed. Ciudad de México: UNAM, 2001.
- CAÑAS KIRBY, E. Movimiento estudiantil en Chile 2011: Causas y características. **Revista de Historia y Geografía**, Santiago de Chile, n. 34, p. 109-134, 2016. ISSN 0719-4145.
- CASALINO SEN, C.; RIVAS HUARCAYA, J. C.; TOCHE, C. L. La Reforma Universitaria y el movimiento universitario en el Perú de 1919: Análisis de sus dimensiones institucionales, sociales y políticas. **Estudios**, Córdoba, Argentina, n. 40, p. 33-55, Jul.- Dez. 2018. ISSN 0328-185X.
- CAVET, G.; BASTOS, J. D.; TORREALBA, M. **Resurgimiento del movimiento estudiantil venezolano (Causas y consecuencias)**. Relatório interpretativo (Comunicación Social)- UCV. Caracas, p. 183. 2008.
- CLEMENTE, I. La juventud uruguaya, 1930- 1959: A la búsqueda de una nueva identidad nacional. **Ámbitos: revista de estudios de ciencias sociales y humanidades**, Córdoba, Argentina, v. 20, p. 95-106, Dezembro 2008. ISSN 1575-2100.
- CRUZ, J. **Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe**. 2012. Tese (Doutorado em História) -Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- DOS SANTOS, C. **Estilo de Liderazgo de los Representantes Estudiantiles**

de la UCAB según el modelo de liderazgo de Bernard Bass. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura en Relaciones Industriales)-- Facultad de Ciencias Económicas y Sociales ,Universidad Católica Andrés Bello, Caracas, 2006.

ESPINA, G. Lo que queda de la Renovación de 1969. **Tribuna del Investigador**, Caracas, v. 18, n. 2, 2017.

FARIÑAS, Julio. Los universitarios de Venezuela lideran las protestas anti-Chávez. **La Voz de Galicia**, Ferrol, 11 nov. 2007. Disponível em: [https://www.lavozdegalicia.es/noticia/internacional/2007/11/28/universitarios-venezuela-lideran-protestas-anti-chavez/0003\\_6356546.htm](https://www.lavozdegalicia.es/noticia/internacional/2007/11/28/universitarios-venezuela-lideran-protestas-anti-chavez/0003_6356546.htm). Acesso em: 18 jul. 2019.

GARCÍA TRUJILLO, A. **Las políticas públicas y la autonomía universitaria en Venezuela (1957-2007)**. Caracas. 2011.

GOHN, M. D. G. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 1º. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GONZÁLEZ, R. S. O Método Comparativo e a Ciência Política. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 2, Jul.-Dez. 2008.

HERRERA, C. E. **Alcances de la Autonomía Universitaria en la constitución de la República Bolivariana de Venezuela de 1999**. [S.l.]. 2004.

JÚNIOR, J. **Longe demais das capitais? Cultura política, distinção social e Movimento Estudantil no Piauí ( 1935-1984)**. 2010. (Doutorado em História)- Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

LÓPEZ SÁNCHEZ, R. Los movimientos estudiantiles en Venezuela, 1958-1990. **Historia Actual Online**, Cádiz, v. 10, p. 71-85, Mar.- Jun. 2006. ISSN 1696-2060.

LÓPEZ SÁNCHEZ, R.; HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, C. A. Movimientos estudiantiles y crisis del sistema político en Venezuela: 1987-1988. **Espacio Abierto**, Maracaibo, v. 10, p. 631- 666, Outubro-Dezembro 2001. ISSN 1315-0006.

LUCCA, J. B. La política comparada en Argentina, Brasil, Colombia y México. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideo, v. 23, p. 101-118, Jan.-Jun. 2014. ISSN 0797-9789.

MANIFIESTO de la Federación Universitaria de Córdoba. [S.l.: s.n.], 1918. Disponível em: [http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed03\\_junho2011/pdf/11.pdf](http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed03_junho2011/pdf/11.pdf). Acesso em: 28 maio 2018.

MARKARIAN, V. Sobre viejas y nuevas izquierdas. Los jóvenes comunistas uruguayos y el movimiento estudiantil de 1968. **Secuencia**, Ciudad de México, v. 81, p. 161-186, Set.- Dez. 2011. ISSN 0186-0348.

MARTÍNEZ-OTERO PÉREZ, V. Movimientos sociales y transformación de la sociedad. **Pulso: Revista de educación**, Alcalá de Henares, v. 24, p. 59-72, 2001. ISSN 1577-0338.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**.

Primeira. ed. São Paulo: Cortez Editora, v. 5, 2010.

MORÍN REYES, J. G. **El movimiento reformista universitario mexicano 1929-1968, su importancia y significado**. Dissertação (Maestría en Enseñanza Superior)- UANL. Monterrey, p. 153. 1988.

MÜLLER, A. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Inês B. D. **Boaventura & a Educação**. Belo Horizonte: [s.n.], 2006.

OLIVEIRA, Sérgio. **O Grupo (de esquerda) de Osasco: Movimento Estudantil, Sindicato e Guerrilha (1966-1971)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ORTEGA, W. R. **Actuación de la Asociación General de Estudiantes de Venezuela durante el gobierno del general Juan Vicente Gómez (1909-1918)**. Caracas. 2008.

PLEYERS, G. **Movimientos Sociales en el Siglo XXI**. Primeira ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. 232 p. ISBN 978-987-722-373-6.

PORTUGAL, N. **Estudantes em Movimento (Fortaleza, 1969-1979)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Humanidades ,Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

REQUENA GONZÁLEZ, C. **Evaluación de tres modelos para la selección y admisión de estudiantes en la educación superior venezolana**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Facultad de Humanidades y Educación, Universidad Central de Venezuela, Caracas, 2003.

REY, J. C. La democracia venezolana y la crisis del sistema populista de conciliación. **Revista de Estudios Políticos Nueva Época**, Madrid, v. 74, p. 533-578, Out.-Dez. 1991.

ROMERO, R. **La lucha continua: El movimiento estudiantil argentino en el siglo XX**. 1°. ed. Buenos Aires: FUBA, 1998.

SANTOS, Laura K. **A União Nacional dos Estudantes e a Reforma Universitária no governo Lula: A educação pública em debate**. 2007. Dissertação ( Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo , n. 79, p. 71-94, Nov. 2007 .

SARTORI, G.; MORLINO, L. **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Universidad, 1994.

SEVILLANO, D. **Somos os filhos da revolução: Estudantes, Movimentos Sociais, Juventude e o fim do regime militar (1977-1985)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, Fernando. **La Universidad venezolana en tiempo de dictadura, 1948-1958**. Caracas: Ediciones de la Escuela de Educación de la UCV, 2011.

SILVA, Jaqueline B. P. **Ocupações/ Invasões estudantis de 2016: Disputas e resultados no caso da Universidade de Brasília**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SILVA, Simone T. R. **Em busca da utopia: As manifestações estudantis em Pernambuco (1964 – 1968)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

STREMEL, T. . **A participação das (os) acadêmicas (os) do curso de Serviço Social/ UEPG no Movimento Estudantil**. Trabalho da Graduação (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

TORO BLANCO, P. La vida de los otros: La FECECH y su conflictiva relación con el movimiento estudiantil en la Universidad de Chile (1978-1984). In: MARSISKE, R. **Movimientos estudiantiles en la historia de América Latina IV**. 1°. ed. Ciudad de México: UNAM, 2015. Cap. 9, p. 189-221.

TORO, F. The April Crisis, Fourteen Years Later. **Caracas Chronicles**, Caracas, 11 Abril 2016.

VECHIA, R. **O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização, as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)**. 2011, Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

VIDOVIC LÓPEZ, J. Antecedentes de las universidades nacionales experimentales y nacimiento de la. **Perspectivas**, Maracaibo, v. 1, p. 99-116, Jan.-Abr. 2013. ISSN 2343-6271.

YEPES GRISALES, D.; CALLE LEÓN, V. S. Hacia la historia del Movimiento Estudiantil en Colombia: Elementos teórico-metodológicos fundamentales. **Trans-pasando Fronteras**, Cali, n. 6, p. 217-240, Dez. 2014. ISSN 2248-7212.